



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

SIMONE MATEUS

**HISTÓRIA DAS PRÁTICAS DE INSPEÇÃO ESCOLAR NO OESTE PAULISTA
(1933-1947)**

Marília
2024

SIMONE MATEUS

**HISTÓRIA DAS PRÁTICAS DE INSPEÇÃO ESCOLAR NO OESTE PAULISTA
(1933-1947)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Marília.

Orientador (a): Profa. Dra. Ana Clara Bortoleto Nery

Co-orientador (a): Profa. Dra. Angélica Pall Oriani

Marília
2024

M425h Mateus, Simone
História das práticas de inspeção escolar no oeste paulista
(1933-1947). / Simone Mateus. -- Marília, 2024
115 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientadora: ANA CLARA BORTOLETO NERY
Coorientadora: ANGÉLICA PALL ORIANI

1. inspeção escolar. 2. organização do ensino. 3.
escolarização em São Paulo. I. Título.

SIMONE MATEUS

**HISTÓRIA DAS PRÁTICAS DE INSPEÇÃO ESCOLAR NO OESTE PAULISTA
(1933-1947)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) campus de Marília, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Ana Clara Bortoleto Nery
UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências – Câmpus de Marília
Orientador

Prof^a. Dr^a. Rosane Michelli de Castro
UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências – Câmpus de Marília

Prof^a. Dr^a. Celia Maria Benedicto Giglio
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo – Câmpus Guarulhos

Marília, 08 de março de 2024.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus que me concedeu a oportunidade e forças para realizar este trabalho.

Aos meus pais, José Antonio Mateus e Cleonice do Nascimento Mateus, pelo apoio ao longo dos estudos e por sempre acreditarem em mim e estarem ao meu lado nas minhas escolhas profissionais.

Meus agradecimentos aos meus irmãos Cibele, Ricardo e Silvio, ao meus cunhados André, às minhas cunhadas Shirley e Helita pelo incentivo e apoio que ajudaram na superação das dificuldades encontradas durante o caminho.

Aos meus sobrinhos pelo carinho Augusto, José Otávio e Lívia Maria.

Aos amigos que conquistei junto à Secretaria Municipal de Educação de Tupã-SP, local em que atuo como Supervisora Educacional.

A minha orientadora Prof^a. Dr^a. Ana Clara Bortoleto Nery e Co-orientadora Prof Dra. Angélica Pall Oriani pelo apoio e incentivo durante todo o processo de orientação.

Às Prof^a. Dr^a. Rosane Michelli de Castro e Celia Maria Benedicto Giglio por ter aceitado o convite de fazer parte da em minha da banca de qualificação e defesa e assim terem contribuindo para a escrita da minha dissertação.

MATEUS, Simone. Dissertação de Mestrado. **História das práticas de inspeção escolar no oeste paulista (1933-1947)**. Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Marília, 2024.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar historicamente a constituição da inspeção escolar no interior do estado de São Paulo. Para tanto, buscou-se compreender os elementos de atuação do inspetor escolar no ensino paulista e refletir como a inspeção escolar contribuiu para a administração dos estabelecimentos de ensino. Investigou ainda como isso ocorreu com base em sua atuação dentro de um processo em que se buscava estabelecer a organização de um sistema de ensino. O recorte temporal entre os anos de 1933 -1947 se inicia com o *Código de Educação* do Estado de São Paulo de 1933, que organiza o ensino no estado de São Paulo, tendo a inspeção escolar como um dos integrantes desse modelo e finaliza em 1947, dentro de um novo processo de reorganização do ensino que marca a separação da Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública se tornando apenas Secretaria da Educação. A pesquisa foi realizada através de documentos que tratam de aspectos voltados à atuação da inspeção escolar em diferentes contextos que colaboraram para direcionar e registrar o trabalho do inspetor escolar como: *Anuários de Ensino* (de 1907-1936), Relatórios da Educação do Governo do Estado de São Paulo; *Termos de Visitas* da inspeção escolar e mapas de movimento das escolas isoladas, além da leitura de documentos oficiais como leis, decretos e regulamentos estabelecidos no recorte temporal da pesquisa (1933- 1947); o *Código de Educação* do Estado São Paulo de 1933. Por tratar-se de uma pesquisa histórica, no âmbito da Nova História Cultural cuja abordagem é bibliográfica e documental tendo como fonte para análise os termos da inspeção escolar e como referencial teórico central o historiador Roger Chartier, com os conceitos de representação e prática (1988). Como resultados evidenciamos que, mesmo com as dificuldades apresentadas em relação a atuação do inspetor dentro do espaço das escolas, ele é aquele que representa o Estado por meio de sua participação na organização do ensino, não limitando sua atuação apenas nas escolas, mas ocupando lugar dentro da organização do ensino paulista e a ampliação da ideia de inspeção para atender outras necessidades da escola como, por exemplo, a inspeção sanitária.

Palavras-chave: Inspeção Escolar. Organização do Ensino. Escolarização em São Paulo.

MATEUS, Simone. Dissertação de Mestrado. **History of school inspection practices in western São Paulo (1933-1947)**. Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Marília, 2024.

ABSTRACT

This dissertation aims to historically analyze the constitution of school inspection in the interior of the state of São Paulo. To this end, we sought to understand the elements of the school inspector's role in education in São Paulo and reflect on how school inspection contributed to the administration of educational establishments. He also investigated how this occurred based on his performance within a process that sought to establish the organization of an education system. The time frame between the years 1933 - 1947 begins with the Education Code of the State of São Paulo of 1933, which organizes education in the state of São Paulo, with school inspection as one of the members of this model and ends in 1947, within a new process of reorganization of education that marks the separation of the State Department of Education and Public Health becoming only the Department of Education. The research was carried out through documents that deal with specific aspects of the performance of school inspection in different contexts that collaborated to direct and record the work of the school inspector, such as: Teaching Yearbooks (from 1907-1936), State Government Education Reports from São Paulo; Terms of school inspection visits and movement maps of isolated schools, in addition to reading official documents such as laws, decrees and regulations established in the research time frame (1933-1947); the São Paulo State Education Code of 1933. As it is a historical research, within the scope of the New Cultural History whose approach is bibliographic and documentary, having as a source for analyzing the terms of school inspection and as a central theoretical reference the historian Roger Chartier, with the concepts of representation and practice (1988). As results, we showed that, even with the difficulties proposed in relation to the inspector's performance within the school space, he is the one who represents the State through his participation in the organization of education, not limiting his action only in schools, but occupying a place within the organization of education in São Paulo and the expansion of the idea of inspection to meet other school needs, such as, for example, health inspection.

Keywords: School Inspection. Organization of Teaching. Schooling in São Paulo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Grupo de Escoteiros e Bandeirantes de Assis – SP em 1 de julho de 1919, no antigo Grupo Escolar Dr. João Mendes Júnior	39
Figura 2 – Escotismo Grupo Escolar de Marília – SP no ano de 1930.....	41
Figura 3 – Delegacias de Ensino do Estado de São Paulo, em 1937.....	54
Figura 4 – Localização de Assis-SP.....	57
Figura 5 – Atual composição de Municípios da Alta Paulista	58
Figura 6 – Grupo Escolar “Dr. João Mendes Júnior” 1935”	67
Figura 7 – Grupo Escolar “Dr. João Mendes Júnior” – salas masculinas e femininas anos 40.	68
Figura 8 – Referente à região escolar de Presidente Prudente – SP	70
Figura 9 – Prédio Grupo Escolar “Dr. João Mendes Júnior”- Prédio Atual em 1941.	76
Figura 10 – Prédio do Grupo Escolar “João Breiks”, Distrito de Varpa.....	76
Figura 11 – Imagem recente e antiga do 2º Grupo Escolar Castro Alves	79
Figura 12 – Grupo Escolar Castro Alves em 1932	82
Figura 13 – Mapa do movimento das escolas isoladas - Antigo Grupo Escolar Castro Alves	83
Figura 14 – Mapa de movimento de 1934	84
Figura 15 – Divisão administrativa, região de Presidente Prudente.....	89
Figura 16 – Escola do Barro Preto (Gleba Nova-bairro rural), em 1940.....	89
Figura 17 – Mapa da Inspetoria Sanitária de Presidente Prudente	91

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – Serviço de Inspeção Escolar: visitas durante o ano de 1913	32
Quadro 2 – Serviços de Inspeção e fiscalização 1914.	32
Quadro 3 – Escotismo 1933: Número de instituições informantes e seus efetivos sociais.....	42
Quadro 4 – Inspeção das escolas isoladas, durante o ano de 1936.....	44
Quadro 5 - Delegacia de Bauru – modelo administrativo.....	54
Quadro 6 – Delegacia de Presidente Prudente – Modelo administrativo	56
Quadro 7 – Termos de visitas registrados pelos inspetores escolares entre os anos 1937 e 1947. Grupo Escolar Dr. João Mendes Júnior	69
Quadro 8 – Termos de visitas registrados pelos inspetores escolares entre os anos de 1943 e 1947 do grupo escolar João Brediski	77
Quadro 9 – Termos de visitas registrados pelos inspetores escolares entre os anos 1936 e 1947 Grupo Escolar Gabriel Monteiro.	80

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Número total de visitas nos distritos escolares pelos inspetores de alunos 1937. 45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

AES – Anuários de Ensino do Estado de São Paulo

ALESP-Assembleia Legislativa de São Paulo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGIPSC – Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte

IME – Inspeção Médica Escolar

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 INSPEÇÃO ESCOLAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA	25
2.1 A inspeção nos Anuários do Ensino.....	27
3 INSPEÇÃO ESCOLAR E O CONTEXTO ENTRE 1930-1940.....	38
3.1 Inspeção escolar: A região e o municípios do interior paulista.	55
3.2 Inspeção escolar e Grupos escolares	59
3.3 A inspeção escolar nas escolas isoladas	62
4 A INSPEÇÃO ESCOLAR NO INTERIOR PAULISTA: ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	98
ANEXO A – TERMO DE ABERTURA: LIVRO DE VISITAS GRUPO ESCOLAR “DR.JOÃO MENDES JUNIOR”, ASSIS-SP 1937.....	106
ANEXO B – TERMO DE ABERTURA: LIVRO DE VISITAS ESCOLA MISTA VILA XAVIER, ASSIS-SP 1947	107
ANEXO C – TERMO DE ABERTURA: LIVRO DE VISITAS BIBLIOTECA ESCOLAR, 2º GRUPO GABRIEL MONTEIRO ESCOLAR MARILIA-SP 1937.....	108
ANEXO D – TERMO DE ABERTURA: LIVRO DE VISITAS AUTORIDADES ESCOLARES, 2º GRUPO GABRIEL MONTEIRO ESCOLAR MARILIA-SP 1937.....	109
ANEXO E – CAPA DO MAPA DE MOVIMENTO ESCOLAR ESCOLAS ISOLADAS – GRUPO ESCOLAR GABRIEL ALVES, VERA CRUZ-SP 1934.	110
ANEXO F – CAPA LIVRO TERMOS DE VISITA E INSTALAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR EM VARPA DISTRITO DE TUPÃ - SP 1942.....	111
ANEXO G - TERMO DE ABERTURA: LIVRO DE VISITAS GRUPO ESCOLAR JOÃO MENDES, ASSIS-SP 1937.....	112
ANEXO H - TERMO DE ABERTURA: LIVRO DE VISITAS: ESCOLA BAIRRO RURAL SETE QUEDAS, MARÍLIA-SP 1932	113
ANEXO I – TERMO DE AUTORIZAÇÃO USO DE IMAGEM.....	114

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação é decorrente do interesse da pesquisadora em questão, que, como Supervisora da Rede Municipal de Ensino de Tupã/SP, a partir do ano letivo de 2018, empreendeu pesquisa com temática centrada na Supervisão Escolar.

Há que se considerar que no referido ano de 2018 foi quando se organizou o Núcleo de Supervisão Educacional, da Rede Municipal de Ensino de Tupã que ainda não contava com a atuação desta estrutura, nem classe de profissionais nas modalidades de Educação Infantil (creche e pré-escola) e de Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano). Desta forma, surgiu, além da necessidade, o interesse em refletir sobre a história da Supervisão Escolar para estabelecer a importância da atuação desse profissional ao longo da história da Educação Brasileira, bem como suas possíveis mudanças e continuidades em relação a sua atuação.

Assim, ao longo dos estudos relacionados à Supervisão Escolar tornou-se necessário investigar entre os documentos históricos, também, a função da Inspeção Escolar, pois esta foi antecessora à Supervisão Escolar, o que torna relevante pensar no papel que o Inspetor Escolar ocupou nas propostas da organização do Ensino Paulista.

Inicialmente é necessário colocar que a inspeção não é função restrita ao meio educacional, mas engloba outras atividades. “A inspeção sempre existiu e não constitui novidade nem nas empresas, nem nas atividades sociais” (Meneses, 1977, p.5). Por isso passarei a localizar as origens da inspeção escolar para compreendermos sua origem dentro da estruturação do Estado brasileiro.

Como dado histórico, a inspeção, durante o século XIX, no governo imperial brasileiro e em suas províncias se constituía como uma ação a serviço do Estado.

[...] o instituto da inspeção nos governos provinciais e no governo central durante o século XIX tem suas origens numa prática política de controle dos negócios do Estado em todos os âmbitos da administração pública; tendo em vista que a administração e suas instituições se encontram em desenvolvimento no contexto da recém-independência, da consolidação da Constituição do Império e da autonomia para legislar conferida às províncias em 1834, a inspeção corresponde ao grau de especialização e normatização de cada ramo dos negócios da província (Giglio, 2017, p.67).

O momento da constituição do campo da inspeção escolar no Brasil no Governo Imperial é marcado por um processo de organização do funcionamento da inspeção, caracterizado pela instauração de várias leis e regulamentos. Borges (2017) apresenta, de forma cronológica, algumas destas leis e regulamentos presentes na constituição do serviço de inspeção, especificamente na Capital do Império. Segundo a autora, a inspeção escolar se

organizou

[...] a partir da instituição da Lei Geral do Ensino de 1827; da lei que regulou as Câmaras Municipais em 1828 - que delegou a elas a função de fiscalizar as escolas de primeiras letras -; e do regulamento de instrução Primária e Secundária da Corte de 1854 (Borges, 2017, p.11).

Ao pensar sobre o momento da constituição da inspeção escolar no Brasil no Governo Imperial é interessante reforçar a característica de um contexto de propagação das legislações que iriam atender a proposta de uma educação no século XIX, vigentes com o interesse da época. “Regra geral, o valor atribuído às letras era pouco nas escolas, o foco principal não era a aprendizagem, e sim o regramento, desde que ele veiculasse um modelo moral, nos moldes impostos pela elite política” (Diógenes; Pauferro, 2017, p.134).

Em relação à Lei Geral do Ensino de 1827, Faria Filho (1995) escreve que logo após a promulgação desta lei que estabelecia as escolas de primeiras letras, foi direcionada por parte do poder imperial às províncias, a atribuição de criar e assegurar às escolas elementares¹, e tal atribuição foi validada pelo ato adicional de 12 de agosto de 1834. Segundo Castro,

[...] entretanto, é a partir do ato adicional de 12 de agosto de 1834, que começam a aparecer em todas as províncias, dispositivos legisladores de toda ordem sobre a carreira do professor, referendando as licenças, os concursos, as aposentadorias, as gratificações, entre outros atos reguladores, ao mesmo tempo em que, a não unidade implícita nessa primeira Lei orgânica do ensino, responsabiliza as Assembleias Provinciais de criarem e administrarem as escolas de primeiras letras e o ensino secundário, baseado na descentralização da instrução (Castro, 2017, p.98).

Para Borges (2017), a Lei Geral do Ensino de 1827 que regulava a instrução, apenas apontava de quem era a reponsabilidade do serviço de fiscalizar, no entanto, sem uma especificação quanto à maneira como está fiscalização se efetuaria.

Observa-se que num primeiro momento, a capital do império atribui o ato de fiscalizar as Câmaras Municipais. “A Lei Geral de Ensino de 1827, primeira lei voltada para regular a instrução, não discriminava o procedimento de fiscalização, apenas indicava a quem cabia o serviço: “presidentes em conselho, a quem pertence a fiscalização das escolas” (Borges, 2017, p.13). Para Barra (2017, p.43), “O serviço de inspeção escolar aparece como um dos principais dispositivos de constituição da escola no curso do século XIX”. Assim, pela necessidade de se estabelecer um serviço de inspeção que se buscou, por parte do Império Brasileiro, aparatos que

¹ A Lei de 15 de outubro de 1827 “Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império” e especificando apenas o modelo de escola no artigo 4º As escolas serão do ensino mútuo nas capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se.

pudessem definir o serviço, criando-se a lei de 1º de outubro de 1828. E assim por meio desta Lei, estabeleceu-se:

Dá nova Forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos juizes de paz. [...] Art. 70. Terão inspecção sobre as escolas de primeiras letras, e educação, e destino dos orphãos pobres, em cujo número entram os expostos; e quando estes estabelecimentos, e os de caridade, de que trata o art. 69, se achem por Lei, ou de facto encarregados em alguma cidade, ou vila a outras autoridades individuae, ou collectivas, as Camaras auxiliarão sempre quanto estiver de sua parte para a prosperidade, e aumento dos sobreditos estabelecimentos (Brasil, 1828, p.10).

O propósito de ter uma câmara municipal fiscalizadora não limitava tal ação de fiscalizar apenas as escolas.

Os fiscais da câmara eram responsáveis por fiscalizar uma variedade de coisas e situações. As escolas seriam apenas mais uma entre tantas, mas com uma diferença. O fato de não existir a possibilidade de “multar” a escola em situação irregular, como ocorria no comércio, por exemplo, ramo que era bastante vigiado, talvez causasse certo desinteresse em cumprir o papel de fiscalizar a escola com o rigor que o governo esperava (Borges, 2017, p.15).

Em meio à busca de normatização e regulamentos buscando organizar a instrução pública no Império, o Ato Adicional de 1834 como uma medida legal, auxiliou na defesa dos interesses das classes dominantes no governo imperial.²

No ano de 1836, o diretor de escola passa a possuir a atribuição de auxiliar na fiscalização e na inspeção das chamadas escolas de primeiras letras, por intermédio do Ministro do Império, que regulamenta o decreto de 15 de março de 1836, que promulga as Escolas de primeiras letras da Corrt e Municípios, as providências e determinações anexas a este Decreto.

2.^a Competem a este Diretor a fiscalização e Inspeção das Escolas de primeiras letras desta Côrte e Município que lhes ficam subordinadas e a respeito das quais fará observar, não só as presentes providências e determinações, mas também todas e qualquer Instruções ou Ordens, que de futuro lhe forem pelo Governo transmitidas (Brasil, 1836, p.5).

² De acordo com Reis Filho (1995, p.131) “o poder central logo descartou para as Províncias, pelo ato adicional de 12 de agosto de 1834, o encargo de criar e manter escolas elementares”. Segundo a autora Castanha (2006, p.182) O grupo político que assume o poder após a abdicação de dom Pedro I era constituído principalmente pelos liberais moderados e exaltados, oriundos da luta pela independência e da Constituinte de 1823. De posse do poder passam a propor algumas medidas que visavam fortalecer o poder das províncias atendendo aos interesses de alguns grupos. Os ânimos ficam exaltados e vários conflitos emergem Brasil afora. Para amenizar as tensões, a Câmara dos Deputados passa a discutir e aprova um projeto de emenda à Constituição que procurou rever principalmente o capítulo V, no qual se definiam as atribuições dos conselhos gerais das províncias. Em 12 de agosto de 1834, pela lei nº 16 foi aprovado o Ato Adicional, o qual extinguiu os conselhos gerais das províncias e criou as assembléias legislativas provinciais com poderes para legislar sobre economia, justiça, educação, entre outros.

Vale ressaltar que neste contexto imperial, no ano de 1854, por meio da Reforma Couto Ferraz, é possível observar a inspeção como parte integrante do processo de reforma trazendo mudanças para a Inspeção.

Qual o significado da Reforma de 1854 para a inspeção? Para Gondra (2000, p. 57), a Reforma de Couto Ferraz de 1854 significou a “reinvenção da norma, um ponto de grande centralidade por tratar-se da inspeção dos estabelecimentos de ensino”,

Ministro Couto Ferraz ... “afirma que se criou uma inspeção forte e sistemática para todos os estabelecimentos de instrução primária e secundária, assim públicos como particulares”, cargo a que foram conferidos “funções importantes [...], funções que tornaram esse cargo tão elevado, que para preenchê-lo o governo imperial nomeou um cidadão notável por sua dedicação ao serviço público, por seu caráter e ilustração, em 1854 (Gondra, 2000, p.57).

No intuito de pensar no estabelecimento de uma “inspeção forte e sistemática”, que a Reforma de Couto Ferraz de 1854 propôs, como parte de um processo, que era necessário formar cidadãos que pudessem se adequar ao perfil considerado civilizatório, e assim, estabelecer um aparato legal se fez necessário.

Durante o século XIX houve uma disseminação de leis, regulamentos e decretos relacionados à educação; estes eram fundamentados nos países considerados civilizados. O objetivo era a constituição de um sistema educacional pautado na hierarquia estabelecida socialmente (Diógenes; Pauferro, 2017, p.134).

Observa-se que inspeção foi ocupada não apenas por figuras do Estado, a questão da fiscalização contou com a participação de outros setores da sociedade.

O destaque dado à presença de sujeitos com diferentes profissões e ocupações possui o intuito de enfatizar que não somente o Estado participa deste processo, mas também outras instâncias em graus e formas diferenciadas, que fazem funcionar dispositivos de controle, contribuindo para a conformação da profissão docente. É possível observar a participação de diferentes instâncias da sociedade imperial nas engrenagens da aparelhagem de fiscalização, organizada pela Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte (IGIPSC) (Borges, 2017, p.33).

A questão da escolha do inspetor geral tem como uma de suas características a questão da notoriedade, Gondra (2000) escreve que o primeiro inspetor geral da instrução Primária e secundária do governo Imperial foi o Visconde de Itaboraí.

A importância também da Reforma de 1854 reside no fato de os fiscais da câmara também deixarem de atuar como fiscais nas escolas. “Embora a criação do diretor tenha sido encarada como uma solução aos problemas da inspeção, os fiscais da câmara continuaram atuando nas escolas até a Reforma de 1854” (Borges, 2017, p.16).

Para Limeira e Schueler (2008), o regulamento da Instrução Primária e Secundária do município da Corte, de 17 de fevereiro de 1854, acabou sendo empregada como estratégia política, para tentar civilizar a população através da escola estabelecendo elos entre Estado e seus cidadãos. E porque regulamentar seria uma forma de controle tanto do ensino público como do privado, Limeira e Schueler (2008) no artigo “ensino particular e controle estatal: a reforma Couto Ferraz (1854) e a regulação das escolas privadas e corte imperial”, explicita como seria tal estrutura.

Os dispositivos inscritos nesta estrutura são delineados a partir de alguns aspectos muito característicos. Ou seja, criam um corpo de inspeção – composto por Ministro, Inspetor, Delegado, Conselheiros – que se organiza a partir das atribuições da Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte (IGIPSC)¹²: “nomear”, “autorizar”, “convocar”, “impedir”, “visitar”, “analisar”, “inspecionar”, “organizar”, “coordenar”. Todas, funções que dão a ver a maquinaria montada em torno das escolas e de seu funcionamento (Limeira; Schueler, 2008, p.41).

Com o Ato Adicional de 1834, advieram discussões em torno da questão de centralização e descentralização, delegando às províncias a responsabilidade do ensino primário e secundário, em que se coube pensar em algumas características do ensino nestas províncias a fim de destacar o serviço de inspeção escolar, assim podemos destacar a inspeção escolar em algumas províncias brasileiras.

Na província de Goiás, Barra (2017) escreve que anteriormente ao Ato Adicional de 1834 ficava sob a responsabilidade do pároco a inspeção, não indicando acordo com que foi estabelecido pela Lei Geral de Ensino de 1827.

Esse personagem, o pároco, assim como as funções por ele desempenhadas, constituem indícios do conjunto dado pelas relações entre estado e religião, ou seja, sistema de padroado vigente no império. Desse modo deve-se notar que a inspeção exercida pelo fiscal da câmara jamais correspondeu à saída de cena da igreja (Barra, 2017, p.44).

Entre os anos de 1830 e 1889, na província de Santa Catarina e com base nos relatórios do Presidente da Província³, Gonçalves (2011) escreve que até o ano de 1848 seguindo a Lei nº136, de 14 de Abril de 1840⁴, a inspeção escolar era competência das Câmaras Municipais e podia ser inspecionada por uma pessoa de confiança; tal legislação teve sua vigência até 1848.

Para Castro (2017), a Inspetoria da Instrução Pública no Maranhão tinha, dentre as

³ Cargo de Presidente criado por meio da Lei Geral de 20 de outubro de 1823, responsável pela organização dos governos provinciais.

⁴Disponível em: hgb.org.br/pesquisa/hemeroteca/periodicos/item/104736-collecção-das-leis-da-provincia-de-santa-catharina.html. Acesso em: 16 nov. 2023.

características, uma atuação voltada para a fiscalização do trabalho dos professores que seriam os responsáveis por divulgar as ideias de civilidade em um contexto no qual a oferta do ensino primário era para as pessoas pobres e livres.

Os autores Diógenes e Pauferro (2017) ao descreverem sobre a inspeção escolar na Província de Alagoas, fazendo referência ao regulamento de 21 de outubro de 1836, para as escolas de primeiras letras da Província das Alagoas, denotam:

O serviço de inspeção requeria das instituições escolares uma homogeneização na condução do trabalho escolar. Para isso, vários instrumentos foram utilizados; os relatórios, os ofícios e os mapas escolares. Estes eram entregues pelos professores, de forma sequencial, aos inspetores paroquiais, inspetores gerais de estudo e/ou ao diretor da instrução pública, que condensavam as informações, a fim de enviarem ao presidente da província (Diogénes; Pauferro, 2017, p.135).

Na Província do Paraná, no ano de 1854 ocorreu a “[...] reorganização da estrutura da inspeção da instrução pública na província do Paraná”, conforme aponta Barbosa (2017, p. 156).

Assim quando se pensa na história da inspeção na Província do Paraná, não se pode ignorar sua relação com o da Província de São Paulo. “O Paraná como comarca da província de São Paulo, conquistou sua emancipação em 1853, quando foi sancionada a lei nº704, de 29-08-1953” (Barbosa, 2017, p.40-41).

Tal reorganização da estrutura da inspeção na Província do Paraná ocorre em um contexto da junção administrativa com a província de São Paulo, perdurando apenas as junções de ordem econômica e legislativa, como descreve Barbosa (2017).

A questão da emancipação da província do Paraná envolvia interesse da elite paranaense, “Motivo pelo qual se inclui em sua pauta a instrução pública; com ela não apenas a mão de obra seria mais bem formada, mas também o governo conquistaria maior visibilidade frente aos governados” (Magalhães apud Barbosa, 2017).

Assim a atuação da inspeção poderia estar regulamentada dentro de um contexto que favorecia a elite paranaense por intermédio da instrução pública⁵.

A questão de um rompimento em termos legais com a Província de São Paulo ocorre apenas em 1857.

Entretanto, a função de cada integrante da Inspetoria de Instrução Pública

⁵ Regulamento da Instrução Pública da Província do Paraná (24-04-1857) e regulamento da instrução (01-09-1874), regulamento do ensino Obrigatório (06-07-1877), regulamento do ensino Obrigatório (02-12-1883), regulamento da Instrução Pública do estado do Paraná (19-01-1980), informações encontradas na dissertação de Etienne Baldez Louzada Barbosa.

continuou sendo pautada pelo Regulamento de Instrução Pública da Província de São Paulo de 1851, até que o regulamento paranaense fosse pensado, o que ocorreu em 1857 (Barbosa, 2017, p.159).

Além do Regulamento de Ordem Geral para as escolas da Instrução Primária de 08 de abril de 1857, outros regulamentos estiveram presentes no ano de 1857 que auxiliaram no processo da reorganização da estrutura da inspeção do ensino na província do Paraná, sendo o Regulamento da Inspeção da Instrução Pública da Província do Paraná.⁶

Em relação à inspeção, Giglio (2017) a caracteriza em dois contextos, o primeiro na do governo da província de São Paulo e o segundo no governo central, citando o século XIX,

[...] tem sua origem numa prática política de controle dos negócios do Estado em todos os âmbitos da administração pública; tendo em vista que a administração e suas instituições se encontram em desenvolvimento no contexto da recém-independência da Constituição do Império e da autonomia para legislar conferida às províncias em 1834, a inspeção corresponde ao grau de especialização e normatização de cada ramo dos negócios da província (Giglio, 2017, p.67).

A inspeção está inscrita numa fórmula mais geral de civilização que articula o olhar às palavras como as leis, normas, regulamentos, e a palavras como as ações ou práticas de governo (Giglio, 2017, p.69).

Para Giglio (2017), o trabalho da inspeção dentro do contexto do governo imperial se caracteriza pela presença da estatística como um instrumento a serviço do estado.

A estatística foi à tecnologia, a sciencia dos factos sociaes que permitiu ao governo conhecer em nova escala o seu território, tornando-se a inspeção um meio imprescindível, a forma complementar a norma para dar uniformidade às condutas dos agentes públicos e aos registros necessários a essa estatística. Em cada ramo dos negócios da província há a presença da inspeção e de inspetores em toda a arquitetura de governo (Giglio, 2017, p.69).

Dentre a atuação do inspetor nas várias instâncias da administração, tem-se o que Silva e Sposito (2007, p.29) cita como um [...] “pequeno aparato burocrático-operacional”.

Quando se detém o pensamento na figura do inspetor como aquele que atua em várias instâncias da administração, ocorre o exemplo do inspetor no campo do judiciário ou outra característica relacionada à inspeção no governo imperial, e ainda a ideia de inspetor de quartirão. Enquanto o primeiro busca pela organização do sistema judiciário, os inspetores de quartirão trabalham a serviço do magistrado.

⁶ O regulamento da inspeção da instrução pública da província do Paraná, alterando e conformando as disposições da Lei nº 34 de 16 de março de 1846 com a Lei nº 21 de março de 1857. Disponível em: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/1857.pdf. Acesso em: 16 nov. 2023

Para dar conta de tantas e importantes atribuições, cada um destes magistrados deveria dispor de um pequeno aparato burocrático-operacional, formado por um escrivão para expedir os autos e mais papéis relativos ao seu juízo, inspetores de quarteirão conforme o número de quarteirões existentes no distrito sob sua jurisdição e mais os oficiais de justiça, em número compatível. No entanto, dentre todos estes, foram os inspetores de quarteirão que ganharam mais notoriedade (Silva, 2007, p.29).

Assim observa-se que dentro do período do Governo Imperial, a inspeção se caracterizou como um aparato de controle da administração do Estado em seus vários ramos e em se tratando da Instrução Pública representou o apoio para o fortalecimento da instrução pública no Império.

Giglio (1995) cita que em 1865, o relatório do Presidente, ao tratar da Inspeção da Instrução, na Província de São Paulo, ressalta

O ensino, para produzir os seus efeitos necessita da inspeção. A inspeção é o governo da instrução. A inspeção oferece dois aspectos; ela é ordinária ou extraordinária. A ordinária subdivide-se em cotidiana, e é indeterminada ou imprevista. A inspeção cotidiana chama-se vigilância. Ela é própria das autoridades locais que vivem em contato com a escola, e exerce sua intervenção todos os dias. A inspeção indeterminada ou imprevista deve ser exercitada com o fim de fortificar a vigilância das autoridades locais, despertar o zelo dos professores, uniformizar o ensino, e representar o pensamento que o preside, manifestado pela autoridade central que dirige o governo da instrução. Assim organizada a inspeção, sem a qual eu não compreendo a possibilidade de auferir vantagens e proveito da instrução, cumpre observar que assim a vigilância, como a inspeção, propriamente dita, demanda pessoas habilitada (Giglio, 2017 p.89).

Portanto, a ideia do inspetor com um representante da instrução pública e agente de vigilância, é a de controlar os locais onde ela ocorria. A longa e detalhada descrição acima cumpre o objetivo de demonstrar as origens da inspeção como uma função que ocupou lugar na administração pública, e por não ser apenas uma função que existiu no âmbito da educação. Para a pesquisa que desenvolvi foi necessário fazer alguns recortes para delimitar o objeto. Dentre eles, o espaço geográfico – uma parte do interior paulista – e um período – 1933 a 1947, ambos justificados mais à frente.

Inicialmente, será delimitada a problematização: Considerando que a instrução pública paulista na República terá a sua organização definida apenas a partir do *Código de Educação* de 1933, como passou a ser a atuação do inspetor escolar entre os anos de 1933 a 1947 no interior paulista? Para buscar tal resposta, foram estabelecidos objetivos gerais e específicos.

O objetivo geral é analisar e compreender elementos da atuação do inspetor escolar no ensino paulista, levando em consideração suas condições durante o período de 1933 a 1947.

A pesquisa tratará de objetivos específicos como: refletir como a inspeção escolar contribuiu com a administração dos estabelecimentos de ensino; como isso ocorreu com base em sua atuação em períodos anteriores e dentro de um processo em que se buscava estabelecer a organização de um sistema de ensino.

Para uma melhor compreensão sobre a inspeção escolar foi realizada uma breve contextualização histórica anterior ao período do recorte temporal aqui proposto para a pesquisa. Tal reflexão auxilia a tornar mais claros os rumos tomados e os avanços alcançados pela inspeção escolar num espaço de tempo entre as décadas de 1930 e 1940.

A escolha do recorte temporal é marcada pela presença de momentos importantes para a questão da organização do sistema de Ensino Paulista com o *Código de Educação* do Estado de São Paulo estabelecido pelo Decreto n. 5.884 de 21 de abril de 1933, e, finalizando o recorte temporal, em 1947, com a criação da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo⁷. Assim ocorreu, pois, até a criação do referido decreto, o que se tinha em vigência era o Decreto nº 4.917, de 3 de março de 1931 que “transformava a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior em Secretaria de Estado da Educação e da Saúde Pública e dá outras providências”.

A década de 1930 é um período caracterizado pela consolidação do *Código de Educação* do Estado de São Paulo de 1933 elaborado no momento em que Fernando de Azevedo era Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo.

Acerca da justificativa para a escolha inicial do recorte temporal, Gandini e Riscal (2007, p.117) escrevem:

O *Código de Educação* do Estado de São Paulo, instituído em 1933, estabeleceu alterações profundas na administração do ensino primário, unificando a administração educacional, subordinando ao Departamento de Educação o ensino pré-primário, o ensino primário, o ensino secundário, o ensino normal, o ensino profissional, o ensino particular, a educação física, os serviços auxiliares de educação, como o Almoxarifado do Ensino e o Serviço de Higiene e Educação Sanitária Escolar.

Dentro deste contexto histórico do ensino paulista, por meio de fontes documentais como os Anuários de Ensino do Estado de São Paulo-AES, indica-se quanto a sua importância, o que Castro (2014) descreve:

Nesses anuários foi reunido um vasto repositório de dados estatísticos e informações sobre o aparelho escolar paulista durante as primeiras décadas do século XX, selecionados e organizados segundo os vários olhares e objetivos das “altas autoridades” da instrução pública paulista da época, principalmente

⁷ <https://www.educacao.sp.gov.br/institucional/a-secretaria/historia-da-secretaria/> realiza um breve histórico da secretaria de educação de sua fundação em 1930 até o ano de 1947.

daquelas que estiveram à frente da Inspetoria-Geral do Ensino, entre 1907 e 1927, como o inspetor-geral João Lourenço Rodrigues (1907-1909) e, posteriormente, à frente da Diretoria-Geral da Instrução Pública até 1927: Oscar Thompson (1909-1911 e 1917-1920), João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior (1911-1917), Antônio de Sampaio Dória (1920-1921), Guilherme Kuhlmann (1921-1924) e Pedro Voss (1924-1927) (Castro, 2012, p.214).

Pensou-se em um recorte geográfico em que fosse possível “olhar” a questão da localização, por ser mais dificultosa em certas regiões como descreve Souza (2015) “sertões de São Paulo” e desta forma registradas nos Relatórios da Delegacia Regional do Ensino de Presidente Prudente, publicados em 1935 e 1940, e catalogados no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Segundo Celeste Filho (2012, p. 73), “Os relatórios das Delegacias Regionais de Ensino de São Paulo são fontes de pesquisa fundamentais para a História da Educação paulista num dos momentos decisivos da institucionalização dos sistemas públicos de educação no Brasil”.

Também se justifica a escolha da região de Presidente Prudente e do Distrito de Varpa⁸, pertencente a Tupã/SP, regiões descritas por Souza (2015) como zonas pioneiras: a primeira conhecida como Alta Sorocabana e a segunda como Alta Paulista.

Durante os estudos em relação à inspeção escolar pensou-se em “olhar” para os documentos tendo também como critério as características locais e históricas das fontes a serem pesquisadas com os termos de visitas arquivados dos inspetores escolares, através de fotografias e imagens como meio de se avançar no contexto nos quais a inspeção é objeto de investigação.

Por tratar-se de uma pesquisa histórica, no âmbito da Nova História Cultural cuja abordagem é bibliográfica e documental, a utilização da vertente metodológica se aplica a partir do pensamento de historiadores como Roger Chartier e dos conceitos de representação e prática.

Em relação à justificativa da utilização dos documentos históricos para a presente pesquisa, Le Goff (2003, p 538) acredita que são, [...] “o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente da história, de épocas sucessivas em que se continuou a viver, mas talvez esquecido, ou de épocas em que passou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio”.

Em relação à utilização dos documentos históricos, Barros (2020) acredita ser importante ter objetividade em relação ao chamado “universo documental” para o desenvolvimento da pesquisa ora apresentada, e acredita também que as fontes históricas são de base empírica trazendo como benefício a legitimidade na fala do historiador.

Vale ainda enumerar algumas interessantes contribuições da história para o estudo aqui proposto, como a do historiador Philippe Ariès que inicia sua obra *O tempo da história* (1989),

⁸ Através do Decreto-Lei nº 14.334 de 30 de 11 de 1944, Varpa passa a pertencer ao Município de Tupã-SP.

com sua autobiografia, em que ele próprio, com um olhar interno de suas vivências começa a questionar a realidade. Ele chega à conclusão que ao tratar sobre os homens de sua época, estes viviam na República, mas pensavam como os homens no Antigo Regime e devido a estas questões, Ariès (1989) sentiu a necessidade de pensar em uma história que despertasse a conscientização da existência de lacunas pelos homens que viviam na sociedade do seu tempo. Ele relata suas críticas a uma visão de história limitada, pronta, fechada.

Suas leituras alimentavam as imagens que tinham herdado e consideravam definitivas. A própria ideia de um retoque ou de uma renovação causava-lhes horror. Coisa curiosa, eles não tinham consciência de suas lacunas. Menos por negligência, por preguiça de espírito do que porque a seus olhos não havia lacunas (Ariès, 1989, p.5).

Como escreve Ariès (1989), uma história com lacunas nos remete ao pensamento de que é preciso buscar diferentes olhares para questões que se consideram bem definidas, ou consolidadas, dentro de um determinado grupo ou de uma sociedade com um todo.

Se a intenção é buscar outras respostas para muitos fatos em relação à inspeção escolar que parecem já estar bem definidas, Prost (2008) sugere rever a história através de documentos com uma intencionalidade clara para se obter possíveis novas respostas através da interpretação e da problematização das fontes.

Sobre a importância da pesquisa historiográfica Certeau (1982, p.66) escreve:

Toda pesquisa historiográfica articula-se com um lugar de produção socioeconômica, política e cultural. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.

Assim, a pesquisa buscou possíveis respostas, novas interpretações e lacunas que surgiram em relação à inspeção escolar no ensino paulista nos períodos de 1933 a 1946; lacunas estas que se referem às estruturas das condições de trabalho do inspetor, à quantidade de inspetores que atendiam as reais necessidades do ensino, e qual tipo de formação era ofertada a estes inspetores.

As fontes documentais aqui apresentadas serão analisadas visando compreender aspectos de ordem social, cultural, econômica e política que puderam interferir nas condições da atuação do inspetor escolar, bem como compreender os conceitos, palavras e nomes que marcam os documentos utilizados como fonte de pesquisa para escrita da dissertação.

Assim para o desenvolvimento dessa dissertação as fontes foram localizadas nos seguintes locais: Site ALESP <https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/>

No Arquivo Público do Estado de São Paulo:

-Anuários de Ensino (de 1907-1936)

Na Biblioteca Digital Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) Site:
<https://bibliotecadigital.seade.gov.br/>

-Anuários Estatístico do Brasil 1936.

-Relatórios da Educação, Governo do Estado de São Paulo (coleção de Publicações Oficiais), referente à Delegacia Regional de Ensino de Bauru de 1933, Delegacia Regional de Presidente de Prudente de 1936, 1940.

Nos Arquivos Permanente das escolas:

-Escola Municipal de Ensino Fundamental “Dr. João Mendes Júnior” (antigo Grupo Escolar) - fonte documental *Termo de Visita* da Inspeção Escolar (de 1937-1947) Município de Assis-SP.

-Escola Estadual João Brediski - fonte documental *Termo de Visita* da Inspeção Escolar (de 1943-1947) Distrito de Varpa pertencente ao município de Tupã-SP.

-Escola Estadual Gabriel Monteiro (antigo 2º Grupo Escolar) - fonte documental: *Termo de Visita* da Inspeção Escolar (de 1936-1947), Termo de uso da Biblioteca Escolar Município de Marília-SP.

-Escola Estadual Gabriel Alves (antigo Grupo Escolar) - fonte documental Mapas de Movimento das escolas isoladas (de 1932-1945) Município de Vera Cruz-SP.

No Arquivo da Diretoria Estadual de Ensino de Marília-SP

-Antiga a Escola mista rural do Bairro de Sete Quedas Município de Marília-SP.

A utilização de outros documentos oficiais como leis e regulamentos tratando de maneira geral sobre o ensino paulista, voltados também à inspeção escolar auxiliaram na investigação do papel atribuído à inspeção dentro dos documentos legais e as mudanças que ocorriam, Desta forma observando-se as fontes documentais como por exemplo os termos de visita da inspeção e relacionaram-nos com o *Código de Educação* do Estado São Paulo de 1933, e após analisarem-se alguns trechos dos termos de visita da inspeção escolar pôde-se verificar se sua atuação condizia que as escolas pudessem seguir o modelo de educação proposto no *Código de Educação* de 1933.

No primeiro Capítulo A Inspeção Escolar na Primeira República, partindo da caracterização da inspeção do início da Primeira República até o ano de 1920, traça-se um panorama das práticas da inspeção na Instrução Pública no ensino paulista com a análise de Anuários de Ensino do estado de São Paulo publicados entre 1907 a 1917

O segundo Capítulo Inspeção Escolar entre 1930-1940 faz uma reflexão em relação à inspeção escolar no ensino paulista nas duas décadas em que foi realizado o recorte temporal da pesquisa, nos diferentes momentos em que a inspeção escolar foi necessária a saber: escotismo, grupos escolares, escolas isoladas e inspeção nas escolas normais livres. Para assim caracterizar geograficamente e historicamente as regiões e os municípios do interior paulista no qual parte das fontes documentais supracitadas foram obtidas.

O terceiro Capítulo A inspeção escolar no interior paulista: entre práticas e representações é dedicado à apresentação da análise das fontes localizadas nos arquivos dos antigos grupos escolares localizados, respectivamente, nas cidades de Assis-SP, Marília-SP, Vera Cruz-SP, pertencentes à Diretoria de Ensino de Marília-SP e que apresentam em comum os “termos de visitas” e os antigos “mapas de movimento das escolas isoladas”. Por meio destes documentos foram localizadas “pistas” que ajudam na compreensão da atuação do inspetor escolar por meio de dados acerca da localização geográfica e da importância de tais regiões para a pesquisa, sendo a região oeste paulista especificamente a Alta Sorocabana e Alta Paulista.⁹

Especifica também a atuação da inspeção diante da escola isolada, como ocorria tal processo, bem como o papel da inspeção sanitária, que são pontos importantes para a pesquisa, concluída pelas considerações finais.

Em anexo, seguem imagens de modelos de mapas das delegacias de ensino citadas na presente pesquisa; fotografias do contexto educacional do interior paulista de 1930-1940 utilizados como fonte de pesquisa para esse trabalho, e, fontes inseridas no corpo da dissertação que auxiliaram na compreensão do objetivo da pesquisa.

⁹ Para conhecimento da história mais detalhada da história do oeste paulista a obra *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937)* escrita por Joseph Love, no ano de 1982 descreve o Oeste Paulista e a obra *Crescimento da População no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos de 1981* do autor José Francisco Campos descreve a região do Oeste Paulista em dez zonas e tal divisões regionais do estado de São Paulo em concordância com as estradas de ferro.

2 INSPEÇÃO ESCOLAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Quando se investiga o conceito de inspeção e de suas origens, é necessário compreender algumas características da finalidade desta função. De uma maneira mais ampla, além de aspectos educacionais e anteriores à Primeira República tem-se como exemplo a Inspeção da Instrução Pública na província de São Paulo entre os anos de 1836-1876, sobre a qual a autora Giglio (2017, p.69) escreve:

Os inspetores, de modo geral, tinham a seu encargo a tarefa de induzir, vigiar, corrigir e fazer cumprir os dispositivos reguladores, sejam eles as leis, regulamentos ou outras normas emanadas do governo, e o faziam nesse duplo movimento: a partir das normas escritas exerciam autoridade por meio da presença, observação e registros, e ao reunir informações advindas da observação, forneciam elementos para a produção de novas normas e a revisão das já existentes, de modo a cobrir as subversões observadas, gerando as condições para o desenvolvimento de uma nova tecnologia de governo que permitiu cada vez mais estabelecer vinculações entre os diferentes ramos da administração e especializar suas ações.

Assim como o Inspetor da Instrução Pública acabava por ser um agente que zelava pelo cumprimento das normas e das leis, ele contribuía para a ordem estabelecida pela administração da época. Por meio de informações históricas é possível observar a relação da inspeção escolar com a fiscalização.

O autor Brejon (1958, p.8) escreve que a concepção de inspeção escolar esteve relacionada com uma ação “policial”, ou seja, fiscalizadora, e a mais antiga.

Por outro lado, a inspeção considerada como uma forma de assistência que tem por fim melhorar a educação em geral, somente pode surtir os melhores efeitos se seus encarregados estiverem em condições de se utilizar-se adequadamente dos inúmeros meios que lhes podem oferecer as conquistas no terreno da moderna pedagogia, isto é, se eles estiverem suficientemente preparados (Brejon, 1958, p.9).

Tendo o estudo como destaque a função dos Inspetores de Ensino do estado de São Paulo, entre 1933 a 1947, se fez importante refletir como a inspeção escolar contribuiu com a administração dos estabelecimentos de ensino por meio da atuação dos inspetores escolares, dentro de um processo em que se buscava estabelecer a organização da educação

[...] no final do século XIX se pode constatar a intenção do governo do estado de constituir os elementos necessários para o estabelecimento de um sistema de ensino que seria responsável pela criação, manutenção e organização das escolas em todo o Estado de São Paulo (Gandini; Riscal, 2007, p.107).

Dentro do processo histórico referente à inspeção escolar nos anos finais do século XIX (início do período republicano), e primeiros anos do século XX, no Ensino Paulista, alguns acontecimentos marcaram a atuação da inspeção escolar.

A Inspeção Escolar nesta época aconteceu em um contexto marcado entre os anos de 1892 a 1896, por um conjunto de reformas da Instrução Pública Paulista, sendo esta de responsabilidade da Secretaria de Negócios do Interior.

Conforme Chede (2014, p.48) ao tratar da importância das reformas para atuação do inspetor do ensino paulista.

Nos dispositivos legais que acompanharam as reformas em São Paulo, há uma preocupação constante na estruturação da atuação da inspeção, no interior da instrução pública. Essa demanda é afirmada por meio de vários dispositivos legais voltados à regulamentação da atuação do inspetor como um agente dessa nova organização e estruturação burocrática, integrante dos novos quadros do governo.

O déficit¹⁰ em relação ao ensino já era uma condição existente no Império devido às condições em que a oferta de ensino ocorria.

A débil fiscalização do ensino no Império deixava os professores mais livres para organizar o ensino como bem lhes aprovasse. Escolhiam os conteúdos do programa, estabeleciam o ritmo do trabalho e as normas disciplinares em relação aos alunos. Parcial autonomia mantiveram os professores das escolas isoladas nas primeiras décadas republicanas, apesar da fiscalização dos inspetores de ensino. O mesmo não ocorria com os grupos escolares. Além da fiscalização mais assídua dos inspetores, havia o controle permanente dos diretores (Souza, 2009, p.72).

Saviani (2015) afirma que nos primeiros anos da República, por meio da Reforma da Instrução Pública Paulista, efetivada entre 1892 e 1896, foi possível instituir o Conselho Superior da Instrução Pública, a Diretoria Geral da Instrução Pública e os Inspectores de Distrito. Neste contexto Faria Filho apud Saviani (2015) escreve que o inspetor teria atribuições burocráticas que prevaleciam sobre as técnico-pedagógicas ao definir inspeção como fiscalização.

Em 1 de agosto de 1897, a Lei n.520 extingue o Conselho Superior de Instrução Pública e as inspetorias distritais, ficando a inspeção e a direção e a

¹⁰ Segundo Clark (1998, p.60) A forma de ensino apresentada pelo Governo Imperial durante o longo período de sua duração mostrou-se deficiente e fragmentado, sem apresentar um plano nacional que lhe desse sentido de organização. Isto repercutiu de forma negativa nas províncias, especialmente na de São Paulo. As escolas existentes nessa província eram escassas, mal organizadas e dirigidas por mestres improvisados, situação que refletia o desinteresse da elite dominante pela educação.

inspeção de ensino sob responsabilidade de um inspetor-geral, em todo o Estado, auxiliado por 10 inspetores escolares (Saviani, 2015, p.26).

A lei n. 520, de 26 de agosto de 1897 que suprime o Conselho Superior de Instrução Publica e dá outras providências é caracterizada por definir uma nova organização da inspeção nos últimos anos do século XIX.

2.1 A inspeção nos Anuários do Ensino

Os Anuários de Ensino do estado de São Paulo foram sistematizados a partir de 1907-1908, destacando a Inspeção Geral como responsável em estabelecer os Anuários de Ensino, conforme Castro (2012, p.212)

É possível se afirmar que o primeiro anuário foi o de 1907-1908, publicado em 1908, ainda pela Inspeção-Geral do Ensino com a colaboração de uma comissão de redação composta pelo então inspetor-geral do ensino, João Lourenço Rodrigues, e pelos inspetores escolares Ramon Roca Dordal, René Barreto e José Carneiro da Silva.

Assim a inspeção geral foi responsável pelas primeiras publicações dos Anuários de Ensino.

Fazendo referência à história dos Anuários de Ensino e o contexto em que ocorreram sua publicação Catani (1995, p.10).

Nos embates da história da educação paulista, o surgimento em 1907-1908 dos Anuários de Ensino-publicações oficiais de informação e celebração dos fatos do sistema educacional representa uma vitória da orientação do Estado sobre o grupo de professores da Associação Beneficente do Professorado Público, que vinha editando a Revista desde 1902 e não andava em boas relações com Secretaria do Interior, órgão ao qual estava subordinado a Inspeção Pública.

Segundo Castro (2012, p.213) “a partir de 1908, até o ano de 1927, os anuários foram publicados a cada um ou dois anos, sendo que, a partir do anuário de 1909-1910, todos os demais foram organizados pela Diretoria-Geral da Instrução Pública”.

Nos primeiros anos do século XX, segundo o *Anuário de Ensino* (São Paulo, 1908), a fiscalização escolar ficava a cargo dos inspetores do Distrito, tendo estas duas funções: inspecionar e fiscalizar. Porém os Anuários do Ensino reforçam que a inspeção com função de fiscalização ficando a cargo das municipalidades não obteve confiabilidade. Explicita que o

[...] inquérito anterior deixou patente a falta de idoneidade da municipalidade ou de seus pressupostos para esta função que é mais difícil do que parece. A fiscalização aqui não é um policiamento, uma mera verificação de assiduidade. Uma tal fiscalização, à força de ser vexatória, se torna irritante e ineficaz. A fiscalização e a inspeção escolar são, em fundo, a mesma coisa (São Paulo, 1908, p.38).

O trecho acima retirado do *Anuário de Ensino* de 1907-1908 mostra a falta de confiabilidade em relação à municipalidade. No que se refere à atuação dos inspetores estaria comprometida, o que viria a tornar a inspeção apenas um policiamento ou uma fiscalização ineficiente.

Dentro do contexto aqui apresentado pelo *Anuário de Ensino* de 1907-1908 define-se a questão da fiscalização do espaço escolar. “A verdadeira fiscalização escolar é um trabalho de conservação e como tal pressupõe um trabalho anterior de organização do ensino” (São Paulo, 1908, p.40).

A atuação do Inspetor Escolar citada no *Anuário do Ensino* de 1907-1908 faz referência à Divisão do Estado em Distrito; o relator acredita que a divisão contribuiria para a realização do trabalho de inspeção. “A divisão do estado em distritos constitui¹¹, pois, condição indeclinável para retornar efetiva a responsabilidade dos inspetores e obter, na orientação do ensino a indispensável continuidade” (São Paulo, 1908, p.40).

Dentro da proposta de organização do trabalho da Inspeção no Ensino Paulista existe a preocupação de tal atuação ocorrer dentro de escolas isoladas; ressalta-se que neste contexto as escolas graduadas conseguiam mais avanços em relação à organização do serviço da Inspeção Escolar.

A implantação da escola graduada implicou um duplo processo de redistribuição do poder na organização escolar. Externamente, tomou melhor forma o serviço de inspeção escolar, condicionando o funcionamento dos grupos escolares. Internamente, a redistribuição do poder implicou o estabelecimento de papéis e regulamentação da vida cotidiana dos diferentes grupos ali existentes: diretor, professores, alunos, servente, porteiro. O diretor constituiu um novo centro de poder que se interpunha entre professores e inspetores e entre estes e o pessoal administrativo (Souza, 1998, p.82).

Mesmo com os grupos escolares, a inspeção das escolas se fazia necessária, pois as escolas isoladas ocupavam um lugar importante na formação devido à quantidade superior de matrículas comparada com a dos grupos escolares.

Em 1900, havia 15.551 alunos matriculados em escolas isoladas e 15.280 em grupos escolares, em 1908, o contingente de matrículas em grupos escolares

¹¹ Por se tratar de uma pesquisa histórica será mantida a ortografia conforme escrita no original.

não chegou a dobrar, enquanto o número de alunos em escolas isoladas aumentou duas vezes e meia. A partir de 1908, o crescimento da matrícula geral em grupos escolares foi extraordinariamente rápido: de 1908 a 1927 aumentou 524% enquanto, neste mesmo período, em escolas isoladas, o aumento foi de 90% (Costa apud Oriani, 2022, p.121).

Por isso a criação dos chamados inspetores residentes seria uma possibilidade de melhorias da atuação de um processo de inspeção nas escolas isoladas dos respectivos distritos como estabelece o *Anuário do Ensino* de 1907-1908.

Dos diversos alvitre lembrados para melhorar o serviço de inspeção escolar, o que mais se abeira deste desiteratum é o da criação de duas categorias de inspectores. A uns inspectores residentes ficaria o encargo de organizar e inspecionar as escolas isoladas dos respectivos distritos. Os atuais inspectores, que então tomariam o título de directores do ensino ou inspectores centrais, ficariam servindo de intermediários entre os inspectores residentes e a Inspectoria Geral, fariam em reuniões periódicas, às vezes do extinto Conselho Superior e seriam, além disso, encarregados da organização e inspeção do ensino nos grupos escolares (São Paulo, 1908, p.41).

Assim, além da inspeção das escolas isoladas, os inspectores passam a ocupar outras atribuições como descrito no *Anuário do Ensino* de 1907-1908.

O *Anuário de Ensino* de 1908-1909 tem como característica em sua estrutura um momento dedicado a tratar dos relatórios dos inspectores escolares, no qual é descrito a importância dos relatórios dos inspectores escolares com uma possibilidade para se conhecer as necessidades do ensino público de São Paulo.¹²

Para dar a conhecer o estado do ensino público em São Paulo, assim com suas necessidades e as lacunas que, como organismo complexo que é deve naturalmente apresentar, publicamos os relatórios dos Inspectores Escolares, em sua íntegra na parte que se refere a questões gerais do ensino, quer sob o ponto de vista técnico, quer quanto ao seu funcionamento administrativo. Muitas das ideias e medidas lembradas ou propostas nesses relatórios, como outras de iniciativa do Sr. Dr. inspector Geral, foram já postas em execução no sentido de melhorar a organização geral do ensino, assim como a sua administração e distribuição (São Paulo, 1909, p.9).

Em relação à importância dos relatórios dos inspectores escolares como forma de representação dos discursos oficiais. “Penso que esses discursos oficiais de inspectores,

¹² Dentre a importância dos inspectores escolar e dos delegados de ensino (As Delegacias Regionais de Ensino de São Paulo surgem 1920, por meio da Reforma Sampaio Dória de 1920). As avaliações de inspectores e delegados de ensino a respeito das instituições de ensino e dos professores que atuavam nelas contribuíam para fiscalizar o cumprimento dos regulamentos administrativos e, de certo modo, sustentavam a elaboração das políticas públicas voltadas para a expansão da escola em São Paulo. Essas avaliações oficiais se concentravam em documentos, os quais eram publicados periodicamente pela Diretoria Geral da Instrução Pública e, no âmbito da análise que proponho com este artigo, contribuíram para ordenar e hierarquizar a realidade educacional paulista (Oriani, 2017, p.205).

delegados e diretores e ensino são representativos de uma percepção a respeito das instituições de ensino primário” (Oriani, 2017, p.205).

Avanços para as novas questões no que se refere ao percurso nos processos de atuação da Inspeção de Ensino também são apresentados no *Anuário de Ensino* de 1909-1910, citando o decreto de nº 1883, de 06 de junho de 1910, que estabelece a Diretoria Geral da Instrução Pública (São Paulo, 1910, p.12).

Assim, o *Anuário de Ensino* de 1909-1910 estabelece que a Diretoria Geral não era apenas composta de inspetores, pois mesmo sendo em número maior a Diretoria Geral era constituída de outros profissionais. “A Diretoria Geral está assim constituída por: 01 Diretor Geral, 16 inspetores escolares, 01 secretário, 03 escrivães, 01 porteiro, 01 contínuo e 01 servente” (São Paulo, 1910, p.12).

Para o redator do *Anuário de Ensino* de 1909-1910, a criação da Diretoria Geral da Instrução Pública trouxe avanços para o ensino, pois colaborou com uma possível melhoria na “divisão” das tarefas referentes à organização do trabalho. “Os assuntos puramente administrativos: nomeações, permutas, remoções e demissões estão exclusivamente a cargo da Secretaria do Interior”. Assim, dentro da Diretoria Geral da Instrução Pública a inspeção ocuparia lugar de destaque com uma atuação mais próxima às escolas (São Paulo, 1910, p.12).

Seguindo o que estabelece o Decreto nº 1883, de 6 de junho de 1910, Reorganiza a Inspetoria Geral do Ensino Público, Paulo (2007, p.105), escreve: Os inspetores escolares, no desempenho de suas funções, deveriam cumprir as ordens transmitidas pelo governo ou pelo Diretor Geral. A esse funcionário eram conferidas 11 atribuições.¹³

O Decreto nº 1883, de 6 de junho de 1910, Reorganiza a Inspetoria Geral do Ensino Público e também reforça quem deveria ser o inspetor escolar. “Artigo 12. - A nomeação de

¹³ O Decreto nº 1883, de 6 de junho de 1910, Reorganiza a Inspetoria Geral do Ensino Público. Estabelece 11 atribuições para o inspetor escolar. **Artigo 18.** - Incumbe ao inspetor escolar: 1.º Comparecer todos os dias na Diretoria Geral quando não estiver em serviço determinada pelo diretor, afim de o auxiliar nos trabalhos que lhe forem confiados; 2.º Visitar com frequência as escolas da zona a seu cargo de acordo com as instruções do diretor geral, lavrando termo de sua visita; 3.º Receber queixas, reclamações e representações sobre o serviço a seu cargo, transmitindo-as ao diretor geral, quando não tenha competência para as resolver; 4.º Instruir os diretores de grupos e professores sobre o cumprimento de seus deveres; 5.º Guiar os diretores de grupos e professores na organização técnica da suas classes e na adopção da métodos processos de ensino recomendados pelo diretor geral; 6.º Impor penas que forem de sua competência aos diretores de grupos e professores por faltas que commetterem; 7.º Fazer conferencias publicas sobre assumptos que interessem ao ensino e contribuam para a educação cívica do povo; 8.º Inquirir dos professores a modificação que convenha introduzir no regimento escolar; 9.º Enviar mensalmente a diretor geral uma exposição dos serviços realizados; 10. Apresentar anualmente ao diretor geral um relatório minucioso sobre o ensino na zona percorrida propondo melhoramentos e modificações que julgar conveniente introduzir no regimento escolar, manifestando sua opinião a respeito dos professores; 11. Promover, de acordo com as municipalidades, o serviço de estatística escolar; 12. Propor ao diretor geral, fundamentando a proposta, a inclusão do nome dos professores no «Livro de Honra»; 13. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações do Governo e do diretor geral relativas ao ensino (São Paulo, 1910a, p.4).

inspetor escolar somente pode recair em professor diplomado pela Escola Normal com a necessária pratica de ensino.” (São Paulo, 1910a, p.2).

Em relação à atribuição da Diretoria Geral da Instrução Pública, o *Anuário de Ensino* de 1909-1910 detém, entre suas atribuições “[...] a inspeção das escolas isoladas, dos grupos escolares, das escolas complementares e do ensino preliminar privado em todo o Estado” (São Paulo, 1910b, p.12).

Outro dado presente no *Anuário de Ensino* 1909-1910 descreve a estrutura dos municípios em relação à Diretoria Geral. “A Diretoria Geral é auxiliada por 16 inspetores, pelas câmaras municipais e pelas comissões de propaganda de ensino organizada em cada município” (São Paulo, 1910b, p.22).

Além de questões de ordem estrutural que envolviam a inspeção escolar, o *Anuário de Ensino* 1910-1911 tem descrito pelo seu redator, a importância de uma Comissão de professores para viagens ao estrangeiro visando à busca de conhecimentos para melhoria na Instrução Pública do Estado de São Paulo.

Diversos jornalistas desta capital que acompanham com interesse o movimento de nova instrução publica, já têm por vezes lembrado a necessidade e a obrigação em que está o Estado de S. Paulo em imitar os paizes(sic) deste continente que há muitos anos(sic) mandam missões especiais aos Estados Unidos e a velha Europa com o fim de lá estudarem os progressos sempre crescentes que em matéria de instrução publica (sic) se realizarem por toda a parte, nos grandes paizes (sic) civilizados (sic) (São Paulo, 1911, p.4).

Esta comissão de professores, como sugestão, também seria formada por inspetores. Assim a atuação destes últimos poderia ser caracterizada neste contexto como um possível formador. “Cada comissão teria um chefe e seus auxiliares tirados dentre os inspectores, diretores de grupo e professores de escola isolada” (São Paulo, 1911, p.6).

O *Anuário de Ensino* de 1913, organizado pela Diretoria Geral da Instrução Pública, tem um momento dedicado a tratar dos inspetores escolares pela necessidade que surgiu de haver uma uniformização de modelos pedagógicos. “Assim pensando, foi delineada uma série de instrucções sobre as disciplinas do programma em vigor-instrucções atinentes á uniformização desejada” (São Paulo, 1913, p.11).

Em continuidade à questão da atuação do inspetor escolar, acerca do quadro de visitas estabelecidas no ano de 1913 observou-se uma quantidade grande de visitas nas escolas isoladas, o que também demonstra o grau de destaque que as escolas isoladas ocupavam em

termos de quantidade de atendimento ao ensino na Instrução Pública Paulista. Tais observações foram registradas no ano posterior no *Anuário de Ensino* de 1914.¹⁴

Quadro 1 – Serviço de Inspeção Escolar: visitas durante o ano de 1913

Visitas	Quantidade
Escolas normais	18
Grupos escolares	388
Escolas reunidas	29
Escolas isoladas	3.400
Escolas municipais	142
Escolas subvencionadas	64
Escolas Particulares	205
Sindicâncias diversas	55
Processos administrativos	5
Serviços diversos	1014

Fonte: Adaptado pelo autor, a partir do *Anuário de Ensino* 1914.

O *Anuário de Ensino* de 1915 também expõe algumas informações referentes ao Serviço de Inspeção fazendo referência ao ano de 1914.

Quadro 2 – Serviços de Inspeção e fiscalização 1914.

Visitas	Quantidade
Visitas a escolas normais	17
Visitas a grupos escolares	427
Visitas a escolas reunidas	38
Visitas a escolas isoladas	3.467
Visitas a escolas municipais e particulares	311
Comissões especiais em escolas normais, grupos escolares, escolas reunidas e escolas isoladas.	293
Comissões especiais perante câmaras municipais	56
Processos e sindicâncias	48
Pareceres e informações	512
Serviços diversos	112

Fonte: Adaptado pela autora, a partir do *Anuário de Ensino* 1915.

¹⁴ O autor Campos (2018, p.31) define as escolas isoladas segundo o *Anuário de Ensino* de 1909. “As Escolas Isoladas segundo o Anuário de 1909 eram salas unificadas, regidas por um professor, com alunos de diversas faixas etárias e múltiplos níveis de desenvolvimento. O curso dessas escolas era de oito anos e seu programa dividido em duas séries, como nos grupos escolares. A finalidade da Escola Isolada era simples e modesta, seu objetivo era educar em pouco tempo as crianças para logo retornarem aos serviços que desempenhavam para ajudar no sustento do lar, desse modo tinha como objetivo atender as necessidades futuras dos alunos que tinham como objetivo o trabalho”.

Assim como exposto no quadro 1, é possível também observar no quadro 2, em anos subsequentes, que as visitas do inspetor escolar ocorreram com maior quantidade nas escolas isoladas, cabendo ressaltar que as escolas isoladas eram o modelo de escola predominante no período. Além de acontecerem em maior quantidade as visitas, a quantidade de outros serviços diversos também caracterizava a atuação do inspetor, porém como estabelece o Redator no *Anuário de Ensino* de 1915, as visitas dos inspetores escolares não eram feitas com frequência, o que podia dificultar a realização de um bom trabalho.

O Estado está dividido em 18 zonas escolares, além da capital, sendo o serviço de inspeção desempenhado por 21 inspetores.(sic). Este número de inspetores é evidentemente insuficiente para o serviço a cargo dos mesmos. Para que a implicação produza os resultados que com ela se tem em vista: a boa organização escolar, a assiduidade do professor e a frequência dos alunos, de que o progresso do ensino é função, indispensável se torna que seja feita o mais frequente e demoradamente possível (São Paulo, 1915, p.16).

O *Anuário de Ensino* de 1917 descreve que a Inspeção Escolar no ano de 1916 encontrou algumas lacunas, como por exemplo a insuficiência em quantidade de inspetores para a realização da função, por isso o *Anuário de Ensino* de 1918 volta a enfatizar a questão da insuficiência na quantidade de inspetores para atender a demandas referentes à organização do ensino.

A Diretoria geral da instrução pública não mais satisfaz, com a sua atual organização, as exigências do ensino. Organizada numa época em que o número de grupos escolares e de escolas isoladas era relativamente pequeno, sem interferência nas escolas normais, sem se preocupar com ensino particular, ela preencheu, cabalmente, os seus elevados fins (São Paulo, 1918, p.15).

Além da insuficiência na quantidade de inspetores apontadas no *Anuário de Ensino* de 1918, outro apontamento refere-se é aos dados estatísticos referente sobre o analfabetismo.

A estatística do ano de 1918 mostra que, nas escolas estaduais, municipais e particulares, estiveram matriculados 253.406 alunos, dos quais, no curso primário, somente 232.621. Houve, pois, um acréscimo sobre 1917, de 23.863 na matrícula geral; e no curso primário de 21.836. Para esse acréscimo, as escolas estaduais concorreram, apenas, com 9.686 crianças e as particulares com 12.150. Mesmo assim, 247.543 crianças, entre 7 e 12 anos de idade, ficaram sem escolas e por isso deixaram de aprender a ler, escrever e contar. (São Paulo, 1918, p.20).

No intuito de compreender e buscar medidas para minimizar o analfabetismo tratado no *Anuário de Ensino* de 1918 é apresentada por Antonio de Sampaio Dória a Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo nomeia uma comissão de Inspetores escolares com a tarefa de

elaborar um parecer propondo as medidas que pudessem sanar as altas taxas de analfabetismo no estado de São Paulo.¹⁵

A mesma comissão propõe, porém as seguintes medidas: 1ª melhor localização das escolas atuais; 2ª supressão de classes dispensáveis de certos grupos escolares; 3ª aumentar até 50 o número de alunos em cada escola; 4ª aumentar os números de inspetores, 5ª conseguir das camaras municipais a construção de prédios baratos e próprio para as escolas e moradia dos professores respectivos; 6ª proibição da matrícula de crianças menores de 7 anos de idade; 7ª obrigatoriedade de escolas de 7 aos 14 anos (São Paulo, 1918, p.21).

De acordo com o parecer elaborado pela Comissão de Inspetores nomeado pela Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo a inspeção escolar poderia possivelmente colaborar com a diminuição da taxa de analfabetismo, e não apenas com os aumentos dos números de inspetores escolares, mas junto com outras medidas consideradas necessárias para combater o analfabetismo.

A lei nº 1.720, de 30 de dezembro de 1919 “Eleva o número de inspetores escolares e dá outras providências”, além de elevar o número de inspetores escolares estaduais, também estabelecendo critérios como o de quem deveria exercer a função de inspetor escolar.

Artigo 1. - Fica elevado a vinte e cinco o número dos inspectores escolares estaduais. § 1.º - As funções de inspector escolar serão exercidas por diretores e lentes das Escolas Normais e dos Ginásios do Estado e diretores dos grupos escolares para esse fim designados pelo governo. § 2.º - Os inspectores escolares, nomeados na vigência desta lei, exercerão o cargo em comissão, podendo ser dispensados a qualquer tempo, caso em que voltarão aos seus lugares efetivos (São Paulo, 1919, p.1).

Assim a lei nº 1.720, de 30 de dezembro de 1919 também é citada no *Anuário de Ensino* 1919 retoma a questão do analfabetismo retomado tratado no *Anuário de Ensino* de 1919, têm continuidade as discussões e validando um dos aspectos apresentados no parecer pela Comissão de inspetores nomeado pela Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo no *Anuário de Ensino* de 1918, propõe ao aumento nos números de inspetores escolares como medida para a diminuição da taxa de analfabetismo. “Elevado o número dos inspetores, procurou o governo garantir o primordial trabalho das escolas- a alfabetização dos alunos e a nacionalização do ensino nas escolas” (São Paulo, 1919, p.33).

O Anuários de Ensino publicados em 1918 e 1919 são escritos em um contexto que vem anteceder a chamada “Reforma da Instrução Pública do Estado” também conhecida como

¹⁵ O Artigo Concepção político-pedagógica de Sampaio Dória (1883-1964) e a democratização da escola pública Antonio de Sampaio Doria (1883-1964), educador e homem público, que obteve destaque na Primeira República brasileira ao protagonizar a Reforma do Ensino Paulista de 1920 (Favaro, 2021, p.58).

Reforma Sampaio Dória. Lei n. 1.750, de 8 de dezembro de 1920, que auxiliou a validar de alguns apontamentos presentes no Parecer elaborado pela Comissão de Inspectores nomeado pela Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo a inspeção escolar referentes ao analfabetismo, dentre elas a questão da obrigatoriedade da frequência escolar.

Artigo 4 - São obrigadas a frequência escolar gratuita as crianças de 9 e 10 anos de idade, sendo facultada, nas vagas, a matrícula às de outras idades. A inspeção escolar teria como uma de suas atribuições dentro da Reforma da Instrução Pública do Estado garantir a obrigatoriedade da frequência escolar. “§ 6.º A inspeção escolar cabe tornar efetiva a obrigatoriedade, cumprindo-lhe aplicar as penas legais” (São Paulo, 1920, p.1).

O *Anuário de Ensino* 1920-1921 estabelece as discussões já da proposta de Reforma de Ensino.

A reforma do ensino, promulgada e em vigor, não tinha propriamente entrado em execução. Não estava regulamentada, as delegacias agiam sem a orientação de um regulamento, e a solução dos múltiplos problemas era retardada com prejuízo para o ensino e para as partes.

Outro ponto tratado na Lei n. 1.750, de 8 de dezembro de 1920 que trata da Reforma da Instrução Pública do Estado é a questão da inspeção médica escolar.¹⁶

Artigo 7.º - A inspeção medica tem por objecto: 1.º - tratar gratuitamente das principais doenças endêmicas e das moléstias de olhos, nariz e garganta os alunos pobres das escolas públicas e os das particulares que o solicitarem; 2.º examinar periodicamente os professores, alunos e empregados dos estabelecimentos de instrução publica; 3.º - aplicar, nas casas de ensino, as medidas profiláticas determinadas pela legislação sanitária; 4.º - vacinar e revacinar os professores, alunos e empregados das escolas; 5.º-verificar si satisfazem as condições higiênicas os prédios onde particulares pretendem instalar colégios ou cursos; 6.º-examinar os professores e demais funcionários do ensino, para a concessão de licença, disponibilidade e aposentadoria”(São Paulo, 1920, p.1).

Assim a inspeção médica escolar foi inserida para atender as necessidades de melhorias em relação a questão da higiene da população, pois a cidade de São Paulo devido ao acelerado crescimento urbano necessitou de ações a serem desenvolvidas para a disseminação da higiene.

Entre finais do século XIX e início do século XX, a escola torna-se alvo dos médicos-higienistas, preocupados com a higienização do social. Suas intervenções visam configurar a escola como espaço de saúde, exemplo a ser seguido pela população e, ao mesmo tempo, como um local apropriado para a

¹⁶Em relação a Inspeção Médica Escolar anterior a Reforma de 1920 já existia em São Paulo a preocupação com a sua realização como escreve Rocha (2015, p.376), instituída a IME, em 1911, como órgão subordinado ao Serviço Sanitário de São Paulo, Vieira de Mello será chamado a assumir a sua direção, ocasião em que mais uma vez lança mão das páginas do periódico que dirige. Dessa vez, para apresentar um conjunto de orientações que deveriam ser seguidas no trabalho de inspeção das escolas paulistas sob o ponto de vista higiênico.

transmissão dos preceitos higiênicos, num momento em que a cidade de São Paulo é assolada por graves epidemias. Visando conter os problemas decorrentes do rápido crescimento urbano, assiste-se, no período, à criação dos serviços de saúde, dentre os quais a Inspeção Médica Escolar (Braga; Rocha, 2006, p.1).

De um modo geral a Reforma Sampaio Dória contribui tanto para da inspeção médica escolar e para a inspeção escolar em São Paulo.

Sampaio Dória já tinha intenção de realizar conferências para explicar as principais medidas adotadas na reforma por ele apresentada, em novembro de 1920, uma vez que previa algumas das resistências que viriam da parte tanto dos professores, quanto dos inspetores escolares alvos diretos das modificações propostas, quer no âmbito administrativo, quer no âmbito pedagógico (Medeiros, 2005, p.222).

Bonfante (2020) escreve que na década de 1920 com a Reforma Sampaio Dória algumas ações aconteceram, dentre elas a criação das Delegacias Regionais de Ensino e o fortalecimento da Inspeção Escolar.

Ao assumir a Diretoria Geral da Instrução Pública em 1920, Dória, apoiado pelo Governador Washington Luís, pôs em execução uma das mais polêmicas reformas educacionais realizadas no estado de São Paulo e no Brasil no início do século XX visando, claramente, à erradicação do analfabetismo infantil (Souza, 2009, p.119).

Para Souza (2009), a Reforma Sampaio Dória representou mudanças na reorganização do sistema de ensino público estruturando as bases pelas quais o sistema escolar paulista estava organizado.

A Lei n. 1.750, de 08 de dezembro de 1920, “Reforma da Instrução Pública do Estado”, teve dentre as propostas de mudança a reorganização do sistema de inspeção escolar por intermédio da criação das delegacias de ensino como escreve Antunha apud Souza (2015). “Em 1920 foram criadas, pela primeira vez no estado de São Paulo, as Delegacias Regionais do Ensino com a finalidade de aprimorar e descentralizar o serviço de controle e fiscalização da educação pública particular” (Souza, 2015, p.6).

Assim, a Lei n. 1.750, de 8 de dezembro de 1920, estabelece também o título V “Da inspeção escolar”

Artigo 6.º Ficam criadas 15 delegacias regionais do Ensino e elevado a 35 o número dos inspetores escolares, uns e outros nomeados livremente pelo Governo entre professores diplomados, de reconhecida competência. § 1.º Os delegados regionais são obrigados a residir nas sedes das respectivas regiões, e os inspetores onde lhes determinar o diretor geral da Instrução Pública, podendo uns e outros ser removidos pelo Governo. § 2º Para cada delegacia regional, exceptuada a da Capital, será nomeado pelo Governo um secretário,

escolhido entre os professores em exercício. § 3º Por quebra habitual dos deveres inerentes ao seu cargo, determinados em regulamento, o delegado e o inspetor serão dispensados, podendo, após a dispensa, requerer uma escola isolada.

Ao se pensar na questão da materialidade dos *Anuários de Ensino*, a inspeção escolar foi essencial para a organização do sistema de ensino paulista no período Republicano Oriani (2017, p.205) escreve:

Centrado na propagação de práticas modelares e cumprindo com a lógica da reprodução dessas, o sistema de ensino organizado nas primeiras décadas republicanas no estado de São Paulo se constitui ancorado na vigilância, na inspeção escolar e no registro de práticas, procedimentos que se materializavam em relatórios e se unificavam em documentos oficiais expedidos pelos órgãos administrativos da educação.

Cabe reforçar que ao acessar os anuários digitalizados no arquivo do estado de São Paulo-SP encontra-se disponível para o acesso com um recorte temporal entre os anos de 1907 ao ano de 1926 e sendo novamente disponibilizado nos arquivos digitalizados do estado de São Paulo-SP o *Anuário de Ensino* referente ao 1936. “Após 1927, foi publicado um “relatório” referente ao período de 1927-1928, última publicação oficial do conjunto sobre a administração da instrução pública paulista da década de 1920” (Castro, 2012, p.213).

Outra característica referente a década de 1920 para o ensino paulista e diálogo com o período da última publicação do *Anuário de Ensino* em 1927, a Lei nº 2.269, de 31 de dezembro de 1927 que regulamentou a “Reforma da Instrução Pública do Estado.”

No entanto e finalmente, é possível se concluir que esta breve exposição sobre o conjunto dos anuários publicados entre 1907 e 1927, embora desenvolvida em linhas gerais, evidenciou a presença de alguns aspectos das configurações textuais dos discursos peculiares a todos, como apreocupação dos relatores de: proporcionar a ideia de conjunto à esfera da instrução pública paulista, o que caracterizaria o chamado aparelho escolar paulista; trazer a súmula dos relatórios dos inspetores escolares, com o resultado de seu estudo e observações técnicas e administrativas, capazes de orientar e concorrer para o melhoramento do serviço do ensino (Castro, 2012, p. 233).

Por meio da leitura dos *Anuários de Ensino* é possível observar o caráter fiscalizador do inspetor escolar, o inspetor ocupando lugar na organização do ensino paulista, em um contexto marcado por reformas, pela Divisão do Estado em Distritos, e da reorganização da inspeção escolar com a criação das delegacias de ensino, da inspeção nas escolas isoladas serem necessárias em comparação a dos grupos escolares, devido ao fato das escolas isoladas serem o modelo de escola predominante no momento.

3 INSPEÇÃO ESCOLAR E O CONTEXTO ENTRE 1930-1940

Após a análise de elementos acerca da representação da Inspeção Escolar anterior a 1933, pôde-se compreender o quanto teriam contribuído sobre o perfil da educação e da atuação do inspetor escolar. Assim estabeleceu-se o objetivo específico que é compreender a atuação do inspetor escolar, após 1933, segundo os discursos contidos nas fontes documentais, tendo como base os conceitos que compõem o quadro teórico-metodológico da pesquisa.

Em continuidade ao percurso que trata da atuação do Inspetor Escolar no Ensino Paulista, o *Anuário de Educação entre 1936-1937* – o único que publicado no recorte temporal desta dissertação, dedica-se a tratar do momento em que as Delegacias foram divididas em distritos escolares, porque existia uma preocupação por parte do relator Almeida Júnior em esclarecer como eram as condições do trabalho do inspetor escolar e para quem ele deveria ser desenvolvido.

A atuação promovida pelo inspetor faz referência a um dado colocado no *Anuário de Ensino entre 1936-1937*, a “Inspeção Geral do Escotismo”¹⁷

Atendeu-se, por essa forma, ao justo reclamo nosso em favor da unidade do comando, em matéria de educação nas escolas primárias do Estado. Os funcionários do escotismo cujo quadro figura em anexo, estão subordinados á chefia do Prof. Affonso Sette, inspetor escolar comissionado nessa tarefa especial (Nery, 2009, p. 1).

Cabe reforçar que anterior ao *Anuário de Ensino entre 1936-1937*, a história do escotismo acompanhada pela inspeção de ensino, porém não ocorreu apenas no ensino paulista, mas no ensino em outros estados como relatada Nery (2009, p.2).

A primeira vez que se adoptou o “escotismo” - ou “escoteirismo” - numa escola pública foi em 1916, no Distrito Federal, e as actividades eram ministradas por um Capitão do Exército. É, contudo, no Estado de São Paulo que se têm notícias da primeira tentativa de se instituir nas escolas públicas o escutismo, ministrado não por militares, mas por inspectores de ensino.

¹⁷ Cabe ressaltar que o escotismo é fundado do Brasil em 1910. Segundo a Autora Nery no texto *Práticas Escolares em revista*, no qual utiliza parte da tese de Doutorado da autora intitulada *A Sociedade de Educação de São Paulo: embates no campo educacional (1922-1931)* ao tratar do escotismo no ensino paulista escreve: “Implantado a partir da reforma de 1920 nas escolas primárias do Estado de São Paulo sofre várias alterações de princípios e métodos conforme as orientações impressas pelas gestões da instrução pública. A prática ora é apresentada como atividade de nacionalização, ora como militarização. Os instrutores são em determinados momentos professores civis e em outros militares” (Nery, 2009, p.1).

A figura 1 do Grupo de Escoteiros e Bandeirantes de Assis-SP, de 1919 posterior ao fim da 1ª Guerra Mundial representa um contexto marcado por transições globais e que influenciaram no sentido de colaborar com práticas nacionalistas e de eugenia.

O Brasil vive, no final da década de 1910, um momento de crise e de emergência de calorosos embates. O final da I Guerra Mundial, o grande número de imigrantes, os problemas decorrentes do processo de urbanização e, sobretudo, o fracasso das apostas republicanas do final do século XIX, desencadearam um processo onde o nacionalismo, a eugenia e a moralização dos costumes serão temas centrais. Para a educação, o alto índice de analfabetismo, associado a questões políticas, será o principal mal a ser atacado. É neste cenário que o escutismo ganhará força nas terras brasileiras (Pintassilgo; Nery, 2007, p.4).

Figura 1 – Grupo de Escoteiros e Bandeirantes de Assis – SP em 1 de julho de 1919, no antigo Grupo Escolar Dr. João Mendes Júnior.



Fonte: arquivo pessoal Luiz Barros.

Posterior a figura 1 de 1919 Nery escreve: O escotismo foi oficializado nas escolas públicas paulistas com a Reforma de 1920, tornando-se actividade facultativa.¹⁸

Em relação ao escotismo também na década de 1920, Souza (2008, p.72) escreve:

A partir dos anos de 20, o ideal de defesa de pátria e de constituição de corpos saudáveis e viris perpetuou-se no ensino da Educação Física e da Música. Além disso, duas novas práticas foram inseridas nas escolas primárias paulistas como atividades obrigatórias: o escotismo e o orfeão infantil.

O relatório da Delegacia Regional do Ensino de Bauru de 1933 faz referencia ao Grupo Escolar de Marília-SP instalado em 04 de fevereiro de 1930, no qual temos a presença do trabalho do Escotismo Grupo Escolar em que Quintiliano José Sitrângulo Delegado Regional de Bauru fazendo referencia ao bom desempenho por parte do escotismo nesta instituição.

Escotismo - O Grupo Escolar de Marília mantém a melhor comissão da Região mais de 300 escoteiros têm tomado a si o encargo de todas as comemorações cívicas. Realizam também excursões e exercícios físicos. É, sem favor, uma instituição que pratica o verdadeiro escotismo (Sitrângulo, 1933, p.442).

Souza (2008, p. 72) apresenta algumas características dos escotismos nos Grupos escolares:

O escotismo funcionou especialmente nas seções masculinas dos grupos escolares, mas há registros também de participação das meninas e muitos educadores se referiam a ele como magnífica escola de moral e civismo. Os grupos de escoteiros participavam de comemorações cívicas, desfiles, campanhas de saúde e de erradicação do analfabetismo e tiveram uma presença bastante significativa nas escolas públicas até a década de 1960.

¹⁸ A Reforma Sampaio Dória de 1920, aconteceu nas escolas públicas paulistas no Estado de São Paulo. Para conhecido mais detalhado do escotismo após a Reforma Dória de 1920, nos Anuários de ensino dentre eles o de 1923, trata do escotinos no ensino publico paulista, nos relatórios dos inspetores escolares da Directoria Geral da instrução pública de São Paulo.

Figura 2 – Escotismo Grupo Escolar de Marília – SP no ano de 1930



Fonte: Delegacia Regional do Ensino de Bauru 1933.

Em acordo com a ideia do escotismo, o Código da Educação de 1933 anterior ao *Anuário de Ensino* de 1936/1937, dedica-se no artigo 146, em estabelecer atribuições dos delegados regionais e inspetores escolares em relação ao trabalho do escotismo. “Pelo Código da Educação de 1933 (Decreto nº 5.884, -04-1933), o escotismo passou a ser compreendido como uma das instituições peri e extra-escolares” (Souza, 2000, p.117).

Assim, o Código de 1933 em seu capítulo XII, “do serviço de obras sociais escolares, peri-escolares e post-escolares” cita os delegados regionais e inspetores escolares como incentivadores, auxiliares nos trabalhos que envolviam os escoteiros.

Artigo. 146 - Os diretores dos estabelecimentos de ensino primário serão os delegados técnicos da Associação Escolar de Escoteiros, e envidarão esforços para fundar, com a cooperação da população local, núcleos de escoteiros, nos respectivos estabelecimentos. § único - Os delegados regionais do ensino e os inspetores escolares deverão estimular a criação de núcleos de escoteiros, e auxiliar seus diretores e professores especiais, na orientação dos trabalhos escotistas escoteiros, nos respectivos estabelecimentos (São Paulo, 1933).

O Anuário Estatístico do Brasil de 1933 é um exemplo que mostra uma quantidade alta de escoteiros se comparada com os demais estados.¹⁹

Quadro 3 – Escotismo 1933: Número de instituições informantes e seus efetivos sociais

Unidade políticas	Número de instalações informantes	Número de lobinhos	Número de escoteiros	Número de pioneiros	Total
Distrito Federal	24	103	510	81	694
Alagoas	-	-	-	-	-
Amazonas	-	-	-	-	-
Bahia	-	-	-	-	-
Ceará	-	-	-	-	-
Espírito Santo	11	-	272	10	282
Goiás	-	-	-	-	-
Maranhão	-	-	-	-	-
Mato Grosso	-	-	-	-	-
Minas Gerais	6	58	234	26	318
Pará	11	67	414	58	539
Paraíba	-	-	-	-	-
Paraná	-	-	-	-	-
Pernambuco	16	32	698	44	774
Piauí	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	6	52	127	26	205
Rio Grande do Sul	3	41	126	-	167

¹⁹ Souza (2000) O escotismo escolar no Estado de São Paulo deve sua organização e funcionamento por meio do Decreto nº 3.531, de 22-11-1922.

Santa Catarina	-	-	-	-	-
São Paulo	4	449	1312	88	1849
Sergipe	-	-	-	-	-
Território do Acre	-	-	-	-	-
Brazil	82	814	3725	341	4880

Fonte: Adaptado pelo autor, a partir do Anuário Estatístico do Brasil 1936.

Segundo Souza (2000, p.105), o escotismo na escola primária paulista foi uma prática escolar de natureza cívico-patriótica assim como os batalhões infantis e as comemorações infantis, se referindo às escolas primárias paulistas como locais que representaram “práticas de militarização da infância”. Escreve que nos anos de 1940, existiam poucos núcleos de escoteiros ligados às escolas públicas.

Em se tratando de escotismo no interior paulista na década de 40, o Delegado Regional de Ensino de Presidente Prudente, Miguel Omar Barreto dedica-se a tratar no relatório da Delegacia Regional de Ensino de 1941 a questão da “Nacionalização do ensino e o Ensino Cívico”, em que defende algumas ações que deveriam ser intensificadas em relação ao nacionalismo, dentre elas o escotismo. Segundo o relatório da Delegacia Regional de Ensino de 1941: “Essa mobilíssima instituição mereceu nosso apoio integral, porquanto, é indiscutível que contribua poderosamente na formação do cidadão de amanhã, quer física, intelectual, moral e civicamente” (Barreto, 1941, p.18).

Outra questão apontada, referente à inspeção é a quantidade dos números de inspetores das delegacias mostrando sua insuficiência principalmente no que se refere ao acompanhamento as escolas isoladas. É o que trata o *Anuário de Ensino* entre 1936/1937:

Pondere-se, contudo que inspecionar um grupo escolar de dez classes está longe de comparar-se com inspecionar dez escolas isoladas. Num dia, o inspetor visita o grupo escolar. Quantos dias levará para visitar dez escolas isoladas distribuídas pelos bairros, a léguas de distância e impondo o uso do trem, do automóvel, do cavalo ou da canôa (São Paulo, 1937, p.75).

O *Anuário de Ensino* entre 1936/1937 registra esta limitação na quantidade de visitas pelo inspetor escolar em escolas isoladas.²⁰

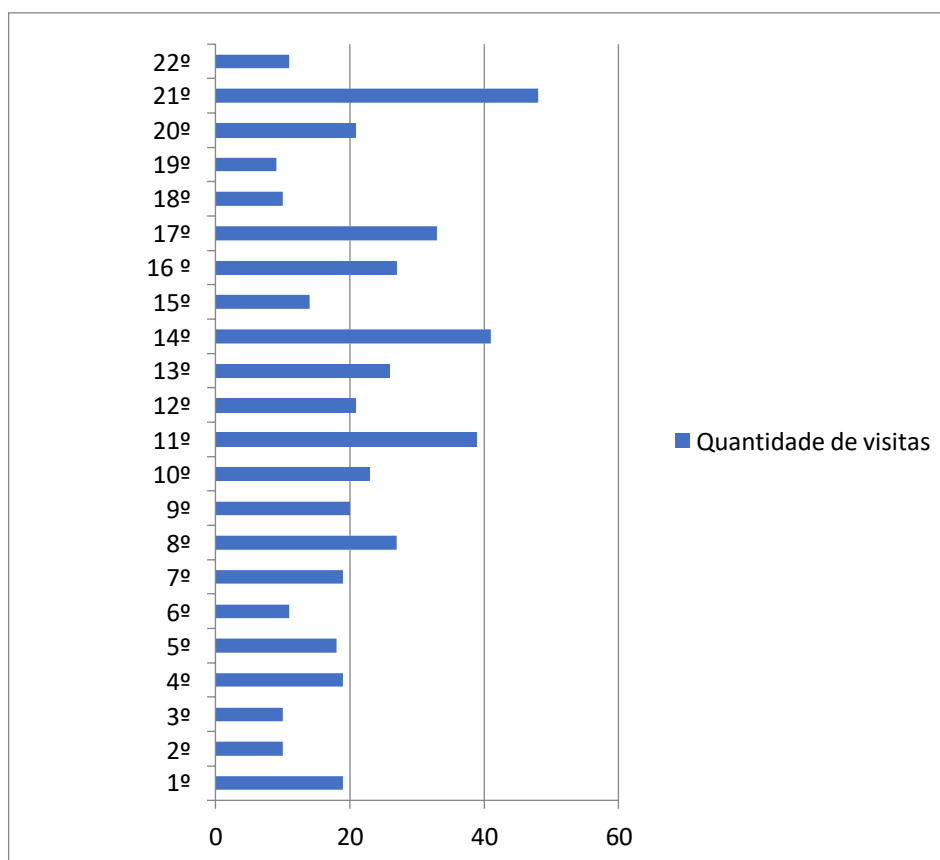
²⁰ O *Anuário de Ensino* de 1936/1937 ao relatar o número de estabelecimentos e de unidades escolares entregues a cada inspetor, estabelece 628 Grupos Escolares, 3.827 totalizando 10.910 unidades escolares a serem atendidas pela inspeção.

Quadro 4 – Inspeção das escolas isoladas, durante o ano de 1936

Distritos escolares	Não visitadas	Uma vez	Duas vezes	Três vezes	Quatro vezes	Cinco vezes	Seis vezes	Sete vezes	Oito vezes	Nove vezes	Dez vezes
1	-			2	3	2	1	1	3	7	-
2			1	-	-	1	-	-	-	-	8
3		1	1	1	1	1	1	-	2	1	1
4				1	1	-	3	-	1	4	4
5			1	4	3	-	-	2	-	8	-
6				-	-	-	-	-	-	-	-
7				-	-	3	2	8	4	2	-
8			1	2	2	2	5	3	4	2	3
9				3	5	1	2	1	2	1	2
10			2	1	1	2	1	1	-	4	-
11			4	5	2	3	5	3	2	2	3
12				-	2	4	4	1	2	1	2
13				3	3	2	3	5	4	6	-
14			7	9	10	3	-	3	2	1	4
15			4	2	2	1	-	-	-	-	-
16				-	4	-	-	-	1	1	1
17	2			4	-	-	1	1	7	15	3
18				-	-	-	1	1	2	1	2
19			2	2	2	-	-	-	-	1	2
20	-	1	1	5	5	1	1	4	-	-	-
21	1	17		3	2	4	1	2	7	3	2
22	-	-	3	2	1	5	-	-	1	-	-
Total	3	35	27	49	49	35	31	36	44	60	37

Fonte: Adaptado pelo autor, a partir do Anuário de Educação entre 1936/1937.

Dentro de uma visão total de visitas pelo Inspetor escolar nas escolas isoladas por meio de gráfico, é possível observar que os distritos escolares 11º, 14º e 21º apresentam uma quantidade de visitas maior dos inspetores nas escolas isoladas se comparadas com os demais distritos escolares.

Gráfico 1 – Número total de visitas nos distritos escolares pelos inspetores de alunos 1937

Fonte: Adaptado pelo autor, a partir do *Anuário de Ensino* entre 1936/1937.

O Anuário de Educação entre 1936/1937 destaca a inspeção por meio das inspetorias distritais e as inspetorias auxiliares, as quais atuavam por meio das delegacias de ensino que ocupavam o papel de um órgão administrador de caráter regional, distrital e local dentro da proposta de organização do Ensino Paulista.

O decreto nº 6.947 de 06 de fevereiro de 1935 “Consolida disposições anteriores e introduz modificações na carreira do magistério primário, instituída pelo Decreto n. 3.884, de 21 de abril de 1933 e alternada pelo Decreto n. 6.197 de 9 de dezembro de 1933” e estabelece a distribuição e nomeação de inspetores escolares em seu

Artigo 46 “Os inspetores escolares, incumbidos de funções técnicas e administrativas, são em número de 100, dos quase 30 para a Capital e 70 para o interior.” “Art. 47 - Os inspetores do interior serão nomeados dentre diretores de grupos escolares com seis anos, pelo menos, de efetivo exercício no cargo”, além do critério de tempo de experiência para a escolha do inspetor observa-se no artigo 48 a questão da experiência de atuar no interior como um critério para a escolha do inspetor na capital. “De cada três vagas de inspetores, que se derem na Capital, duas serão preenchidas por inspetores do interior com mais de um ano de exercício no cargo, a um por diretor de grupo escolar da Capital, nos termos do artigo”.

O relator do *Anuário de Ensino* entre 1936/1937 cita a questão da escolha do inspetor na qual avalia o inspetor por meio dos “concursos de títulos e de provas e não apenas por tempo de serviço”

O quadro de inspetores, em cujas fileiras têm atuado as mais eminentes figuras do nosso magistério primário se avoluma de ano para ano. Precisamos manter sempre elevado o seu nível de cultura: precisamos escolher os respectivos elementos com o “censo alto” dos concursos de títulos e de provas. Seja, como até aqui, um dos critérios de eleição o tempo de serviço. Mas não seja o único (São Paulo, 1937, p.80).

Existia então o cuidado de se pensar não apenas na questão da formação dos inspetores, mas na necessidade de um profissional com uma formação “forte”, consolidada. Porém outras questões prejudicavam a atuação do inspetor escolar que iam além da questão de formação e experiência profissional.

Os Anuários de Ensino constituem fonte documental que contribuíram nos estudos para esta pesquisa sobre a função do inspetor escolar no Ensino Paulista. Outro documento utilizado visando entender o papel que este ocupou dentro da organização do Ensino Paulista são os relatórios dos Delegados da Regional de Ensino Presidente Prudente-SP de 1936.

O relatório do Delegado Regional de Ensino de Presidente Prudente/SP de 1936 traz registros referentes às condições de acesso à região. “Nesta região, muita extensa e de estradas de rodagem mal conservadas, com nuelo escolares esparsos, a inspeção escolar torna-se trabalhosa e dispendiosa. Em virtude dessas dificuldades a verba destinada a esses serviços é deficiente [...]” (Relatório, 1935, p.11).

Observa-se pelo trecho citado acima que dentre as questões que dificultavam a atuação do inspetor nas escolas uma envolvia as condições de acesso à região e custos altos.

Outro dado levantado por Souza (2015, p.455) faz referência ao fato de os municípios que compõem a região escolar de Presidente Prudente serem novos, estando em fase de estabilidade [...] incipiente e improvisada, como os demais melhoramentos urbanos, observa-se que ainda existia a necessidade de avanços no processo de urbanização.

O Relatório do Delegado Regional de Presidente Prudente do ano de 1936 tem um momento dedicado a escrever sobre dificuldades referentes à organização administrativa no qual defende a ideia de uma “Intensificação dos serviços de inspeção”.

Os atuais inspetores preencherão a lacuna apontada desde que seja aumentada a verba para esses serviços ou podendo o delegado jogar com existente transportando- a mês a mês, o que seria possível se os delegados fizessem a prestação de contas no fim de cada ano (Relatório, 1935, p.11,).

Um novo processo de reorganização do ensino que marca o período de separação da Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública se tornando apenas Secretaria da Educação. Por meio do decreto n. 17.698, de 26 de novembro de 1947 aprovou-se a Consolidação, elaborada pelo Decreto n. 17.211, de 13 de maio de 1947.

Artigo 258 – Para fins de administração de ensino, o Estado se divide em trinta e duas (32) regiões escolares. § 1º – As delegacias são em número de trinta e uma (31) no interior do Estado e uma (1) na capital. § 2º – A sede de cada uma das delegacias será fixada por decreto do Poder Executivo, com a delimitação das respectivas zonas e jurisdição, tendo em vista situá-la em cidade: a – que por sua posição, importância e acessibilidade, seja o centro natural da região escolar; b – que não seja localizada demasiadamente próxima de outra cidade – sede de região; c – que, atendidas as exigências das alíneas “a” e “b”, tenha prédios e instalações oferecidas pelas municipalidades. § - O número de regiões escolares poderá, por conveniência do ensino, ser reduzido por proposta do Diretor Geral do Departamento de Educação (São Paulo, 1947b).

O autor Bonfante (2020, p.85), ao citar a nova reorganização das Delegacias de ensino acredita que foi necessário para adequar-se à expansão paulista entre os anos de 1934 a 1946. [...] criaram-se 65 novos municípios no estado de São Paulo e por mudanças políticas, econômicas e sociais ficou demonstrada assim a inequação da divisão de 1933.

A XIX Conference International de Instrução Pública de 1956 é um exemplo de convenção que propôs o estudo acerca da inspeção escolar, fazendo referência às discussões já disseminadas na década de 1930.²¹

Trazendo o problema da inspeção da educação para a agenda da XIX Conferência Internacional sobre Educação Pública, a comissão conjunta da Unesco B.I.E ofereceu aos delegados das autoridades educacionais dos diferentes países a possibilidade de adaptar as recomendações votadas às circunstâncias atuais. Em 1937 pela Sexta Conferência Esta decisão permitiu ao mesmo tempo em que o Bureau Internacional de Educação revisasse e atualizasse a pesquisa realizada em 1936 sobre esta mesma questão, cujos resultados foram publicados a quase vinte anos (Unesco, 1956, p.5)

A XIX Conference International de Instrução Pública de 1956, enfatiza os movimentos educativos de 1936 e que foram discutidas posteriormente em 1937. A recomendação da

²¹ Segundo o documento do ministério da educação e cultura instituto nacional de estudos pedagógicos Brasil de 1965, intitulado Conferências internacionais de instrução pública recomendações (1934-1963), descreve: Promovida inicialmente pelo Bureau Internacional de Educação e, a partir de 1947, pelo Bureau e pela UNESCO, reúne-se anualmente em Genebra, desde 1934, a Conferência Internacional de Instrução Pública, cujos objetivos principais consistem na apresentação de relatórios sobre o movimento educativo do ano anterior e na discussão e votação de Recomendações aos Ministérios de Educação. As Recomendações emanadas dessas Conferências intergovernamentais, de que chegam a participar até noventa nações, sem assumirem a força de decisões e sem se revestirem da forma de convênios, constituem, não obstante, um conjunto de normas da mais ampla autoridade técnica e moral, por serem elaboradas com fundamento na realidade escolar dos países participantes e aprovadas, após acurado exame, pelas autoridades superiores responsáveis pelo ensino nesses países (Unesco, 1956, p.9).

Conferencia da Instrução Pública de 1937 intitulada Inspeção do ensino, enfatiza a necessidade da inspeção de ensino atuar como um disseminador dos novos conhecimentos envolvendo ciências da educação e a psicologia.

A Conferência Internacional de Educação Pública, considerando que a elevada significação das recentes conquistas para melhor conhecimento da psicologia da criança e ciências da educação implica na adoção de métodos ativos, mais intuitivos e concretos; para esse fim, não basta ministrar aos educadores do futuro formação mais adequada à sua missão; os professores em exercício também merecem ser amparados, estimulados e orientados; esse papel deve principalmente ser atribuído aos inspetores de todos os graus de ensino; considerando, outrossim, que não são imposições autoritárias nem processos ou receitas empíricas que conferem real eficiência à educação, mas sim o zelo dos educadores por sua missão; os educadores devem, em todos os graus de ensino, gozar de ampla liberdade no que se refere à seleção e aplicação de métodos, devendo ainda ser respeitada sua liberdade intelectual; a autoridade dos inspetores deve sempre ser exercida em condições que assegurem, a seus subordinados, garantias contra arbitrariedades e injustiças; para o êxito de sua missão, os inspetores necessitam não só ter profundos conhecimentos pedagógicos e psicológicos, mas também qualidades morais e intelectuais que lhes permitam compreender e orientar com simpatia os professores sob sua responsabilidade; na maioria dos países a inspeção é considerada indispensável no ensino primário, secundário e profissional, mas que, em geral, é considerada inoportuna no ensino superior (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Brasil, 1965, p.14).

A inspeção como problemática presente dentro da XIX Conference International de Instrução Pública de 1956, mostra a importância da inspeção vigente em muitos países. “A participação de sessenta e seis países nesta nova pesquisa prova que o interesse despertado pelos problemas de fiscalização junto aos ministérios da instrução pública e educadores está longe de ter diminuído” (Unesco, 1956, p.5).

A inspeção escolar na década de 1930, no Brasil, ocorre em um contexto marcado pelo movimento da Escola Nova e lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932²².

Não podemos esquecer que os escolanovistas foram os principais articuladores das manifestações dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo em 1932,

²² O Manifesto dos Pioneiros, publicado em 1932, é fruto da insatisfação de educadores ligados à Associação Brasileira de Educação. O documento expressa a visão de educação pública defendida pelo grupo e orientou, em partes, a elaboração da Constituição de 1934. É um dos documentos mais importantes sobre educação no Brasil, do século XX. “Figura de grande destaque no cenário da educação nacional, Fernando Azevedo tornou-se um dos protagonistas do movimento de renovação educacional, que chegou ao Brasil em início do século XX. Responsável pela reforma da instrução pública na capital federal já aos moldes da pedagogia nova, Azevedo irá se coadunar com um grupo de intelectuais brasileiros na elaboração do documento intitulado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, o qual representa as aspirações desse grupo de intelectuais remanescentes à Associação Brasileira de Educação (ABE)” (Souza, 2016, p.164).

e assinado por diversos intelectuais preocupados com uma educação que permitia o desenvolvimento social do Brasil.

O “Manifesto”, elaborado por Fernando Azevedo e assinado por 26 educadores brasileiros, líderes do movimento de “renovação educacional”, inicia-se estabelecendo a relação dialética que deve existir entre educação e desenvolvimento colocando aquela, porém, numa situação de primazia no que respeita aos problemas nacionais (Romanelli, 2003, p.145).

Decorre que as políticas educacionais da época eram caracterizadas por uma proposta voltada para a centralização do ensino, o que permitia, portanto, apreciar iniciativas para a criação de uma regulamentação da educação em nível nacional, e desta forma exigia uma conduta diferente pelo governo em relação à educação.

A primeira oportunidade de organizarmos um Sistema Nacional de Educação no Brasil ocorreu na década de 1930, com o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” e com a Constituição Federal de 1934, que inscreveu a exigência de fixação, pela União, das diretrizes da educação nacional e a formulação do Plano Nacional de Educação. Esta oportunidade foi perdida com o advento do Estado Novo (Saviani, 2010, p.776).

A Constituição de 1934, em seu artigo de nº 150, destaca ao ensino primário “[...] a) integral gratuito e de frequência obrigatória extensiva aos adultos; b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de torná-lo mais acessível” (Brasil, 1934).

A década de 1930 também é caracterizada pelo estabelecimento na legislação da inspeção escolar no Brasil por meio da Reforma de Campos do Ensino Secundário.²³ Esta Reforma significou o estabelecimento da Inspeção no Brasil em 1932. “Estabeleceram-se também as normas para a realização da inspeção federal, criando a carreira de Inspetor e a estrutura organizada do sistema de inspeção e equiparação de escolas” (Romanelli, 1984, p. 135).

Sobre a década de 1930, Souza (2015) escreve que é um período caracterizado pela reconstituição do Ensino Paulista pela descentralização da fiscalização e do seu controle [...].

Dentre tais fatos que marcam a descentralização e a fiscalização do ensino pode-se identificar como primeiro exemplo o decreto nº 5.335, de 07 de janeiro de 1932, que “Reorganiza a Instrução Pública e dá outras providências”.

Para o efeito da orientação e fiscalização do ensino, o corpo de inspeção da Diretoria Geral do Ensino compreenderá: a) 18 assistentes técnicos, residentes na Capital, distribuídos pelas várias especialidades, dentre os quais será escolhido um assistente administrativo; b) 22 delegados escolares,

²³ O decreto 19.890, de 18 de abril de 1931, que “Dispõe sobre a organização do ensino secundário”.

responsáveis pelos trabalhos das 22 regiões em que se dividirá o Estado, sendo duas com sede na Capital - a do Norte e a do Sul - e as demais localizadas nas seguintes cidades: Araraquara, Bauru', Botucatu', Campinas, Casa Branca, Guaratinguetá, Itapetininga, Jaboticabal, Lins, Piracicaba, Pirassununga, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio Claro, Rio Preto, Santa Cruz do Rio Pardo, Santos, São Carlos, Sorocaba e Taubaté; c) 24 inspetores escolares para servirem nas duas regiões da Capital; d) 70 inspetores escolares das delegacias do interior (São Paulo, 1932, p.1).

Na década de 1930 foi realizada a reforma de ensino conhecido como *Código de Educação* do Estado de São Paulo, de 1933, redigido por Fernando de Azevedo. “A contribuição original de Fernando Azevedo não está apenas na afirmação dos princípios da Escola Nova, mas sim na nova finalidade atribuída ao sistema de educação [...]” (Penna, 2010, p.57).

Fernando de Azevedo tem uma biografia marcada pela defesa da educação por meio de reformas educacionais e de um contexto econômico favorável a tais reformas²⁴.

Para Souza (2008, p.75), o *Código de Educação*, estabelecido pelo Decreto nº 5.884, de 21-04-1933, consolidou os princípios da Escola Nova. “A partir dos anos 30, do século XX, o ensino primário paulista foi reorganizado com base nos princípios da Escola Nova”.

Dentre as contribuições presentes no *Código de Educação*, Labegalini (2009, p.61) escreve: “[...] com o *Código de Educação* do Estado de São Paulo, a formação dos professores primários paulistas sofreu profundas alterações e esse documento passou a ser visto como um importante marco, representando grande contribuição à formação de professores do Estado”.

O *Código de Educação*, ao tratar das Escolas Normas Livres

Mediante as críticas de alguns educadores à expansão desordenada das Escolas Normas Livres, o *Código de Educação* também implantou medidas que procuraram conter seu crescimento. No art. 775, ficou determinado que nenhuma Escola Normal Livre poderia organizar mais que duas salas do 1º. ano do curso de formação profissional de professor, nem admitir mais de 45 alunos em cada uma. A matrícula no 1º. ano do Curso de Formação Profissional de Formação de Professores era facultada aos alunos que tivessem concluído o Curso Secundário Fundamental e as vagas restantes seriam para os alunos egressos dos Ginásios que prestassem o exame de admissão (Inoue, 2021, p.76).

Ao tratar da inspeção nas escolas normais livre o *Código de Educação*, Inoue (2021, p.77)

²⁴ “Acompanhado a modernização, a urbanização e a industrialização do país nos anos 20, vários Estados Brasileiros, sob a batuta de jovens intelectuais, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Francisco Campos etc, promoveram reformas educacionais inspirados nos princípios da pedagogia nova” (Ghiraldelli Jr, 2001, p.25).

Código de Educação manteve a fiscalização das Escolas Normais Livres equiparadas por meio de frequentes visitas de inspeção (no mínimo duas por mês) realizadas pelos Delegados Regionais de Ensino ou de seus Inspetores Fiscais. De acordo com o art.784, a inspeção consistiria em exame rigoroso da escrituração da escola, de sua estrutura física e material, de sua organização e da regularidade e eficiência dos trabalhos escolares.

Em continuidade à questão das contribuições do *Código de Educação*, Tanuri (1979, p.9) escreve:

[...] com a Reforma de Fernando de Azevedo em 1933, a escola normal sofre substanciais transformações na organização que conservara, em suas grandes linhas, até aquela data. Por muitos anos, e poderíamos dizer mesmo até 1968, a reforma consubstanciada no *Código de Educação* de 1933 continuaria a informar a organização geral das escolas normais paulistas.

Souza (1999) afirma que o *Código de Educação* do Estado de São Paulo, de 1933, iniciou um período diferente da instrução pública no estado.

A partir da publicação do *Código de Educação* de 1933– Decreto n.º 5.884, de 21 de abril –, o estado de São Paulo foi dividido em 21 delegacias regionais de ensino, e cada uma dessas regionais era responsável por uma quantidade de municípios. A partir dessa divisão, que os Relatórios dos delegados de ensino eram elaborados (Oriani, 2022, p.129).

Para Souza (2009), a diversidade regional existente no estado de São Paulo marcou a educação paulista.

Nas 21 delegacias regionais de ensino estabelecidos pelo *Código de educação* de 1933, essas peculiaridades regionais salientavam realidades diversas, múltiplos contextos administrativos e pedagógicos que desafiavam qualquer possibilidade de padronização e uniformização da rede pública de ensino (Souza, 2009, p.134).

Outra questão apontada em relação à importância do *Código de Educação* é que ele regulamenta a escolha dos delegados de ensino e dos inspetores escolares, cuja competência foi conferida ao Diretor Geral do Departamento de Educação²⁵.

[...] os delegados eram escolhidos pelo Diretor Geral do Departamento de Educação, entre os inspetores escolares com 440 dias, pelo menos, de exercício no cargo. Na época, para ser inspetor era preciso experiência na direção de escola e experiência docente (Souza, 2009, p.21).

²⁵ Segundo o site: <https://leisestaduais.com.br/sp/decreto-n-5884-1933-sao-paulo-institue-o-codigo-de-educacao-do-estado-de-sao-paulo> o Decreto nº 5.884, 21 de abril de 1933 “Institui o *Código de Educação* do Estado de São Paulo” o artigo 8º estabelece as competências do Diretor Geral do Departamento de Educação, “designar as delegacias onde terão exercício os delegados regionais do ensino e os inspetores escolares”.

Conforme estabelecia o *Código de Educação*, foram estabelecidos alguns modelos distintos de educação pública como: pré-primária, primária, pré-vocacional, educação técnico-profissional (primária e secundária), educação secundária segundo a legislação federal, educação secundária complementar (pré-pedagógica), educação pedagógica de grau secundário e educação pedagógica de grau superior.

Mesmo com um *Código de Educação* e uma divisão de dez tipos de estabelecimentos de educação pública, buscou-se refletir acerca da atuação do inspetor no ensino primário, devido às fontes que foram localizadas e que especificamente seus conteúdos estavam direcionados para uma escola organizada para atender o ensino primário.

Segundo Souza (2008), os inspetores escolares colaboraram com a administração do ensino em vários aspectos, desde normas até o trabalho nos grupos escolares com os diretores.

A ação, normativa dos órgãos da administração do ensino foi intensa, buscando prescrever todos os aspectos de funcionamento da vida escolar por meio de regulamentos, pareceres, instruções e impressos de vários tipos. O controle sobre as instituições privadas e sobre o exercício do magistério fez parte das tentativas de racionalização e padronização da rede de ensino. Nesse sentido, os diretores dos grupos escolares e os inspetores exerceram um papel relevante, disseminando as normas e os princípios de ordenamento de trabalho escolar (Souza, 2008, p.52).

Foi realizada a escolha de quatro grupos escolares levando-se em consideração a localização geográfica e, portanto, as diferentes características regionais. Considerando primeiramente as décadas de 1930 e de 1940, em cujo recorte temporal está se detém, e ainda seguindo as ideias de Souza (2015) que trata da divisão regional do estado de São Paulo por zonas demográfico-econômicas e zonas escolares (composta por Delegacias de Ensino) relacionando ambas.

Especificamente a pesquisa limitou as regiões em que se fará o estudo da pesquisa, estabelecendo: a Zona Demográfico-Econômica da Alta Paulista, tendo delimitação com a Zona Escolar de Bauru e a Zona Demográfico-Econômica a Alta Sorocabana e com a Zona escolar de Presidente Prudente.

Conhecida como zonas pioneiras ou franjas pioneiras, Mahl (2013, p.51) escreve:

Essas várias áreas de fronteira, que receberam trabalhadores nacionais e estrangeiros em busca de terras baratas e férteis, foram definidas pelo geógrafo Pierre Monbeig (1984) como franjas pioneiras. Novos territórios afeitos à veloz ocupação e que, devido à intensa atividade agrícola iniciada prioritariamente à sombra dos cafezais, entre 1880 e 1940, acabaram por colocar o interior de São Paulo em uma posição destacada na economia paulista e nacional.

Vale ressaltar que as zonas pioneiras ou franjas pioneiras foram parte do noroeste paulista, local este que passou por processo de ocupação territorial, porque propiciava condições para o desenvolvimento da agricultura com destaque ao cultivo do café. “O Noroeste tornou-se, assim, zona pioneira em expansão nas décadas de 1910 e 1920, quando passou a atrair milhares de trabalhadores em busca dos solos virgens em meio a uma paisagem pouco acidentada, portanto bastante propícia ao tipo de agricultura extensiva comumente praticada [...]” (Mahl, 2013, p.51)

Em relação as viagens ao interior paulista entre os anos de 1930 e 1940 Campos (2014, p. 310) escreve:

Ao viajar pelo interior do estado de São Paulo nas décadas de 1930 e 1940, em busca de dados para sua tese de doutoramento, o geógrafo francês Pierre Monbeig (1908-1987), então professor da recém-criada Universidade de São Paulo (USP), identificava as zonas pioneiras paulistas como lugares de verdadeiro “alvorço” econômico, cultural, étnico e social.

O conceito de Zonas Pioneiras é tratado por Souza (2015, p.447), “Apenas seis Delegacias estavam localizadas nas denominadas Zonas Pioneiras: Rio Preto, Bauru, Lins, Botucatu, Presidente Prudente e Santa Cruz do Rio Pardo”. E ainda como este mesmo autor afirma, as zonas escolares (Delegacias de Ensino) foram divididas levando em consideração a necessidade de um sistema de inspeção escolar.

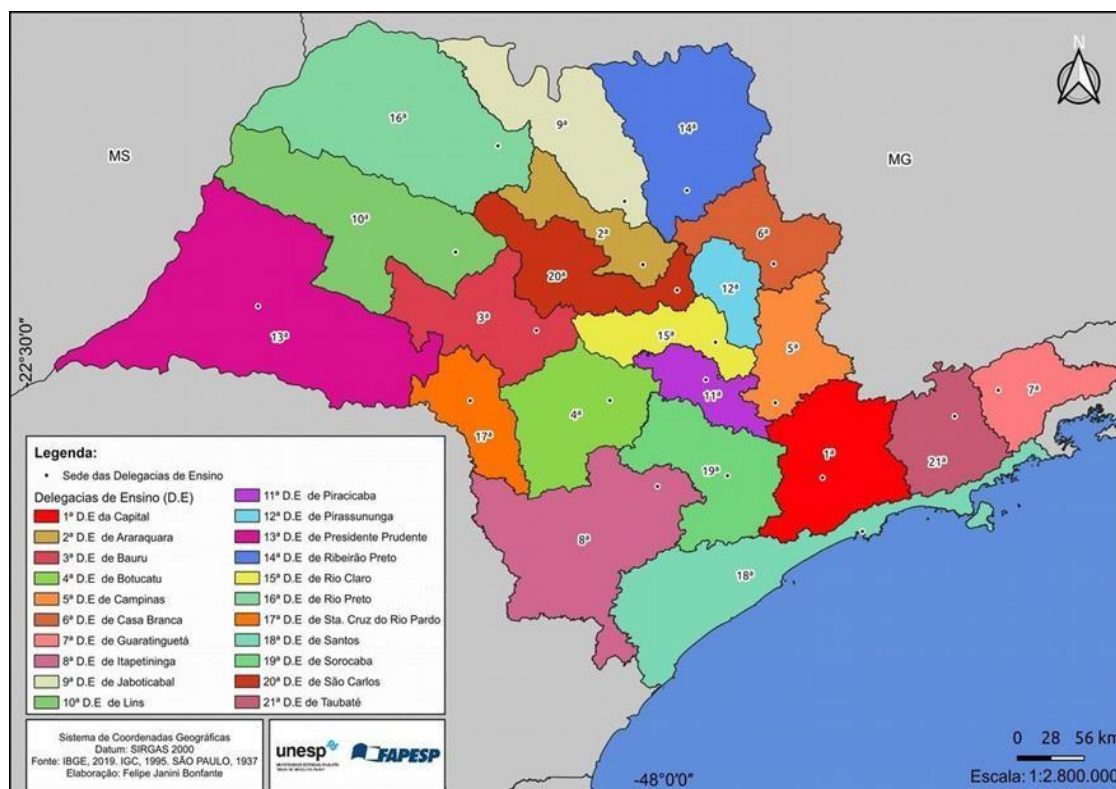
Segundo Guelli (1936, p. 7) “As delegacias de ensino constituem a melhor maneira de realizar o serviço de orientações e inspeção escolar”. Esta nova divisão em Zonas Escolares (delegacias de ensino) poderia significar melhorias no serviço de Inspeção, que se apresentava de forma vagarosa.

Inspetores estaduais, por sua vez, todos domiciliados na capital ou pelo menos nos Centros em que houvesse mais recursos, visitavam espaçadamente as várias zonas escolares. O serviço principal, todavia, era feito pelos primeiros que normalmente o atestavam o exercício dos professores, velavam pela frequência, visitavam as unidades, presidiam a exames e a festividades escolares (Guelli, 1936, p.7).

Segundo o Anuário do Ensino de 1935-1936

A administração do ensino, quer estadual quer particular, mas seus três ramos primário, secundário e normal possui, além da repartição central constituída pela Diretoria de Ensino, órgão regionais, distritais e locais representados pela Delegacias, pelas inspetorias distritais e pelas inspetorias auxiliares (São Paulo, 1937, p.45).

Figura 3 – Delegacias de Ensino do Estado de São Paulo, em 1937.



Fonte: Elaborado por Bonfante (2020), a partir do *Anuário de Ensino* do Estado de São Paulo de 1936- 1937.

As duas primeiras fontes de pesquisa fazem referência à antiga Zona escolar (Delegacia de Ensino) de Bauru e antiga Zona demográfica e econômica da Alta Paulista sendo: o 2º Grupo Escolar Gabriel Monteiro localizado na cidade Marília-SP e o antigo Grupo escolar Castro Alves localizado na cidade de Vera Cruz-SP, ambas localizadas no interior de São Paulo-SP.

Quadro 5 - Delegacia de Bauru – modelo administrativo

COMPOSIÇÃO	QUANTIDADE
Delegado Regional	1
Secretário	1
Auxiliar Comissionado	1
Inspetor escolar	4
Municípios da Região: Bauru, Agudos, Avaí, Duartina, Gália, Garça, Marília, Pederneiras, Presidente Alvez, Piraju e Vera Cruz.	11
Unidades Escolares	440

Fonte: Adaptado pelo autor, a partir do *Anuário de Educação* entre 1936/1937.

3.1 Inspeção escolar: A região e o municípios do interior paulista.

Em um breve histórico referente à origem da cidade de Marília-SP, Pereira (2005) escreve que sua origem tem relação com desbravador imigrante português Antonio Pereira da Silva²⁶.

Ainda sobre a história de Marília-SP, em relação ao seu desenvolvimento econômico: “O povoamento das terras do município de Marília, ocorrido, a partir da segunda década do século XX, constitui um fenômeno estreitamente ligado à expansão da Cafeicultura em solo Paulista” (Pereira, 2005, p.1).

Em continuidade ao percurso de formação do município de Marília-SP se torna oficialmente município no ano de 1928 por meio da Lei Estadual nº 2.320, de 24 de dezembro de 1928²⁷.

Considerando os dados atuais da cidade de Marília-SP: Situa-se na região Centro-Oeste Paulista e a área da cidade é de 1.194 km²; sendo 42 km² de área urbana e 1.152 km² de área rural, a cidade é conhecida como a “Capital Nacional do Alimento”.

Assim como a cidade de Marília-SP a cidade de Vera Cruz-SP, teve em seu histórico de fundação marcado em contexto do estabelecimento da Companhia Paulista de Estrada de Ferro com a plantação de café²⁸.

Cabe reforçar que Vera Cruz-SP, em termos de divisão de ordem administrativa pertenceu também ao município de Marília-SP.

O atual município de Vera Cruz-SP, no qual também foram encontradas fontes que possibilitaram as pesquisas, apresenta como uma de suas referências ter sido Distrito de Marília-

²⁶“O patrimônio que originou a cidade foi fundado em 1923, por José Pereira da Silva e seu pai Antônio Pereira da Silva que era “[...] imigrante português [...]” Nascido em Aveiro, ele havia se transferido para o Brasil em 1881, com apenas 14 anos, e iniciado sua vida profissional no Rio de Janeiro, onde foi pedreiro e corretor de terras.” (Pereira, 2005, p. 22), com a morte de sua esposa, mudou-se para o Estado de São Paulo, com os filhos (Pereira, 2005).

²⁷Segundo os dados presentes no site: Instituto Brasileiro de Estatística-IBGE <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/marilia/historico> o Distrito criado com a denominação de Marília, pela Lei Estadual n.º 2.161, de 22-12-1926, subordinado ao município de Cafelândia. Elevado à categoria de município com a denominação de Marília, pela Lei Estadual n.º 2.320, de 24-12-1928, desmembrado dos municípios de Cafelândia e Campos Novos

²⁸ Segundo os dados presentes no site: Instituto Brasileiro de Estatística-IBGE <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/marilia/historico> “Por volta de 1926, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro começou a avançar seus trilhos em direção a Marília, passando pela povoação, época em que foi elaborado um plano para implantação da cidade, cuja venda das datas ficou a cargo de Pompeu de Souza Queiroz e Luiz Antônio de Souza Queiroz. Passados dois anos, foi inaugurada a estação local, entre Jafa e Lácio, que a ferrovia denominou de Kentucky, seguindo a ordem alfabética que adotara. Por ser o nome Vera Cruz bastante difundido, a população local reivindicou a manutenção deste, sendo atendido pela Ferrovia. A partir da Estação, Vera Cruz teve grande afluência das pessoas de diversas partes do Estado, que se dedicaram ao plantio de café.

SP²⁹. Apenas em 1935, Vera Cruz-SP tem sua emancipação política se tornando assim um Município³⁰.

A terceira fonte de pesquisa está localizada na cidade de Assis-SP, pertenceu à Zona escolar (Delegacia de Ensino) de Presidente Prudente-SP, e antiga Zona Demográfica-econômica da Alta Sorocabana localizado na cidade Assis-SP.

Quadro 6 – Delegacia de Presidente Prudente – Modelo administrativo

Composição	Quantidade
Delegado Regional	1
Secretário	Vago
Auxiliar Comissionado	1
Inspetor escolar	3
Municípios da Região: Presidente Prudente, Assis, Campos Novos, Cândido Mota, Maracá, Palmital Paraguaçu Paulista, Quatá, Rancharia, Regente Feijó, Sapezal, Presidente Bernardes, Presidente Venceslau e Santo Anastácio.	14
Unidades Escolares	334

Fonte: Adaptado pelo autor, a partir do Anuário de Educação entre 1936/1937.

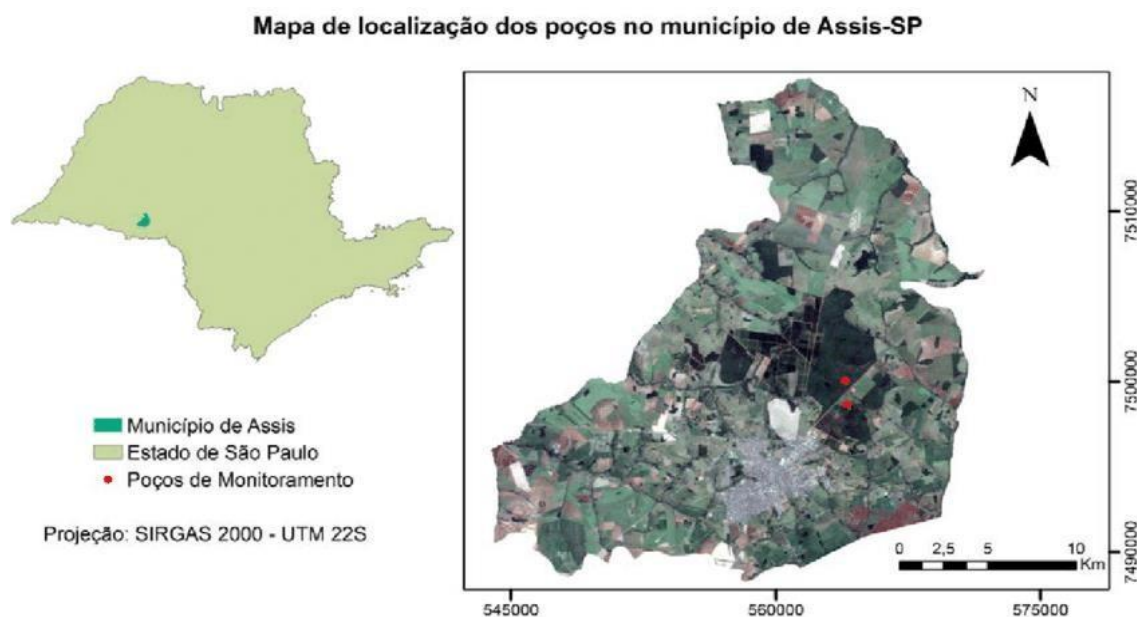
Em um breve histórico referente à origem da cidade de Assis-SP, a mesma tem sua criação no ano de 1917³¹.

O início da povoação data de 20 anos mais ou menos. Foi elevada a distrito de paz por Lei de 20 de dezembro de 1915; a município por Lei nº. 1.581, de 20 de dezembro de 1917. Comarca instalada em 15 de março de 1919, em virtude da Lei nº 1.630-A de 26 dezembro de 1918, que transferiu a sede da cidade de Campos Novos do Parapanema para a de Assis, dando-lhe este último nome (Campanhole, 1985, p.112).

²⁹O site: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1929/> disponibiliza estabelece cria o districto de paz de Vera Cruz, no município de Marília Lei Estadual nº 2.388, de 13 de dezembro de 1929, no Município de Marília.

³⁰ Segundo o site <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1934/decreto-6885-29.12.1934.html> disponibiliza o Decreto-Lei nº 6.855 de 10 de dezembro de 1934.

³¹ Considerando os dados atuais de Assis-SP o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia IBGE no qual trata da questão da formação administrativa de Assis-SP. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/assis/historico>. “Distrito criado, com a denominação de Assiz, pela Lei Estadual n.º 1.496, de 30-12-1915, subordinado ao município de Platina. Elevado à categoria de município, com a denominação de Assiz, pela Lei Estadual n.º 1.581, de 20-12-1917, sendo desmembrado de Platina. Sede no atual distrito de Assiz. Constituído do distrito sede. Instalado em 20-03-1918. Pela Lei n.º 2.203, de 20-10-1927, é criado o distrito de Tarumã e anexado ao município de Assiz.

Figura 4 – Localização de Assis-SP

Fonte: <https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-dos-pocos-no-municipio-de-Assis-SP>

A quarta localidade da pesquisa é o Distrito de Varpa, pertencente atualmente à cidade de Tupã-SP, que tem o início de sua história marcada pelo povoamento em 1922³². “Pertencente à cidade de Tupã, foi povoada em 1922 por imigrantes (letos) vindos da Letônia após a Primeira Guerra Mundial, em busca de liberdade religiosa e econômica formando a maior colônia leta do Brasil” (Moraes; Silva; Muller, 2016, p.1).

Sobre a história da origem de Varpa-SP, “A comunidade Leta de Varpa (Tupã/SP) existe desde 1922, às margens do rio do Peixe, sendo mais antiga que as cidades de Tupã/SP e Marília/SP, abrigou refugiados da perseguição religiosa vindos da Letônia e Rússia” (Moraes; Silva; Muller, 2016, p.2).

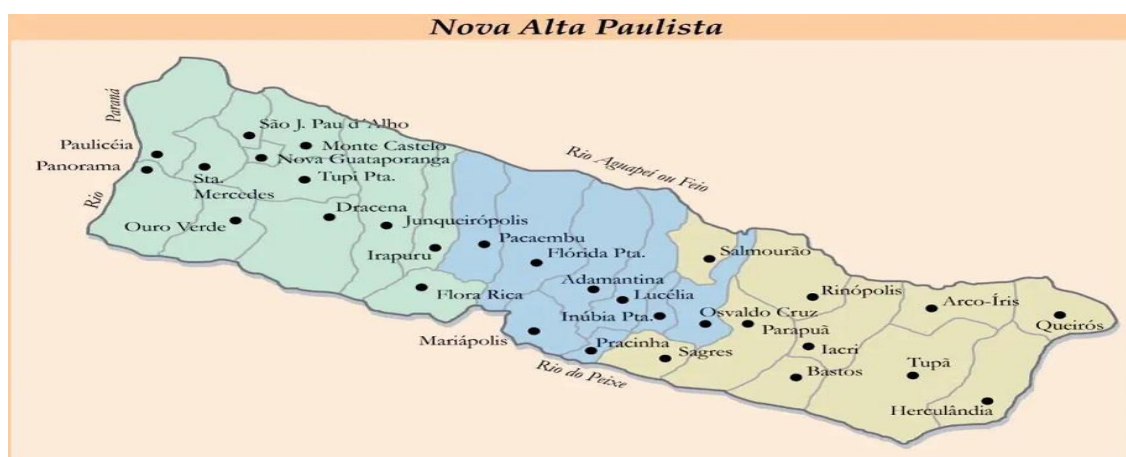
Ao pensar em relação à formação administrativa do Distrito de Varpa e de questões de territórios.

³² Segundo o site <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/tupa/historico>. “O Decreto-lei Estadual n.º 14.334, de 30 de novembro de 1944, desmembra do município de Tupã os distritos de Bastos e Rinópolis, elevando-os à categoria de município. Pelo mesmo Decreto Tupã adquiriu do município Pompéia-SP o distrito de Varpa”. Anterior ao Decreto- no qual transforma o Distrito de Varpa em território de Tupã-Sp , a história da formação administrativa do território é caracteriza por ser um local que pertenceu primeiramente a Campos Novos Paulista até 1927 e foi transferido pelo Decreto n.º 6.204 de 11 de dezembro de 1933que altera a divisão judiciária do Estado para cidade de Marília. Em 1936 o distrito de Varpa tem parte do seu território desmembrado para formação do Distrito de paz de bastos conforme Lei n.2.620, de 14 de janeiro de 1936. Por meio do Decreto n.º 9.775 de 30 de novembro de 1938 que fixa o novo quadro de divisão territorial do Estado, que vigorará de 1.º de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943, e dá outras providências, sendo transferido para o Município de Pompéia-SP.

Com os desmembramentos e realocações dos territórios municipais, atualmente o Distrito de Varpa pertence ao município da Estância Turística de Tupã – SP, muito embora tenha sido criado antes deste. O município de Tupã foi criado por força da colonização e estruturado como centralidade de interesse regional quando da chegada da Estrada de Ferro Paulista (que dentre outras, passava por São Paulo/SP, Campinas/SP, Rio Claro/SP, Bauru/SP, Marília/SP e Tupã/SP, chegando a Panorama/SP), quando era denominado “nova boca do sertão”, por ocasião do prolongamento da ferrovia que já estava instalada até Bauru/SP (Moraes; Silva; Muller, 2016, p.4).

Em termos de mudança, ao longo da história da Alta Paulista apresenta uma nova configuração espacial. “Sendo que a Nova Alta Paulista é hoje, um território fragmentado, parcelado e o nível de complexidade da rede se alterou, entre influências nas partilhas e da própria região como articulações como Marília, Araçatuba e Presidente Prudente” (Souza, 2021, p.67).

Figura 5 – Atual composição de Municípios da Alta Paulista



Fonte: Nossa Lucelia (2021)³³.

Em relação à atual configuração espacial da Região de Presidente Prudente, Silva e Sposito (2007) escreve que a região da Alta Paulista e Alta Sorocabana passaram por um processo de “junção”.

Segundo Gil (2004, p.13):

Por causa da disposição da ferrovia (sentido leste-oeste) passando por Marília, a Nova Alta Paulista configurou-se espacialmente como uma extensão linear da Alta Paulista, tornando-se “natural” a sua vinculação àquela cidade. A desativação da ferrovia, no entanto, revelou que essa regionalização não

³³ Impacto Notícias _Por PROF.^a DR.^a IZABEL CASTANHA GIL, ETEC Prof. Eudécio L. Vicente e UniFAI, Agente de Inovação pela INOVA CPS. Disponível em: <https://www.nossalucelia.com.br/n32398.html>. Acesso em: 15 nov. 2023.

estava, de fato, consolidada. A localização geográfica da Nova Alta Paulista e das três capitais regionais – Marília, Presidente Prudente e Araçatuba -, bem como a distribuição espacial dos departamentos públicos, pulverizaram a atração de Marília e criaram uma outra dinâmica”.

3.2 Inspeção escolar e Grupos escolares

Por se tratar de Grupos Escolares os locais de onde, parte das fontes foram encontradas, será realizada uma breve reflexão sobre algumas características dos grupos escolares, sendo primeiramente um breve histórico do nascimento dos grupos escolares por meio da legislação.

A criação dos grupos escolares ocorre por meio da Lei nº169, de 07.08.1893 que “Addila diversas disposições à Lei n. 88, de 8 de setembro de 1892” e do Decreto nº248, de 26.7.1894 que “Aprova o regimento das escolas públicas”.

Em relação à instituição dos grupos escolares em 1893, no Ensino Paulista, Souza (2008, p.41) escreve:

No âmbito das instituições de ensino, a partir de 1893, foram implantados os primeiros grupos escolares organizados nos moldes da escola graduada. Contrastando com a escola unitária regida por um só professor, o grupo escolar logo se converteu em mais um dos símbolos da renovação do ensino primário no Estado de São Paulo e do Brasil.

Ainda em relação à origem dos grupos escolares no ensino paulista em 1893, Souza (2009, p.30) descreve: “[...] a partir da reunião de escolas isoladas, agrupadas pela proximidade ficam obrigadas a adotar o tipo de organização e método de ensino das escolas-modelo do estado”.

Cabe ressaltar que a Lei nº169, de 07.08.1893 também estabelece como seria realizada a fiscalização do ensino.

Artigo 4.º Só poderá ser candidato ao cargo de inspector de districto o professor diplomado pela Escola Normal que tiver tres annos de exercicio no magisterio. Artigo 5.º - Além da fiscalização technica dos inspectores de districto, ficam as escolas sujeitas á fiscalização das câmaras municipais quanto á assiduidade dos professores (São Paulo, 1893).

Em continuidade ao breve histórico sobre a implantação dos Grupos Escolares estes se caracterizavam por representar um novo modelo de escola no Brasil para atender os alunos do ensino primário.

No Brasil, os Grupos Escolares são caracterizados como formação desse ideal de cidadão Republicano como um “Modelo de Escola Republicana”.

Para Souza (1998, p.91): “Os republicanos deram à educação um lugar de destaque, sendo o grupo escolar representante dessa política de valorização da escola pública; dessa forma, eles conferiam a um só tempo: visibilidade à ação política do Estado e propaganda do novo regime republicano”.

Este modelo escolar ganha força com a implantação da República Brasileira, pois os grupos escolares iriam disseminar os valores dos ideais republicanos.

Os grupos escolares nascem com objetivos alinhados com a proposta de educação popular para a República. Como escreve Souza (1998, p.15): “A implantação dos grupos escolares no Estado de São Paulo ocorreu no interior do projeto republicano de educação popular”.

Considerados como “Templos de Civilização”, locais onde se daria a formação desse novo indivíduo dessa sociedade no período republicano. “Os grupos escolares foram considerados pelos republicanos paulistas como 'templos de civilização', organização escolar que seria capaz de implantar um sistema de educação baseado em dispositivos de racionalização administrativa e pedagógica” (Cunha; Gonçalves, 2017, p.31).

Os grupos escolares apresentavam como características a racionalidade, divisão do trabalho.

[...] racionalização e a padronização do ensino, a divisão do trabalho docente, a classificação dos alunos, o estabelecimento de exames, a necessidade de prédios próprios com a consequente constituição da escola como lugar, o estabelecimento de programas amplos e enciclopédicos, a profissionalização do magistério, novos procedimentos de ensino, uma nova cultura escolar (Souza, 1998, p.50).

Temos também a figura do Diretor, ocupando seu papel no modelo de organização pedagógico-administrativa dos Grupos Escolares. O Decreto nº 248, de 26.7.1894, em seu capítulo X, que trata dos Grupos Escolares, estabelece um conjunto de competências do Diretor de Escola. [...] § 3.º- Imprimir nos Grupos Escolares o tipo de organização e método de ensino das escolas-modelo do Estado (São Paulo, 1894).

Em relação à importância dos diretores nos grupos escolares, Souza (2014) escreve:

Desde o início, o diretor assumiu um papel central na estrutura hierárquico-burocrática que ensaiava os primeiros passos no ensino público paulista. Ele foi considerado o elemento-chave que transformaria a mera “reunião de escolas” em uma escola graduada orgânica (Souza, 2014, p.71).

A competência do Diretor pelo modelo de método de ensino, vai ao encontro de atender o cumprimento de modelo existente na proposta de organização administrativa e pedagógica dos Grupos Escolares, estabelecendo o método simultâneo e “método intuitivo”. Segundo Cunha e Gonçalves (2017, p.2), “O chamado método intuitivo tornou-se o símbolo da propaganda republicana paulista”³⁴.

A criação dos grupos escolares surge, portanto, no interior do projeto político republicano de reforma social e de difusão da educação popular-uma entre as várias medidas de reforma da instrução pública no estado de São Paulo implementada a partir de 1890. A implantação dessa nova modalidade escolar teve implicações profundas na educação pública e na história da educação brasileira (Souza, 2014, p.75).

Souza (2014) reforça a importância dos grupos escolares ao afirmar que este foi o modelo de educação elementar que prevaleceu no Brasil durante mais de sete décadas.

Os grupos escolares tiveram sua nomenclatura alterada por meio da Lei nº 5. 692, de 11 de agosto de 1971, que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências³⁵.

As dificuldades encontradas para a complementação da pesquisa residem na dificuldade de localização de documentos entre as décadas de 1930 e 1940, em relação à inspeção escolar, o que acabou limitando a investigação, foram encontrados poucos termos de visitas da inspeção escolar, pois muitas escolas visitadas em que se buscou documentos referentes a inspeção não possuíam em seus arquivos documentos anteriores a década de 40.

³⁴ “O método individual, embora há muito considerado ultrapassado, mas ainda praticado por alguns professores, cedeu lugar à predominância do ensino simultâneo, à expansão da escola de várias classes e vários professores; o método intuitivo foi adotado como ícone da renovação pedagógica e da modernização do ensino; a mulher encontrou no magistério uma profissão; professores e professoras tornaram-se profissionais da educação” (Souza, 2014, p.36).

³⁵ “O fim dos grupos escolares se deu paulatinamente, a partir de 1971, pela Lei nº 5. 692/71, que reformou o ensino de 1º e 2º graus, com o objetivo de formar a população para desenvolver potencialidades e realização pessoal, adquirindo os conhecimentos, no sentido de se qualificar para o trabalho e desenvolver a consciência de cidadão atuante” (Silva, 2019, p.72).

3.3 A inspeção escolar nas escolas isoladas

A história das escolas isoladas no Brasil tem sua origem marcada pelas condições da população que em sua grande maioria vivia em áreas rurais e que teve seu processo de urbanização em 1930³⁶.

Oriani (2022, p. 72) traz a seguinte definição de escolas isoladas: [...] considero pertinente pensar as escolas isoladas como instituições móveis que apoiaram os grupos escolares no atendimento escolar das crianças, como “célula viva”, tomando de empréstimo a expressão de Oscar Thompson.

Segundo Cardoso (2013, p.204) “A primeira vez que o termo escola isolada apareceu na legislação paulista foi no Regimento Interno das Escolas Públicas – Decreto 248, de 26 de julho de 1894”³⁷.

As escolas isoladas, ao contrário dos grupos escolares que representaram os ideais do regime republicano eram representantes de um passado imperial.

A institucionalização, nesse estado, dos grupos escolares, a partir de 1893, ratificou a diferenciação entre os dois principais tipos de escolas primárias que viriam a predominar no país, ao longo do século XX — as escolas isoladas, herdeiras das transformações institucionais das escolas de primeiras letras do Império, compreendendo um professor ministrando o ensino para crianças de diferentes idades e níveis de adiantamento numa mesma escola/sala de aula (Souza-Chaloba; Moraes, 2022, p.67).

Sousa (2014) escreve que a história das escolas isoladas está associada à história dos Grupos escolares.

De fato, na história das instituições educativas de nível primário, esses dois termos – escolas isoladas e grupos escolares - emergiram intrinsecamente associados por relações de oposição e concorrência. Ambos foram criações educacionais do regime republicano; no entanto, escolas isoladas, diferentemente de grupos escolares, não designou um novo modelo de escola (Sousa, 2014, p.344).

Utilizando como exemplo Rossi (2017, p.319), que ao definir os diferentes modelos institucionais entre os anos de 1889 a 1929 escreve:

³⁶ Segundo Castro (2019, p.1) referente ao artigo desenvolvimento rural e o estado brasileiro https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/191227_bruea_21_ensaio4.pdf. “O meio rural brasileiro passou por significativas transformações ao longo do século XX. O processo de êxodo rural, especialmente a partir da década de 1930 [...]”.

³⁷ Segundo Artigo 82. - Cada Grupo Escolar poderá comportar a lotação de 4 a 10 escolas isoladas no máximo e será regida por tantos professores quantos forem os grupos de 40 alunos e pelos adjuntos que forem necessários à diretoria (São Paulo, 1894). Artigo 85. - Em suas relações com o Governo, com o Conselho Superior ou com o Diretor Geral, os diretores se dirigirão sempre por intermédio do inspetor do distrito, que exercerá sobre os Grupos Escolares as mesmas funções conferidas por lei em relação às escolas isoladas (São Paulo, 1894).

A maioria se encontrava na zona rural, vivendo em regiões longínquas e isoladas da movimentação urbana. O ensino elementar chegava a esses sujeitos por meio das chamadas escolas isoladas e reunidas, que possuíam características bem diferentes dos grupos escolares, localizados em grandes centros urbanos.

Em um contexto marcado por ideias da República, a autora Silva (2004, p.2) escreve que na busca por um “projeto republicano de educação popular” buscou-se o estabelecimento do modelo de escola primária por meio dos grupos escolares e encontrou como problema, para a materialização desse objetivo, a extensão territorial.

A institucionalização no ensino paulista ocorreu por meio da Lei nº. 930, de 13 de agosto de 1904, que “Modifica várias disposições das leis em vigor sobre instrução pública do Estado”³⁸.

Assim, devido às condições dificultosas de ordem geográfica, as escolas isoladas ganhavam lugar de destaque na instrução dos alunos.

Neste período, grande parte da população encontrava-se em regiões afastadas dos centros urbanos onde, muitas vezes, dada a “dispersão geográfica”, a distância e as dificuldades materiais encontradas, a instalação e manutenção dos grupos escolares tornava-se inviável. Dessa forma, nesses lugares, a alternativa encontrada para a difusão da instrução primária foi a implantação de escolas isoladas (Silva, 2004, p.2).

Em relação à inspeção escolar nas escolas isoladas, Rossi (2017, p.319) escreve:

O modelo das escolas isoladas, aos olhos dos inspetores escolares, parecia desajustado diante da racionalização e controle do trabalho que podiam observar nos chamados grupos. As escolas isoladas eram ‘classes autônomas’, enquanto unidades de funcionamento.

Mesmo sendo o grupo escolar, de acordo com Sousa e Moraes (2022), o significado de “vitrines” no que se refere à modernização do país, durante a República as escolas isoladas continuavam a ocupar lugar de destaque na instrução dos alunos.

Em contrapartida, as pesquisas que abordam a história das escolas isoladas têm como ponto convergente o destaque da função que essas escolas tiveram para a alfabetização de uma grande quantidade de crianças brasileiras que viviam em locais mais afastados dos centros urbanos ou nos espaços rurais e,

³⁸A Lei nº. 930 de 13 de agosto de 1904 que “Modifica várias disposições das leis em vigor sobre instrução pública do Estado” possui em seu corpo legal um artigo dedicado as escolas isoladas. “Artigo 5.º- No provimento das escolas isoladas e grupos escolares, além de outras exigências legais, se observará o seguinte nenhum professor poderá ser nomeado para escola isolada situada na sede de município sem um ano de efetivo exercício em escola isolada situada em bairro ou sede de distrito de paz II Nenhum professor poderá ser nomeado para grupo escolar de qualquer localidade e bem assim para escolas isoladas no município da Capital sem o efetivo exercício de dois anos em escola isolada de sede de municípios (São Paulo, 1904, p.2).

apesar das dificuldades e das falhas, essas escolas existiram, funcionaram e alfabetizaram (Oriani, 2015, p.60).

Devido à implantação das escolas graduadas (grupos escolares) ocorreram mudanças também na conduta do trabalho do professor, pois nas escolas isoladas, os professores tinham certa autonomia para organizar o seu trabalho. “Parcial autonomia mantiveram os professores das escolas isoladas nas primeiras décadas republicanas, apesar da fiscalização dos inspetores do ensino” (Souza, 2014, p.72)³⁹.

Em 1933 com o *Código de Educação* do Estado de São Paulo que disciplinava o funcionamento das escolas isoladas. Ao analisar esta questão, Rossi infere:

Embora houvesse uma lei que regulamentava o funcionamento do ensino, o *Código de Educação* do Estado, sua objetivação, na prática e na maioria das vezes, mostrava-se flexível de acordo com as necessidades locais. O horário de funcionamento, por exemplo, ficava a critério do professor ou da própria necessidade do local onde a escola estava instalada (Rossi, 2017, p.319).

Tendo o *Código de Educação* do Estado de São Paulo 1933 como ponto de referência, como uma norma para orientar as escolas isoladas, tem-se na seção III “Da instalação das escolas isoladas” que disciplina a questão do funcionamento de modelo de escola.

Art. 255 - Para a instalação de escolas isoladas, é condição essencial sala de aula de acordo com a legislação sanitária.

Art. 256 - Na medida das possibilidades econômicas do Estado, e das facilidades oferecidas pelos municípios ou pelos particulares, as escolas existentes na zona rural, e as que se vierem a criar, irão tendo instalação que as torne mais adequadas a seus fins e que, ao mesmo tempo, favoreça a estabilidade do professor, pelas condições materiais e morais de conforto.

§ 1º - Para obediência ao disposto neste artigo, as escolas isoladas da zona rural tomarão gradualmente o tipo de granja-escolar.

§ 2º - Constará a granja escolar de uma área cultivável de pelo menos 3 hectares, tendo edifício com salas de aula, e os aposentos necessários à residência do professor.

Art. 257 - Para o provimento de escolas na zona rural, será dada preferência aquelas em que a municipalidade ou os particulares interessados tomem a si o

³⁹ Cabe reforçar que o ensino paulista manteve escolas subvencionadas na república e os inspetores tinham atribuições a serem realizadas também nestas escolas. Lei n. 2.269, de 31 de dezembro DE 1927 “Reforma a Instrução Pública do Estado.” das escolas rurais subvencionadas Artigo 26. - O Governo poderá subvencionar, de preferência na zona rural, com a importância de seis mil réis (6,000) mensais por aluno frequente, às escolas particulares para o ensino primário, que foi em regidas por brasileiros e se submeterem às condições seguintes: ser o ensino ministrado em português; b) observarem os programas das escolas rurais do Estado) funcionar diariamente durante três horas pelo menos :d) terem a matrícula mínima de 15 (quinze) alunos e a frequência média mensal de 10(dez).e) sujeitarem-se à fiscalização e orientação da Diretoria Geral da Instrução Pública) enviarem mensalmente ao inspetor distrital os mapas de movimento escolar. Em comparação ao *Código de Educação* do Estado de São Paulo de 1933 foi possível verificar a menção a escolas particulares no que se refere as instalações das escolas isoladas. “Art. 256 - Na medida das possibilidades econômicas do Estado, e das facilidades oferecidas pelos municípios ou pelos particulares, as escolas existentes na zona rural, e as que se vierem a criar, irão tendo instalação que as torne mais adequadas a seus fins e que, ao mesmo tempo, favoreça a estabilidade do professor, pelas condições materiais e morais de conforto.”

encargo da instalação, comprometendo-se: a) a doar ao Estado terreno e prédio nas condições especificadas no artigo anterior (a abrir e conservar estradas que tornem a escola facilmente acessível aos alunos e a liguem ao centro urbano mais próximo) a organizar e custear serviço de transporte escolar.

Em relação à inspeção escolar, considerando as escolas isoladas, Oriani (2015) escreve que as escolas isoladas eram analisadas pelos inspetores como locais de pouca estrutura, tanto pedagógica como administrativa se comparadas aos grupos escolares.

[...] essas escolas eram pensadas e analisadas por inspetores de ensino, legisladores e por aqueles que se ocupavam em pensar a educação de modo comparado e articulado aos grupos escolares. Pelas ausências notadas nessas escolas, pelas falhas em termos educacionais e estruturais, sempre que se considerava a escola isolada, se fazia de modo comparado entre essa organização escolar e a organização modelar dos grupos escolares (Oriani, 2015, p.33).

Observa-se que ao contrário dos grupos escolares que apresentavam uma organização marcada pela ideia de racionalização, divisão do trabalho, as escolas isoladas apresentavam uma organização local simples

Esse tipo de escola, apesar de ter sido considerado no início do período republicano como ineficaz, improdutivo, precário, atrasado e fadado a desaparecer, continuou desempenhando, ao longo do século XX, um papel relevante na escolarização da infância no estado de São Paulo e no Brasil. Ao longo do século XX, escolas isoladas e grupos escolares tornaram-se os tipos predominantes de escolas primárias existentes no estado de São Paulo (Souza, 2016, p.344).

Mesmo com os Grupos Escolares como o modelo de escola defendido no período republicano, as escolas isoladas atendiam de modo precário à escolarização elementar em São Paulo e no Brasil.

4 A INSPEÇÃO ESCOLAR NO INTERIOR PAULISTA: ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

As primeiras fontes de pesquisa localizadas durante a investigação são pertencentes ao arquivo escolar dos antigos grupos escolares, a saber o Grupo Escolar Dr. João Mendes Júnior, hoje escola pertencente ao Sistema de Ensino de Municipal de Assis-SP. Tal grupo escolar teve sua instalação em 13 de agosto de 1915 ⁴⁰. E o Grupo Escolar João Brediski, instalado em 06 de fevereiro de 1942, localizado no Distrito de Varpa, pertencente à cidade de Tupã-SP. Foram os grupos escolares onde foi possível a localização das fontes documentais em seus arquivos escolares. Os mapas de movimento das escolas isoladas de 1932-1945 localizada no Grupo Escolar Castro Alves e o Relatório da Delegacia Regional de Presidente Prudente-SP de 1936 e 1940.

Para uma melhor compreensão das fontes da pesquisa aqui mencionadas serão feitos dois movimentos, um envolvendo a análise interna das informações presentes nos documentos propostos e outro pela análise externa visando contextualizar, compreender o contexto histórico que envolvia a organização do ensino paulista em que as fontes se encontram.

A utilização dos livros termos de visita como fontes documentais de pesquisa se justifica pelo fato de ser um registro realizado pelo próprio inspetor escolar “in loco”, ou seja, nas escolas que era lhe dada a atribuição de inspecionar.

Ligeiro (2014) esclarece a importância dos Livros de Termos de Visitas como o local onde os inspetores escolares confirmavam sua visita à escola. “Os inspetores escolares, em suas visitas às unidades escolares, registravam suas observações e recomendações de próprio punho em um livro destinado especificamente a esse fim, chamado livro de Termos de Visitas” (Ligeiro, 2014, p.48).

Ligeiro (2014) continua seu pensamento esclarecendo que os registros tinham a importância de oficializar as orientações do inspetor que deveriam ser seguidas, por professores e diretores, porque era considerado um administrador escolar tendo com responsabilidade fiscalizar o ensino.

O primeiro livro de termos de visitas de 1935 encontrado no acervo da Escola Municipal Dr. João Mendes Júnior (antigo grupo escolar) localizada no município de Assis-SP, foi de fácil acesso e se encontra em bom estado de conservação.

⁴⁰ As informações referentes ao Grupo Escolar Dr. João Mendes Júnior <http://www.crmariocovas.sp.gov.br>

Figura 6 – Grupo Escolar “Dr. João Mendes Júnior” 1935”



Fonte: arquivo pessoal Luiz Barros

Tanto o Grupo Escolar Dr. João Mendes Júnior, na década de 1930, como os demais grupos escolares que serão investigados, estão enquadrados na proposta estabelecida pelo Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933, que institui o *Código de Educação* do Estado de São Paulo, de onde se originaram as chamadas escolas primárias, na categoria grupos escolares, conforme o Art. 248 - As escolas públicas primárias se distribuem nas seguintes categorias: 1-escolas isoladas; 2-grupos escolares; 3-cursos populares noturnos; 4-escolas experimentais (São Paulo, 1933).

O primeiro livro de registro dos termos de visitas escolhido para esta análise refere-se ao antigo Grupo Escolar Dr. João Mendes Júnior atendendo alunos do ensino primário, que recebeu em seu Termo de Abertura a seguinte descrição. “Contém este livro 50 folhas e destina-se ao fim supra indicado para o uso do Grupo Escolar Dr. João Mendes Júnior”. Assis, 22 de setembro de 1937.

Outro documento encontrado no arquivo escolar referente a “Registros de poesias recitadas no Grupo Escolar Dr. João Mendes Júnior ano de 1944”, tem em seu Termo de Abertura a seguinte descrição: “Contém este livro 50 folhas e destina-se ao fim supra indicado para uso das escolas mistas da Vila Xavier”. Assis, 02 de maio de 1944”, tal documento não faz referência à Inspeção escolar, apenas registro de poesia dos alunos, porém em sua abertura deixa claro a questão do modelo de escola mista.

Figura 7 – Grupo Escolar “Dr. João Mendes Júnior” – salas masculinas e femininas anos 40.



Fonte: arquivo pessoal Luiz Barros

Dentro do período estabelecido para a pesquisa foi contabilizado o total de oitenta e cinco visitas realizadas pela inspeção escolar, como descrito no quadro abaixo.

Quadro 7 – Termos de visitas registrados pelos inspetores escolares entre os anos 1937 e 1947. Grupo Escolar Dr. João Mendes Júnior

Anos	Datas dos termos e meses do ano	Total de termos
1937	02 /07, 09/07, 18 /07, 21 /07, 22 /07, 05 /10, 06 /10, 14 / 10 15 /10, 18 /10, 20 /10, 27 /10, 30 /10, 08/11, 09/11, 10/11, 23/11 e 30/11	18
1938	02/02, 04/02, 05/02, 07/02, 02/03, 03/03, 05/03, 10/03, 12/03, 21/03, 18/04, 19/04, 20/04, 24/04, 28/04, 02/05, 06/05, 07/05, 20/05, 23/05, 25/05, 26/05, 09/06, 16/07, 22/11.	25
1939	28/02, 25/07, 30/08,	03
1940	27/03, 06/06, 14/08	03
1941	04/06, 25/08, 31/10	03
1942	15/07, 27/09, 08/10	03
1943	27/07, 05/08, 11/09	03
1944	23/05, 24/07, 14/09,	03
1945	18/06, 30/11	02
1946	08/02, 09/02, 29/03, 15/04, 10/07, 24/07	06
1947	01/02, 24/02, 25/02, 26/02, 01/03, 06/03, 08/03, 11/03, 21/03, 22/03, 20/09, 11/09, 12/09, 13/09, 23/09, 27/09	16
Total de termos no período de 1937 a 1947		85

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no Livro de Termos de Visitas

Por meio da análise do quadro 7 referente à quantidade de visitas realizadas pelo inspetor escolar, pode-se observar que ocorreram poucas visitas durante os anos de 1939 a 1945 e com maior frequência entre os anos de 1937 a 1938, 1946 a 1947.

No dia 16 de julho de 1938 em um dos termos de visitas analisados, o Inspetor Escolar João Camilo de Siqueira deixa clara sua recém-nomeação. “Recém-nomeado Inspetor Escolar com sede nesta localidade, iniciei o meu trabalho na referida sede, visitando o Grupo Escolar Doutor João Mendes Júnior sob a direção do Professor Henrique Zollner Netto”.

O Relatório do Delegado Regional de Ensino de Presidente Prudente, 1940, cita o inspetor escolar Professor João Camilo de Siqueira oferecendo “pistas” que justifiquem a queda na quantidade de visitas no Inspetor Escolar no Grupo escolar Dr. João Mendes Júnior. “Professor João Camilo de Siqueira do terceiro Distrito com sede em Assis com quarenta e cinco (45) unidades de grupo, oitenta e quatro (84) escolas isoladas e nove (9) particulares, num total de cento e trinta e oito (138)”. Observa-se uma quantidade grande de escolas s serem visitas pelo Inspetor Escolar João Camilo de Siqueira.

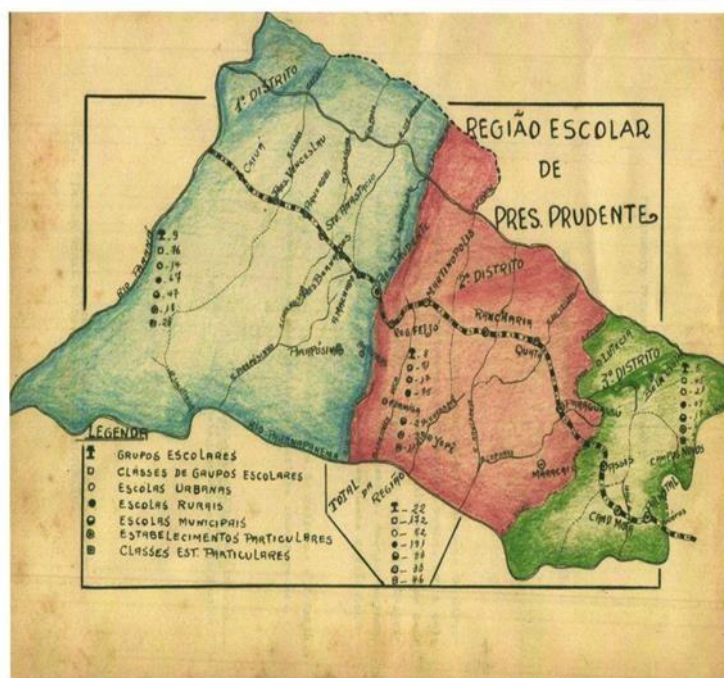
Em relação à Inspeção Escolar no Terceiro Distrito no qual a cidade de Assis-SP fazia parte, o Relatório do Delegado Regional de Ensino de Presidente Prudente de 1940 demonstra a limitação da inspeção escolar se comparada com as demais regiões.

A disposição e capacidade de trabalho dos inspetores de Primeiro e Segundo Distritos, moços cheios de entusiasmo pela causa de ensino, bem como a boa vontade e honestidade do senhor Inspetor do Terceiro Distrito, Professor João Camilo de Siqueira, suprem, em parte, a falha de mais um Inspetor nesta região (Barreto, 1941, p.5).

Em termos territoriais, as dificuldades encontradas no âmbito nacional eram as mesmas encontradas no território pertencente ao Estado de São Paulo, o que dificultava a atuação do inspetor, além da questão da “[...] uniformidade e padronização das escolas, desejada por muitos inspetores e administradores do ensino público, manteve-se como um ideal inalcançável” (Souza, 2014, p.53).

O Relatório do Delegado Regional de Ensino de 1940 de Presidente Prudente, levanta algumas questões que limitavam a atuação o inspetor dentre elas: a quantidade de inspetores para a vasta região e quantidade elevada de escolas para a zona escolar de Presidente Prudente que era composta de três distritos.

Figura 8 – Referente à região escolar de Presidente Prudente – SP.



Fonte: Relatório da Delegacia Regional de Ensino de Presidente Prudente em 1940

Sem considerar as unidades de Grupo e escolas particulares, cuja inspeção é fácil, estão a cargo de três inspetores, apenas, trezentos e vinte e oito (328) escolas isoladas, a maior parte, localizadas em bairros distantes, mal servidos de vias de comunicação, o que é natural em zona de sertão, em rápido desenvolvimento.

O Relatório do Delegado Regional de Ensino de 1940 em que a região escolar de Presidente Prudente, localizada na chamada zona de sertão é caracterizada como um local em “rápido desenvolvimento, mas ainda apresentava limitações em relação ao trabalho da inspeção tem como exemplo os registros de Campanhole (1985, p.173) em relação à história de Assis.

A longa duração da riqueza cafeeira proporcionou o surto econômico de São Paulo, que determinou a sua industrialização, a elevação do seu nível cultural, do seu padrão de vida e progresso técnico. A cultura do café, agindo como elemento capitalizador, povoador e civilizador, transformou um povo agrícola num povo agroindustrial, com índices de cultura já bastante elevados e com capacidades já firmadas em realizações vitoriosas, de organizar produções que exigem grande adiantamento técnico (Campanhole, 1985, p.173).

Além da descrição do contexto econômico no qual o inspetor escolar atua, o relatório do Delegado Regional de Ensino de 1940, descreve como exemplo a rotina de um inspetor escolar em 1942.

Assim como exemplo o Relatório Regional de Ensino no ano de 1942, com a atuação de outro Inspetor Escolar, em um registro realizado no dia 08 de outubro de 1942, o inspetor escolar Luiz de Oliveira realiza um registro com características que fogem ao padrão vigente nos demais. Presente no livro de visitas do inspetor escolar.

Em transito, regressando de Palmital, em serviço especial da Delegacia de Ensino, estive neste grupo escolar a fim de conhecer o desenvolvimento de investigação sobre o vocabulário infantil, solicitado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação. A pesquisa segue a sua marcha regular, sem ocorrências dignas de nota, até o presente.

O mesmo registro do inspetor escolar Luiz de Oliveira cita sua visita a uma instituição escola escolar particular.

A pedido do Delegado de Ensino, visitei o Colégio Imaculada Conceição situada na sede, tratando de mudanças do nome daquele estabelecimento de ensino particular, conforme disposições das leis federais vigentes.

Em relação aos dois últimos trechos citados algumas características marcam a atuação do inspetor escolar, como sendo a de um inspetor escolar para investigar proposta de caráter pedagógico e que tem uma atuação ampla quando fiscaliza o cumprimento de leis em nível federal.

Acompanhando uma ordem cronológica da escrita das fontes, analisaram-se os termos de visita da escola feita pelo Inspetor Escolar, e reflexões que envolveram a história do Grupo Escolar Dr. João Mendes Junior.

Dentre algumas reflexões sobre os registros referentes ao Grupo Escolar Dr. João

Mendes Junior é possível observar que o grupo escolar ainda apresentava condições que exigiam melhorias, para que assim pudesse, na prática, efetivar o que propunha o *Código de Educação* do Estado de São Paulo de 1933.

O Relatório da Delegacia Regional de Ensino de 1935 descreve a falta de condições para o estabelecimento do cinema educativo:

Dois são os cinemas educativos existentes na Região: um no 1º Grupo Escolar de Presidente Prudente e o outro no Grupo Escolar Dr. João Mendes Júnior”. Devido à falta de salões apropriados para o funcionamento não estão em uso.

O cinema educativo é um exemplo de proposta de serviço dentro do Grupo Escolar Dr. João Mendes Júnior, mas como descrito no Relatório do Delegado Regional de Ensino de 1935 não aconteceu devido à falta de local apropriado.

Pertencente ao 3º Distrito Escolar da região escolar de Presidente Prudente⁴¹, o Grupo Escolar Dr. João Mendes Júnior é citado no Relatório da Delegacia Regional de Ensino de 1935, no qual o relator descreve as poucas condições de funcionamento do prédio.

“3º Distrito Escolar. Grupo Escolar “Dr. João Mendes Junior Assis. Apesar do grupo estar instalado em péssimo prédio, o pessoal que nele trabalha se revela dedicado e competente. O estabelecimento possui cinema educativo.

Cabe ressaltar que o *Código de Educação*, cita e estabelece regras para o cinema educativo⁴².

Assim, em relação ao cinema educativo, o *Código de Educação* estabelece o objetivo e regras para o seu funcionamento junto com o serviço de cinema, em seu capítulo XI que trata Do serviço de Rádio e Cinema Educativo. “Artigo. 121 - O Serviço de Rádio e Cinema Educativo tem por fim colocar ao alcance da escola as conquistas da técnica moderna, no campo da cinematografia e do rádio”.

Na década de 1930 o cinema educativo é organizado com determinadas finalidades.

Em face disso, assume o cinema a função de formar social, moral e civicamente os indivíduos porquanto circula os seguintes enunciados na composição desse discurso: moraes, de emoção sadia, não piegas, humano patriótico, superiormente social. Delimita-se, também, o tipo de filme que deve circular no país; brasileiro, sem exagerações, documental, de observação exata etc (Faheina, 2021, p.98).

⁴¹ A região escolar de Presidente Prudente estava dividida em três distritos escolares, no qual a cidade de Assis pertence ao 3º Distrito Escolar, presente no Relatório da Delegacia Regional de Ensino de 1941.

⁴² Para Faheina (2021, p.92) “O movimento escolanovista, especialmente na década de 1920 cooperando para a instituição didática do cinema da instrução pública do país. Para esse movimento, mais que um recurso audiovisual, o cinema constituía um material de renovação metodológica, configurando-se um marco nas práticas educativas desenvolvidas no país”.

O cinema educativo tem sua importância não apenas por estar atrelado à realização nas escolas pelo *Código de educação*, mas tendo sua valorização também por meio da Escola Nova.

O cinema educativo começou a ser divulgado no Brasil desde o início do século XX. Mas foi com a difusão da Escola Nova que ele se propagou mediante várias iniciativas levadas a termo pelos governos federal e estadual. Em 1928, Fernando de Azevedo implementou o cinema educativo no Distrito Federal como inovação pedagógica no âmbito da reforma da instrução pública (Souza, 2013, p.110).

Além do cinema educativo é possível observar em outro trecho do relatório da Delegacia Regional de Presidente Prudente uma “limitação” em relação a outros serviços citados no Código de 1933 não apenas referentes ao Grupo Escolar Dr. João Mendes Junior, o que demonstra que os grupos escolares dos três distritos escolares que compunham a Região de Presidente Prudente, poucos contavam com o serviço de bibliotecas⁴³.

São os seguintes estabelecimentos que possuem bibliotecas infantis na região: 1-Grupo Escolar de Presidente Bernardes, 2-1 Grupo Escolar de Presidente Prudente, 3-2 Grupo Escolar de Presidente Prudente, 4-Grupo Escolar de Rancharia 5-Grupo Escolar de Quatá 6- Grupo Escolar Assis 7-Grupo Escolar de Lutécia 8- Grupo Escolar de Candido Mota.

No estudo realizado por Souza (2009) sobre as práticas de ensino renovadoras nas escolas paulistas no período de 1930 a 1960 foi constatado que poucas escolas contavam com projetores para projeção fixa e animada, rádio educativo, bibliotecas escolares e outros materiais indicados na época como inovadores. A introdução desses melhoramentos, quando ocorria, devia-se menos à intervenção do Estado e mais à boa vontade da comunidade escolar, mediante doações ou campanhas para aquisição de recursos para a compra dos mesmos (Souza, 2013, p.112).

O *Código de Educação* 1933 regulava os serviços de biblioteca juntos aos Museus Escolares. Apresentavam o seguinte objetivo:

Capítulo X: do serviço de bibliotecas e Museus Escolares: Art. 106 - O Serviço de Bibliotecas e Museus Escolares tem por fim despertar, nos alunos, de acordo com suas tendências, sexo e idade, o gosto pela leitura de cunho literário ou científico, e tornar o ensino intuitivo, prático e experimental, no sentido de facilitar a compreensão de todas as matérias do programa escolar (São Paulo, 1933).

Assim como as bibliotecas escolares, os museus escolares se caracterizaram pelo incentivo de sua propagação pela Escola Nova, e segundo Alves (2019) a Escola Nova ofertou para os museus escolares no Brasil um novo papel.

⁴³ Fanheina (2021, p.98) “Durante o século XX, a partir de algumas reformas educacionais, a biblioteca escolar conquista um novo espaço. A década de 1930 tornou-se crucial para as ações no campo da biblioteca escolar.”

Falar de museus escolares no Brasil é falar de objetos de ensino e suas proposições de inovação e renovação na escola elementar. Os objetos de ensino ocuparam papel importante nas proposições de renovação da escola primária desde a virada do século XIX (Alves, 2019, p.107).

Sobre a importância dos museus escolares Souza (2015, p.110) escreve: “[...] haveriam de enriquecer a composição material das escolas, atendendo as exigências da aprendizagem pela experiência, pela observação e pela investigação”.

O Livro do *Termo de Visita* do Grupo Escolar Dr. João Mendes Júnior localizado no acervo da escola, inicia-se em 22 de setembro de 1937 como 8ª visita do Inspetor escolar. “Estive a serviço do ensino em visita ao grupo escolar ‘Dr. João Mendes Júnior’, de Assis, durante os dias 2, 9, 18, 21 e 22 do corrente mês, tendo percorrido todas as classes do estabelecimento em companhia do respectivo diretor, professor Henrique Joelner Neto. Como sempre este grupo escolar acha-se funcionando regularmente”.

Observa-se pelo final do trecho citado que o Inspetor Escolar valida a regularidade do funcionamento do Grupo Escolar, assim legitimando uma das atribuições do diretor do grupo escolar, de acordo com o *Código de Educação* do Estado de São Paulo de 1933 inciso I do artigo 282. “1- cumprir e fazer cumprir as leis, regulamentos e determinações do *Código de Educação* do Estado de São Paulo” (São Paulo, 1933).

Por meio também do trecho citado acima, do Inspetor Escolar, tem-se o cumprimento de uma das atribuições do Inspetor Escolar “Art. 315 - Incumbe ao Inspetor escolar: 1- cumprir e fazer cumprir as leis e regulamentos, bem como as determinações de seus superiores hierárquicos” (São Paulo, 1933).

Dentro de uma possível rotina das visitas do Inspetor Escolar, assistir às aulas dadas fazia parte de seu trabalho, e o cumprimento pelos professores do programa oficial e de atividades cívicas.

“Assisti aulas diversas, a saber: leitura, cálculo e linguagem escrita nos 1º graus: caligrafia, os 2º graus leitura e cálculo, problemas, caligrafias e jogos, nos 3º graus, trabalhos manuais, linguagem escrita, caligrafia, canto.
“Assisti a comemoração da data 7 de setembro, realizada no estabelecimento e que foi bem organizada e executada, com parte literária e esportiva e com um programa do orfeão escolar.
“Há higiene e Harmonia” Relatório Presidente Prudente (inspeção sanitária) (Relatório, 1935).

Também era possível observar a preocupação com outras questões presentes na escola por parte do inspetor escolar. “Já existe em funcionamento a organização da Associação dos Ex.alunos” (Relatório, 1935, p.1). “A caixa escolar apresenta o saldo de 2:436 \$ 400” (Relatório, 1935, p.2).

Em outro trecho do registro referente à 8ª visita, o inspetor escolar deixa clara a quantidade de alunos distribuídos por sala e que é possível observar uma quantidade alta de alunos.

Dispõe o grupo escolar de 14 classes, sendo 2 primeiros graus, 4 segundos graus, 5 terceiros graus e 3 quartos graus, apresentando a média de 39,56 alunos por classe.

Vale reforçar que a questão da quantidade de salas mencionada no *Termo de Visita* do inspetor escolar, foi também um dos poucos aspectos citados no Relatório da Delegacia Regional de Ensino de 1935, referente ao Grupo Escolar Dr. João Mendes Júnior, documento também anterior à 8ª visita realizada pelo Inspetor escolar.

No município de Assis só há um grupo escolar, de 14 classes, que funciona em prédio de péssimas condições de segurança e de higiene. Possui sete salas com iluminação deficiente, portaria e diretoria. É de tijolos pau a pique e de taboas e pertence ao Sr. Manoel Lopes que o aluga ao Estado a 500\$000 mensais, sem contrato. Na cidade não há uma casa adaptável. A lotação do prédio é de 210 por período.

E assim posterior à 8ª visita realizada pelo Inspetor Escolar, o Relatório da Delegacia Regional de Ensino de 1940, descreve problemas relativos ao prédio e ao mobiliário dos Grupos Escolares, no entanto não ocorreram avanços em relação às melhorias no Grupo e Escolar Dr. João Mendes Júnior. “Estamos pessimamente servidos de prédios, para grupos escolares e escolas urbanas.”

O Governo do estado já publicou editais de concorrência para a construção de um prédio em terreno que foi doado ao Estado. Esses editais foram publicados de 22 de setembro a 06 de outubro.

O terreno destinado para a construção do Grupo Escolar no qual o Relatório da Delegacia Regional de Ensino de 1940 faz referência, foi doado pela Igreja Católica e passou a funcionar em 01 de abril de 1941⁵.

Figura 9 – Prédio Grupo Escolar “Dr. João Mendes Júnior”- Prédio Atual em 1941.



Fonte: arquivo pessoal Luiz Barros

Outra fonte analisada trata do livro com os termos de visita da inspeção escolar do antigo Grupo Escolar João Brediski, localizado no Distrito de Varpa pertencente ao município de Tupã-SP e atualmente escola da Rede Estadual de Ensino da região da Diretoria de Ensino Tupã-SP.

Figura 10 – Prédio do Grupo Escolar “João Breiks”, Distrito de Varpa.



Fonte: Ronis (1974).

Em um breve histórico do Grupo Escolar João Brediski, anterior à inauguração do prédio escolar em 1942, o Distrito de Varpa contava com escolas que funcionavam com o apoio da Igreja Batista Leta em Varpa e que por questões territoriais exigiu a criação de três escolas para atender as diferentes localidades dentro da colônia.

Devido à extensão da área da Colônia Varpa, com seus 200 sítios particulares e a Corporação Evangélica Palma que é de quase 49 Km a Igreja Batista Leta de Varpa criou três escolas para a instrução das crianças da colônia. Uma funcionava no templo provisório da igreja (depois numa das salas anexas do novo templo) no acampamento de Stirna, também chamada Escola do Centro pela sua proximidade do Centro de Varpa; outra, em instalações especialmente preparadas para esse fim em Palma, extremo oriental de Varpa; e a terceira, em prédio construído no extremo ocidental da colônia, no bairro de Pitangueiras (Ronis, 1974, p.258).

Como pesquisadora não foi possível ter acesso a outros documentos do acervo do antigo Grupo Escolar João Brediski, apenas ao livro de visitas e que se caracteriza com registros a partir do ano de 1942. Observou-se que o livro com termos de visitas apresenta-se em bom estado de conservação.

O Termo de Abertura registrou a seguinte descrição: “Contém este livro 50 folhas e destina-se ao fim supra indicado para Termos de Visita. Varpa, 06 de fevereiro de 1942 e em sua capa: Criação e Instalação do Grupo Escolar de Vila Varpa, *Termo de Visita*” 1942.

O Livro de visitas se iniciou com a cópia autêntica de ata lavrada da sua instalação do Grupo Escolar de Varpa.

Dentro do período estabelecido para a pesquisa foi contabilizado o total de dez visitas realizadas pela inspeção escolar.

Quadro 8 – Termos de visitas registrados pelos inspetores escolares entre os anos de 1943 e 1947 do grupo escolar João Brediski

Anos	Datas dos termos e meses do ano	Total de termos
1943	25/02	01
1945	18/10	02
1946	09/06, 27/08	03
1947	13/03, 11/04, 17/10	04
Total dos termos de visita no período de 1942 a 1947		10

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no Livro de Termos de Visitas.

No ano de 1933 Ronis (1974, p.258) esclarece:

Durante 10 anos a igreja, com a colaboração dos pais, cuidava da instrução primária na colônia, sem qualquer auxílio dos poderes públicos. Só em 1933 é que estes através da Delegacia de Ensino de Marília, nomearam três

professoras públicas brasileiras para Varpa. Reconhecendo as três escolas como escolas públicas com curso de três anos.

Observa-se que a década de 1930 se caracteriza por dar início a formalizações em relação ao ensino no Distrito de Varpa-SP, do que se constata na própria comunidade de origem leta a necessidade de melhoria na instrução das crianças.

De acordo com o Código de 1933, em sua Seção II que trata “Da organização geral e da classificação dos grupos escolares”, o Grupo Escolar João Brediski segue a organização estabelecida pelo *Código de Educação* do Estado de São Paulo de 1933.

Art. 269 - Os grupos escolares terão, no mínimo, quatro classes. Art. 270 - Para o efeito da carreira e dos vencimentos do diretor, os grupos escolares se classificam nas quatro categorias seguintes: a) de 4ª categoria, os de 4 a 7 classes; b) de 3ª categoria, os de 8 a 19 classes; c) de 2ª categoria, os de 20 a 39 classes; d) de 1ª categoria, os de 40 ou mais classes (São Paulo, 1933).

Na segunda visita realizada pelo inspetor escolar no ano de 1946, no Grupo Escolar João Brediski é possível observar o registro com classificação do Grupo Escolar João Brediski na 4ª categoria de escola com o mínimo de salas que garantem o estabelecimento de um Grupo escolar

“A serviço do cargo visitamos hoje o Grupo Escolar de Varpa, sob a direção do prof. Oscar Leonhardt Técnico de educação. Visitamos as quatro classes do estabelecimento e tivemos oportunidade de examinar os trabalhos gráficos, fazendo em torno dos mesmos os necessários comentários”.

Outra fonte documental faz referência ao *Termo de Visita* encontrado no acervo do antigo 2º Grupo Escolar Gabriel Monteiro, hoje atual escola Estadual Gabriel Monteiro.

O Termo de Abertura trazia a seguinte descrição: “Contém este livro 50 folhas e destina-se ao fim supra indicado para Termos de Visita das autoridades no segundo grupo escolar de Marília-SP. Marília, 01 de junho de 1935”.

Figura 11 – Imagem recente e antiga do 2º Grupo Escolar Castro Alves.



Fonte: Memorial do Patrono E.E. Gabriel Monteiro da Silva⁴⁴

Em 1935, ano de inauguração do 2º Grupo Escolar Gabriel Monteiro, não foi observado registros de visitas referentes a inspeção escolar.

O livro de *Termo de Visitas* de autoridades escolares referente do 2º Grupo Escolar Gabriel Monteiro não faz referência apenas ao registro de visitas realizada por inspetores escolares, pois pode se comprovar que o 2º Grupo Escolar Gabriel Monteiro também recebeu visitas de outras autoridades escolares, como a primeira visita registrada no dia primeiro registro feito no dia nove de agosto de 1935 foi realizado por Olavo de Carvalho, Delegado Regional em Comissão.

“Pela segunda vez depois de sua instalação visitei em 1º de julho do ano corrente, o 2º Grupo Escolar de Marília-SP sob a direção do professor Benedito Estelista de Melo”. Marília, 9-08-1935. Olavo de Carvalho, Delegado Regional de Ensino em comissão.

Em um outro registro em 1937, feito pelo Delegado de Regional de Ensino de orientação a direção da escola:

⁴⁴ Programa de ensino integral Escola Estadual Gabriel Monteiro da Silva. Disponível em: <http://eegabrielmonteiro.blogspot.com/p/a-historia-da-escola.html>. Acesso em: 22 ago. 2023.

“Com a diretora conversei sobre a circular da Diretoria de Ensino a respeito do combate as ideias extremistas”. Marília, 28 de outubro de 1937.

Pensar em combater “ideias extremistas” aproxima-se da ideia da política educacional do Estado Novo. [...] “aliando-se com militarismo proporcionou ao Estado Novo a ideia de que a escola também serve de defesa ao Estado que agrega valores morais, econômicos e políticos.” (Rugeri, 2013, p.45).

Dentro do período estabelecido para a pesquisa foi contabilizado o total de doze visitas realizadas pela inspeção escolar.

Quadro 9 – Termos de visitas registrados pelos inspetores escolares entre os anos 1936 e 1947 Grupo Escolar Gabriel Monteiro.

Anos	Datas dos termos	Total de termos
1936	23/03, 08/08	02
1938	02/07, 11/08, 14/07, 19/07, 23/07, 28/07, 10/07, 10/08, 11/08, 12/09, 06/10,	11
1939	03/03, 05/04, 15/05, 02/06, 04/07	05
1941	29/03,	01
1942	29/09	01
1944	22/03, 26/04, 16/05, 06/06	04
1945	05/12	01
1947	20/01, 22/02, 24/02, 05/03, 06/03, 20/03, 24/04, 07/05	08
Total de termos no período de 1936 a 1947		33

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no Livro de Termos de Visitas

Os termos de visita das autoridades escolares do Grupo Escolar Gabriel Monteiro citam o primeiro relatório do inspetor escolar em 1936, onde o grupo escolar já tinha sido inaugurado já a um ano, e trazia os seguintes registros:

Funciona com toda regularidade, Prédio escolar bem cuidado o material didático está em ótimo estado de conservação. Inspeçãoi os livros de escrituração e encontrei em dia e com todos os lançamentos feitos com muito zelo. Marília, 23 de março de 1936.

Na visita realizada pelo Inspetor escolar em 20 de outubro de 1947, verificou-se que o 2º grupo Escolar conta com o museu escolar que:

“ se enriquece periodicamente”.⁴⁵

⁴⁵ Em relação a importância do museu escolar Alves (2019, p. 107) no artigo Museus Escolares no Brasil (1930-1970): revitalização e crise escreve em relação aos museus escolares no qual os define como sendo objetos de ensino: Falar de museus escolares no Brasil é falar de objetos de ensino e suas proposições de inovação e renovação

O acompanhamento das matérias dadas também pode ser observada em um dos registros do inspetor escolar, no dia 11 de agosto de 1947.

“Percorri as classes do 3º ano “b” feminino, 4º ano “a” feminino e 1º ano masculino, dando aulas de Geografia, História do Brasil, Aritmética e ministrando, ao 1ºano masculino, orientação sobre caligrafia.”

“Verifiquei que a biblioteca infantil dos estabelecimentos vem funcionando de fato”.

Verificar o funcionamento das bibliotecas infantis como parte da inspeção escolar significa olhar para um elemento presente nos grupos escolares.

As bibliotecas pedagógicas (para uso dos professores) e as bibliotecas infantis também foram muito enfatizadas, vistas como elementos primordiais para o aperfeiçoamento da leitura, como instrumento auxiliar dos estudos à medida que propiciavam fontes de informação e como meios para despertar, desenvolver e manter o gosto pela leitura (Souza, 2013, p.110).

Assim a verificação da utilização das bibliotecas pedagógica e bibliotecas infantis pelo inspetor no Grupo Escolar Gabriel Monteiro observa-se o cumprimento da efetivação da utilização das bibliotecas pedagógicas e infantis como instituições auxiliares. Nos grupos escolares.

“Notei que suas professoras se interessam não só pelo ensino ou classes, como pelas instituições auxiliares da escola também”. Marília-SP, 22 de setembro de 1936”.

Em relação a instituições auxiliares citadas em um dos registros do inspetor do 2º grupo escolar de Marília-SP, Souza (2008, p.80) escreve:

Outra dimensão da renovação do primário pela escola nova foi constituída pela denominadas instituições auxiliares-biblioteca infantil, cinema educativo, cooperativa, jornal infantil, banco escolar, horta, clube agrícola, orfeão, associação de pais e mestres, caixa escolar, assistência dentária, entre outras.

O antigo Grupo Escolar de Vera Cruz-SP, hoje Escola Estadual de Castro Alves tem em seu acervo, documentos referentes ao recorte cronológico proposto nesta pesquisa de 1933 a 1947. O acesso ao acervo de documentos da escola foi realizado de forma fácil pela pesquisadora, estes que aqui foram analisados. Durante a pesquisa no arquivos do antigo Grupo Escolar da cidade Vera Cruz-SP foram localizados registros referentes a relatórios de visitas do inspetor escolar em seus arquivos.

Figura 12 – Grupo Escolar Castro Alves em 1932



Fonte: acervo da escola estadual Castro Alves na cidade de Vera Cruz-SP

Os antigos “mapas do movimento das escolas isoladas” são descritos separadamente em duas caixas: “mapa do movimento das escolas isoladas de 1932 a 1940” e “mapa do movimento das escolas isoladas 1941 a 1945”, tais documentos se encontravam em bom estado de conservação.

Figura 13 – Mapa do movimento das escolas isoladas - Antigo Grupo Escolar Castro Alves



Fonte: Acervo Escolar da Escola Estadual Castro Alves.

A definição de “mapa de movimento” também é conhecida como mapa de frequência.

Os mapas de frequência registravam mensalmente a composição do quadro de professores das escolas e a distribuição dos alunos nos turnos, por séries e classes. Eram registrados os números de alunos conforme faixas de idade e séries do ensino. Os docentes eram identificados no mapa de adjuntos pelos nomes completos, cargos/nível de carreira, se eram ou não diplomados, e a porcentagem da frequência ao longo do mês (Dias, 2013, p.29).

Tendo como base o mapa de movimento do mês de dezembro do ano de 1934, nota-se que o documento estabelece uma determinada padronização com os seguintes dados: Delegacia Regional de Ensino Bauru, ano de Publicação, Município de Marília-SP, mês e ano, Mapa de Movimento do Grupo Escolar de Vera Cruz; Ao Sr. Delegado Regional de Ensino de Bauru. Cabe também ressaltar que Vera Cruz em 1934 era pertencente ao Distrito de Marília-SP.

Outro dado presente nos mapas de movimento são as instruções caracterizadas com dezesseis itens. No que se refere à inspeção escolar tem-se:

6- Os diretores e auxiliares de inspeção devem verificar cuidadosamente os boletins mensais dos professores, antes de transcreverem os seus dados no mapa9-A organização do mapa das escolas isoladas do município da capital incumbe ao respectivo inspetor, que o fará em três vias, encaminhando à Delegacia.

No ano de 1932 se iniciaram os arquivos de mapas de movimentos da pesquisa. Trata-se de um ano caracterizado pela organização do ensino paulista com os estabelecimentos das delegacias de ensino cabendo aos auxiliares de inspeção a fiscalização das escolas.

De 1932 a 1934, era elevado o número de delegacias e centralização dos inspetores na sede da região; a fiscalização local continuou a cargo do auxiliar de inspeção; aumentou o número de assistentes e a inspeção do ensino particular passou a ser feita por uma delegacia especial. Os assistentes foram transformados em chefes de serviço (Gandini; Riscal, 2007, p.117).

Devem-se ressaltar alguns pontos referentes à inspeção ao se reexaminar além do estabelecimento do *Código de Educação* do Estado de São Paulo de 1933, outros documentos oficiais.

Observa-se na imagem que nos mapas de movimento, há também descrição do Grupo Escolar em que se observou uma queda em relação a matrícula dos alunos, enquanto nas escolas isoladas se manteve a mesma quantidade de alunos durante todo o ano.

Figura 14 – Mapa de movimento de 1934

RESUMO

Grupos Escolares

Categoria *Terceira*
 Estágio *Segundo*
 Localização *Rua e N. das Indústrias, n. 207*
 Bairro *Três*

Data da instalação *5/10/1932*
 Prédio *Estadual ou particular? Particular*
 Valor do aluguel *150\$000*
 Contrato *Por = anos*
 Início

ADJUNTOS				Classes		Salas de aula		Substitutos e outros	
Com classes	Adidas	De substit.	De substit.	Providas	Vagas	Com classes	Vagas	Substitutos e outros	Servizos
8	-	-	1	8	4	-	-	-	-

Horário { *Das 8 às 12 horas - 4 classes*
Das 12.30 às 16.30 horas - 4 classes
Das - às - horas - - classes

Matriculados desde o começo do ano - Masc. 262 Fem. 291 Total 553
Eliminados desde o começo do ano - Masc. 123 Fem. 113 Total 246
Restantes - Masc. 129 Fem. 178 Total 307
Média de alunos por classe: 38,37

Escolas Isoladas

Providas { *1.º estágio - 1*
2.º estágio -
3.º estágio -
4.º estágio -

Vagas { *1.º estágio -*
2.º estágio -
3.º estágio -
4.º estágio -

Cursos populares noturnos: providos - ; vagos -
Professores efetivos - ; interinos estagiaria - 1
Matriculados desde o começo do ano - Masc. 23 Fem. 23 Total 46
Eliminados desde o começo do ano - Masc. - Fem. - Total -
Restantes - Masc. 23 Fem. 23 Total 46
Média de alunos por escola: 46

Fonte: Acervo Escolar da Escola Estadual Castro Alves.

Observa-se que mesmo com os Grupos Escolares considerados locais com condições “mais apropriadas” para atender os alunos, a questão da permanência apresentava queda se comparada com o começo do ano.

A quantidade de alunos que abandonou ambas as instituições ao longo do ano letivo evidencia que a expansão da escolarização primária não pode ser analisada apenas a partir da criação de escolas em uma determinada região ou zona, pois a criação de escolas isoladas e também de grupos escolares não significou o atendimento de fato da população, nem tampouco, a democratização do ensino.

No mesmo mapa de movimento na imagem 5 referente as escolas isoladas não se tem registro de movimentação dos alunos com novas matrículas durante o ano de 1935 ou alunos eliminados. Assim algumas indagações podem surgir como: Existia de fato um acompanhamento do auxiliar de inspeção escolar? A que se refere a este dado de matrícula nas escolas isoladas permanecer intacto durante todo o ano?

O *Código de Educação* em seu capítulo IV dedica aos auxiliares de inspeção:

Art. 318 - Em todo o município em que haja escolas isoladas, o delegado regional designará um auxiliar de inspeção, escolhido entre os diretores de grupo da localidade, ou, na falta destes, entre os professores de escolas isoladas (São Paulo, 1933).

Art. 319 - Cabe ao auxiliar de inspeção: 1 - colaborar com o inspetor escolar, na inspeção das escolas isoladas, podendo, quando necessário, ausentar-se de seu próprio estabelecimento, dois dias por mês; 2 - dar posse e exercício aos professores do município; 3 - informar pedidos de licença, propondo a nomeação de substitutos; 4 - reunir mensalmente os professores de escola isolada do município, para orientá-los e prestar-lhes assistência técnica; 5 - atestar a frequência e justificar faltas dos professores, na forma estabelecida neste Código; 6 - propor ao delegado regional, na falta de diplomados, leigos idôneos para a regência interina de escolas; 7 - comunicar ao delegado regional ou ao inspetor quaisquer irregularidades no funcionamento das escolas; 8 - receber, acautelar e distribuir o material escolar; 9 - desempenhar, também, as funções de auxiliar de inspeção do ensino particular, se para isso for designado (São Paulo, 1933).

Cabe reforçar que a baixa frequência em escolas isoladas significaria o fechamento das mesmas, assim regulamentada pelo *Código de Educação*.

Art. 253 - Para localização de escola isolada, é indispensável a existência de pelo menos 40 crianças em condições de matrícula, dentro de uma área de dois quilômetros de raio. § único - Não poderão ser mantidas as escolas que apresentem, em três meses consecutivos, matrícula inferior a 30 alunos, e frequência média inferior a 24 alunos, ou que, em três visitas consecutivas do Inspetor, tenham frequência inferior a 24 (São Paulo, 1933).

Art. 254 - Cabe ao Diretor Geral do Departamento de Educação, por proposta do delegado regional, propor ao Governo a transferência ou a supressão das escolas isoladas sem condições de funcionamento, seja por falta de frequência, seja por impossibilidade de permanência do professor (São Paulo, 1933).

Após analisar os Grupos Escolares podemos inferir algumas particularidades a partir das quais podemos compreender como e quais eram as atividades dos inspetores neste tipo de escola e o que significava suas práticas.

Com relação à atuação da inspeção foi possível observar os auxiliares de inspeção realizando uma tarefa de forma mais próxima do diretor do que o inspetor que deveria ocupar tal papel dentro da sede da delegacia de ensino da região.

Em relação aos termos de visitas encontrados e utilizados como fonte de pesquisa, foi possível refletir que os inspetores escolares ao realizarem as visitas nos Grupos Escolares representavam um modelo de educação da época, ou seja, modelo de educação proposto na Primeira República, o Estado Novo (1930-1945).

Um exemplo é a presença de registros nos termos de visita aqui mencionados por parte dos inspetores escolares de solenidades, em comemorações cívicas e de festividades.

Outro dado que marca os registros dos inspetores escolares é o acompanhamento das diferentes matérias dadas nos grupos escolares aqui citados, o que caracteriza a fiscalização por parte da inspeção escolar do método intuitivo e que foi uma das características dos grupos escolares.

O ensino de todas essas matérias pelo método intuitivo demandava, por sua vez, uma grande quantidade de materiais. A expansão contínua da rede de escolas primárias no estado de São Paulo nas primeiras décadas do século XX ocorreu por um processo de múltiplas diferenciações (Souza, 2015, p.107).

O inspetor escolar é um agente do Estado que atuava de maneira fiscalizadora para a manutenção da ordem vigente que se caracterizou pela ideia de nacionalização imposta pelo Governo de Getúlio Vargas. Mesmo que os locais descritos nesta pesquisa fossem regiões em que a inspeção escolar apresentava dificuldades de realizar seu trabalho, os inspetores, em seus registros, verificavam o que era considerado necessário dentro dos prédios escolares e do trabalho dos professores. “Com intuito de empregar a ordem nacional, a educação seria o melhor alvo a atingir a política de nacionalização através da inspeção do ensino” (Rugeri; 2013, p. 45).

A ideia de fiscalização não refletia apenas na atuação do inspetor escolar, mas por meio dos registros era possível observar que o Delegado Regional de Ensino também atuava, realizando a fiscalização do estabelecimento, não sendo apenas tarefa do inspetor.

Em outra fonte documental foi possível perceber uma maior representação da figura do auxiliar de inspeção do que a do inspetor escolar devido ao fato de este estar com mais frequência no espaço escolar, como pode ser observado nos mapas de movimento.

O inspetor escolar é, portanto, aquele que representa o Estado por meio de sua prática na organização do ensino. Para Chartier (2011, p.17) “Representar, no sentido político e jurídico, é também “ocupar o lugar de alguém, ter em mãos sua autoridade”. Dali surge a dupla definição dos Representantes: “aquele que representa numa função pública, representa uma pessoa ausente que lá deveria estar”.

Outra fonte de pesquisa encontrada nos arquivos da Diretoria de Ensino de Marília-SP, é o livro de registros com data referente a 1931, que tem em seu termo de abertura: Contém este livro 50 folhas e destina-se ao fim supra indicado para escola mista rural. Segundo o Código da Educação ao tratar da classificação das escolas isoladas, sendo mista uma de suas classificações seria apenas utilizada em conformidade a localidade. “Art 249 - De acôrdo com as conveniências locais e a juízo do Diretor Geral do Departamento de Educação, as escolas serão masculinas, femininas ou mistas”⁴⁶.

Segundo Carra (2019, p.561) “O termo coeducação dos sexos é, em geral, lido e usado como sinônimo de escola mista, ou seja, escola que atende pessoas do sexo masculino e feminino.”

A capa do livro não possui rasuras apenas um relatório de visita do Inspetor Distrital José de Salles.

[...] inúmeras escolas mistas (também chamadas de escolas isoladas, escola rurais) funcionaram concomitantemente aos grupos instalados nas cidades. Na verdade, esse modelo de ‘modesta escolinha rural’ já existia como escola pública de ‘primeiras letras’ e permaneceu funcionando ao longo do século XX. Contudo, pouca visibilidade tiveram, possivelmente em razão de sua representação negativa, já que, geralmente, suas instalações eram precárias e provisórias, sua estrutura física e pedagógica, simples e rudimentar. Além disso, atuavam apenas um ou dois professores e seus alunos (Silva, 2017, p.270).

Em relação ao único registro feito pelo Inspetor Distrital José de Salles sobre a escola mista rural do Bairro de Sete Quedas:

1ª visita em 1931. Em serviço visitei hoje esta escola mista rural de Sete Quedas, município de Marília, que desde o dia 18 de setembro já findo, está sob a regência da Srª Professora Jacy Pires de Campos”

O primeiro assunto registrado pelo inspetor Distrital José de Salles é em relação ao funcionamento e frequência.

⁴⁶ Segundo Garra (2019, p.558) “As ideias da Escola Nova, a política de nacionalização do Governo Vargas e os custos para implantação e manutenção da escolarização obrigatória e gratuita tornaram o cenário educacional brasileiro composto, majoritariamente, por escolas mistas”. A coeducação passa ser assim permitida a partir de 1934.

“Funciona no período regulamentar de 11 às 15 h. O movimento de hoje é o seguinte matrícula 51(35+16)= presentes 44 (31+3)porcentagem de 86,27 %:1º grau 51 (35 +16), dos quais já alfabetizados 25 (14+11) dando a porcentagem de 49,01% analfabetos 26 (26+11).”

Outro apontamento feito pelo Inspetor José Salles é em relação a instruções dadas à professora sobre a alfabetização, já que metade dos alunos da sala ainda não estava alfabetizada.

“Dei instruções a Sr Prof o bom desempenho de seu cargo, e resultados positivos no ensinar, esperando-se que devido dedicação e boa vontade por ela manifestadas, seja massima, a porcentagem de alfabetização no fim do corrente ano letivo. Sete Quedas, Marília,08 de Outubro de 1931.José de Salles. Inspetor Distrital”.

Após os apontamentos apresentados no registro da visita do inspetor distrital no ano de 1931, no Bairro de Sete Quedas, observa-se que não ocorreu uma continuidade de orientação dos apontamentos levantados para observar melhorias em relação à questão da alfabetização, já que foi feito apenas um único registro de visita.

O segundo e último registro feito no livro “termo de transferência” não realizado pelo inspetor Distrital e sim pelo diretor não foi possível identificá-lo, quando a escola mista rural passa a fazer parte de um Grupo Escolar de Marília-SP

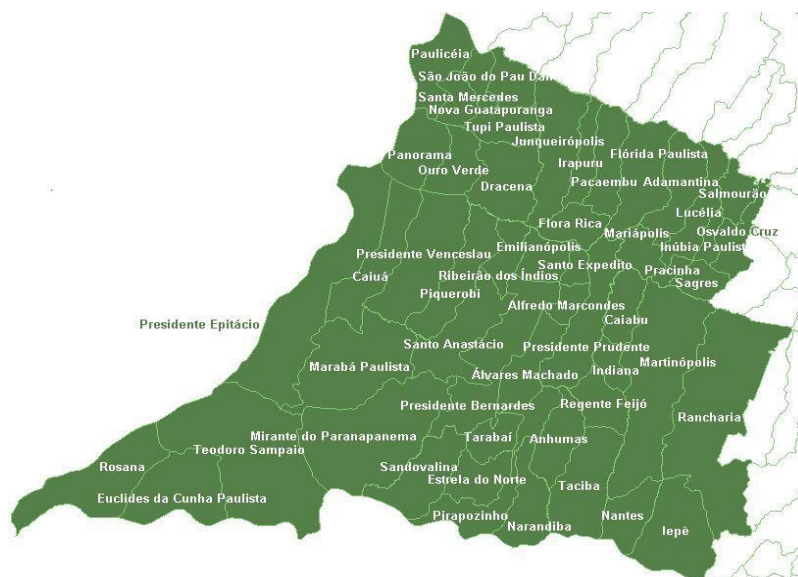
Termo de transferência-transferido para o grupo escolar Vila Barbosa, em Marília, criado pelo decreto de 30, publicado a 31/12/47, destina-se para atas de reunião da Diretoria da Caixa Escolar. Marília 14 de maio de 1948.

Assim, entre 1931 a 1948 não é possível observar acompanhamento por parte do Inspetor Distrital o trabalho desenvolvido na escola mista rural do Bairro de Sete Quedas em Marília-SP devido à falta de registros que comprovem tal acompanhamento.

No município de Martinópolis-SP, pertencente à região administrativa de Presidente Prudente-SP, entre as décadas de 1930 e 1940 tem-se o exemplo de funcionamento das escolas isoladas rurais, e com uma particularidade de serem compostas em grande maioria por descendentes de japoneses. Tal dado no estudo torna-o significativo por se tratar também da região na qual foi delimitada a pesquisa aqui proposta⁴⁷.

⁴⁷Segundo o site <https://www.martinopolis.sp.gov.br/portal/servicos/1001/historia/>. Em 29 de Janeiro de 1939, o Distrito de José Teodoro foi elevado a categoria de Município com o nome de Martinópolis e em 13 de Junho de 1945, com as maiores comemorações já verificadas em sua história, a terra dos Martins instalou solenemente a Comarca de Martinópolis. Na década de 40, o município se estendia por uma área territorial de 4.000 Km2, limitando-se com Regente Feijó, Presidente Prudente, Valparaíso, Guararapes, Tupã e Rancharia. Sua população já era de 25.000 habitantes, dos quais, 18.000 radicados nas Glebas da colonização Martins. No final dessa década e limiar do anos 50, município de Martinópolis, tornou-se conhecida como o Rei do Algodão, após produzir 2.200.000 arrobas da malvacea em um única safra. Na década de 50, sua população chegou a 37.000 habitantes, sendo 29.000 na Zona Rural.” Como descrito na informações do site oficial da cidade Martinópolis é possível

Figura 15 – Divisão administrativa, região de Presidente Prudente.



Fonte: <https://www.spbr.com.br/faq/regiao-administrativa-de-presidente-prudente/>

O município de Martinópolis-SP tem como uma de suas características históricas e geográficas bairros rurais como Gleba Nova, Água da Fortuna, Bairro Santa Luzia, e Vila Bandeirantes.⁴⁸

Figura 16 – Escola do Barro Preto (Gleba Nova-bairro rural), em 1940



Fonte: Daltoso (2008).

compreender que até a década de 1950 a cidade era tida como tendo a predominância de uma população típica rural o que pode justificar a grande quantidade de escolas isoladas.

⁴⁸ Segundo Oriani (2015, p.191) “É bem provável que os municípios, as regiões e as zonas mais ruralizadas e menos urbanizadas e os municípios com uma quantidade menor de habitantes tenham tido mais escolas isoladas do que grupos escolares em decorrência dos altos investimentos que eram necessários para a criação e manutenção dos prédios dos grupos”.

Observa-se na imagem o total de quarenta alunos, entre os quais, trinta e sete eram descendentes de japoneses. A imagem também descreve a presença de uma professora brasileira.

Em outro trecho do relatório do Delegado Regional de Ensino de Presidente Prudente de 1940, constam as orientações referentes à questão dos professores natos trabalharem com núcleos estrangeiros.

Professor-Brasileiro nato com qualidades comprovadas, parece-nos não bastar a qualidade de brasileiro nato para os núcleos alemães, japoneses e húngaros. É preciso que o professor, acima de brasileiro, tenha amor por sua pátria e que esteja positivamente livre da influência estrangeira do meio que tiver de lutar. Para outros núcleos, basta a qualidade de brasileiro nato ou português naturalizado (Barreto, 1941, p.23).

O relatório do Delegado Regional de Ensino de Presidente Prudente de 1940 não cita a cidade de Martinópolis-SP⁴⁹, porém o mesmo tem um momento dedicado à questão da influencia estrangeira da educação na região escolar de Presidente Prudente-SP, citando alguns descendentes de determinadas nacionalidades incluindo os japoneses.

O problema na nacionalização nesta região escolar vem sendo resolvido, dentro das nossas possibilidades. Zonas constituídas, em sua maioria de japoneses, alemães, húngaros, portugueses, espanhóis e italianos. A quantidade de escolas localizadas em núcleos estrangeiros é escassa, em relação às necessidades reais da população escolar da zona rural, que é comporta pelo dobro das existentes (Barreto, 1941, p.20).

Ao se tratar da presença dos japoneses nas escolas rurais, algumas questões são apontadas: a primeira em relação à imposição de uma educação em defesa da nacionalização.

Os japoneses, temendo nossa ação continuada têm-nos procurado para comunicar a extinção das escolas clandestinas e nos pedir localização de escolas nossas (Barreto, 1941, p.22).

Em relação à atuação dos inspetores escolares, o relatório do Delegado Regional de Ensino de Presidente Prudente de 1940, descreve a dificuldade dos inspetores escolares em relação ao ensino cívico e à campanha de extinção das escolas clandestinas⁵⁰.

⁴⁹ O Relatório da Delegacia Regional de Ensino de Presidente Prudente dos anos de 1935 e de 1940 não citam o Município de Martinópolis-SP, pois sua emancipação ocorre apenas em 1945.

⁵⁰ A clandestinidade, embora inicialmente ligada à ilegalidade imposta aos partidos comunistas brasileiros, não poderia, tão somente, ser restringida a essa noção. “o conceito de clandestinidade está relacionado às necessidades de experiências individuais e coletivas que se vinculavam à partilha de identidades de grupo e à busca por projetos coletivos de futuro onde a própria educação comunista se colocava, então, não apenas como resistência, mas como projeto e vetor de mobilização e produção de sentido da própria cultura política” (Silveira; Almeida, 2021, p.6).

Ao pensar nos registros escritos em relação à inspeção observa-se um destaque maior em como estava o percurso da inspeção sanitária dentro da região escolar pertencente a Presidente Prudente do que da inspeção escolar. De tal Relatório do Delegado de Ensino de Presidente Prudente de 1935, têm-se poucas observações.

O Inspetor Sanitário Substituto Dr. Alfredo Zagottis descreve a limitação do trabalho da inspeção sanitária nas escolas rurais

Devido á exiguidade do tempo disponível, ao grande número das escolas rurais, á sua localização distantes da estrada sorocabana, ás más condições das estradas de rodagem e ás dificuldades de transporte decorrentes, tomei a deliberação de levantar apenas a estatística urbana. A da zona rural poderá ser levantada, a partir de fevereiro de 1936.

Observam-se assim a existência, o controle e o monitoramento em relação aos grupos escolares, escolas urbanas, mas o mesmo não acontecia nas escolas isoladas. Trabalhava-se com levantamento de dados em relação à incidência de tracoma entre os alunos dos Grupos Escolares e Escolas Urbanas da Alta Sorocabana pela Inspetoria Sanitária sem o levantamento de dados em relação às escolas isoladas.

A inspeção Sanitária nas escolas de fazia necessária para combater doenças que se disseminavam com rapidez também nas décadas anteriores.

[...] no contexto estadual apenas quatro enfermidades apresentavam-se disseminadas por todo o território paulista e mereciam atenção especial do Serviço Sanitário: a ancilostomose, o tracoma, entendido como moléstia veiculada pelo mosquito pólvora, a malária, minimizada em números e para a qual indicava como profilaxia específica o quinino e, finalmente, a tuberculose, patologia que considerava como típica dos “países civilizados” (Godinho apud Orian, 1909).

Em uma breve comparação da inspeção sanitária apresentada em 1935 com a inspeção escolar já na década de 40, ambas encontravam em diferentes períodos, dificuldade de acontecer nas escolas isoladas.

Como escrito no Relatório do Delegado de Ensino de Presidente Prudente de 1940: “Cumpre-nos dizer, apenas, apesar do número extensivo de unidades escolares a cargo dos Inspetores, e condução caríssima, conseguiram eles de duas a mais visitas a escolas rurais” (Barreto, 1941, p.11).

Cabe reforçar que o Código da Educação do Estado de São Paulo de 1933 contribui para que o processo da inspeção médica escolar fosse estabelecido-se “Serviços de Higiene e Educação Sanitária Escolar”.

Art. 50 - Ao Serviço de Higiene e Educação Sanitaria Escolar compete:1- promover e orientar a educação sanitária dos alunos das escolas publicas do Estado, cooperando intimamente para sua plena efetivação com os professores, diretores e outras autoridades de ensino;2 - inspecionar os escolares, no que diz respeito a seus hábitos sanitários e estado de saúde, favorecendo-lhes o pleno desenvolvimento físico e psíquico, pela administração de cuidados higiênicos e médico-pedagógicos;3 - organizar e fiscalizar escolas e classes especializadas;4 - afastar da escola os doentes de moléstias repugnantes ou contagiosas, notificando, a respeito dos últimos, o Serviço Sanitário;5 - solicitar das famílias o tratamento dos alunos doentes, e encaminhar os alunos pobres às clinicas do Serviço Sanitário;6 - colaborar com as autoridades sanitárias na execução de todas as medidas a seu alcance;7 - velar pela higiene das instalações escolares, de conformidade com a legislação sanitária, assim como de tudo quanto, na vida escolar, possa influir sobre a saúde da criança;8 - divulgar entre os membros do magistério, por meio de palestras e publicações, as noções mais importantes de higiene física e mental;9 - praticar exames médicos e antropométricos de professores e alunos, nos casos especiais determinados pela lei ou pelas autoridades escolares;10 - dar parecer a respeito dos prédios para instalação de escolas publicas ou particulares, bem como dos móveis, livros, material didático, tudo quando possa interessar a higiene do ensino. Art. 51 - Enquanto não se organizar a inspeção médica escolar para o interior do Estado, poderá o Serviço de Higiene e Educação Sanitaria Escolar solicitar cooperação das delegacias de saúde, bem como dos médicos municipais e particulares que, sem ônus para o Estado, exerçam inspeção e assistência médica nas escolas, de acôrdo com instruções da chefia do Serviço.

A inspeção escolar para além da função fiscalizadora e alinhada com as características de funcionamento do Estado considerando a Constituição Estadual de 1935, o recorte temporal desta pesquisa e considerando com tal constituição refletiram nas ações da inspeção.

Alinhada com a questão da preocupação de saúde e higiene a Constituição Estadual 09 de julho de 1935 estabelece também como uma das atribuições do Estado e Municípios a saúde e a higiene.

Art. 79 - Cabe ao Estado e ao Municípios coordenar e assegurar os serviços sociais, criando os necessários departamentos especializados, com o fim de: a) promover o amparo aos desvalidos) estimular a educação eugênica) amparar a maternidade e a infância) socorrer as famílias de prole numerosa; e) proteger a juventude contra toda exploração, ou o abandono físico, moral e intelectual) restringir a mortalidade e a morbidade infantis) impedir a propagação de doenças transmissíveis;h) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra o venenos sociais; i) prestar socorros públicos de urgência; j) animar a iniciativa particular, nas matérias acima referidas. (São Paulo, 1935, p.33)

Cabe também reforçar que o estímulo a educação eugênica citado na Constituição Estadual 09 de julho de 1935 era defendida por Fernando de Azevedo responsável pela

Elaboração do *Código de Educação* de 1933 e responsável por redigir o Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932.⁵¹

Do debate da educação eugênica também participaram educadores profissionais como Fernando de Azevedo (1894-1974), que foi membro da Sociedade Eugênica de São Paulo, ocupando o cargo de 1º. Secretário¹⁷. Em 1918, época da criação dessa sociedade, já havia publicado um livro pautado pelo pensamento higienista, mas mesclado de ideais eugênicos, pois tratava da melhoria física e intelectual do indivíduo, porém tendo em vista o aperfeiçoamento da raça. Esse livro era a tese que preparou para concorrer à cadeira de educação física do Ginásio do Estado em Belo Horizonte (Gualtieri, 2008, p.100).

Nesse sentido, o *Código de Educação* previa a criação de um Serviço de Prédios e Instalações escolares com o objetivo de propagar a nova política das construções escolares, como ainda ampliar em todas as camadas sociais a consciência da necessidade de cada escola possuir instalações próprias com condições higiênico-pedagógicas condizentes (São Paulo, 1933, p.86).

Assim, cabe questionar a função do inspetor escolar em diferentes contextos históricos. Isto é, se suas práticas foram neutras ou representaram os interesses de determinados grupos no qual a questão educacional tem um forte viés ideológico e político, podendo ser reprodutora ou não de condições sociais e culturais vigentes. Como afirmam Bourdieu e Passeron (2009, p.22)

A escola tem uma função técnica de produção e atestação das capacidades, a par de uma função social de conservação do poder e dos privilégios. As classes privilegiadas parecem delegar completamente o poder de selecionar, entregando-o a uma instituição aparentemente neutra. Mesmo nas sociedades democráticas as escolas continuam a contribuir para a reprodução social, através da dissimulação das suas funções. A ideologia escolar da escola libertadora é o que move a acreditar na ascensão social por esta via. Contudo, a escola é, segundo os autores, uma mera reprodutora.

O inspetor escolar é um agente que atua entre a administração do ensino estadual e a escola, marcado por lutas e interesses voltados para a conservação da estrutura social vigente.

O campo de atuação do inspetor escolar entre os anos de 1930 e 1940, por exemplo, era estabelecido dentro um modelo de organização escolar que também atendia aos interesses políticos vigentes, como destaque a escola primária.

⁵¹ A promoção da educação eugênica — uma educação dedicada ao nobre propósito do melhoramento racial da população brasileira — seria determinante para a materialização do programa de intervenções proposto pelo movimento eugenista. Na medida em que o fundamento da eugenia seria instituir formas de condução da reprodução humana, definindo um conjunto de medidas objetivando o controle do fenômeno biológico da hereditariedade, o exercício sistemático da educação eugênica possibilitaria aos futuros pais tomarem conhecimento dos cuidados a serem observados Revista Linhas. Florianópolis, v. 21, n. 45, p. 301-321, jan./abr. 2020. Linhas para evitar que os fatores disgênicos — causadores de degenerescência racial — fossem transmitidos às novas gerações (Kern, 2020, p.311).

Em suma, caberia à escola primária, a missão patriótica de edificar a nação por meio da educação integral, entendida como educação física, intelectual e moral, o que implicava não apenas a transmissão de conhecimento, mas a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social (obediência, asseio, ordem, pontualidade, amor ao trabalho, honestidade, respeito às autoridades), virtudes morais e valores cívicos necessários à formação da nacionalidade (Souza, 2009, p.262).

A inspeção escolar era voltada para a atuação dentro de um espaço de relações de poder e dominação envolvendo a questão de imposição de ideias e de comportamentos de um lugar.

Caminhando para possibilidade de interpretação da atuação do inspetor escolar há o conceito de representação e práticas de Chartier (2002). Segundo Chartier (2002, p.17) “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forja”.

O trecho de Chartier (2002) sugere ainda como que determinados grupos modelam as representações sociais de acordo com seus interesses, e assim tem-se o exemplo da nacionalização do ensino por meio de um programa oficial em que o inspetor escolar é visto como aquele que representa, por meio de sua prática, os interesses de determinados grupos.

O relatório do Delegado de ensino de Presidente Prudente/SP de 1940 mostra que o inspetor escolar deveria não apenas desenvolver o programa oficial, mais o de orientar os auxiliares de inspeção em relação

Não tratamos de inovações didáticas e o nosso esforço foi empregado no sentido de ser desenvolvido, na íntegra, o Programa Oficial. Não descuidaram, os Senhores inspetores, de nenhuma disciplina, orientando-os por meio de aulas modelos, palestras e aulas em reunião pedagógicas e instruções escritas aos auxiliares de inspeção, para serem divulgadas nas reuniões mensais” (Barreto, 1941, p.11).

Por isso olhar para a história das práticas de inspeção escolar, pode dialogar, como sugere Burke (2005, p.78), para ampliar a possibilidade de um estudo em uma determinada área.

“Práticas” é um dos paradigmas da NHC: a história das práticas religiosas e não da teologia, a história da fala e não da linguística, a história do experimento e não da teoria científica. Graças a essa virada em direção às práticas, a história do esporte, que antes era tema de amadores, tornou-se profissionalizada um campo com suas próprias revistas, como *International Journal for the History of Sport*.

Assim olhar para a história da prática da Inspeção Escolar, como ele ocorreu e com os diferentes contextos econômicos, políticos e sociais, marcaram sua prática

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos termos de visita apresentados pelos inspetores escolares é possível observar que a direção e professores estavam submissos não apenas ao olhar do inspetor escolar, mas ao de outras autoridades como diretores, delegados regionais de ensino e auxiliares de inspeção, sendo que tais autoridades escolares deveriam zelar pelo cumprimento de normas, legislações vigentes e programa oficial.

Nos documentos investigados não foi possível observar processos de resistência por parte dos demais sujeitos (alunos, professores e docentes) que compõem o espaço escolar em relação ao modelo de organização da escola proposta.

Buscou-se pensar em particularidades de caráter regional e local, considerando além dos termos de visita, *Anuário de Ensino* e dos Relatórios dos Delegados Regionais de Ensino, documentos estes que fazem referência ao Estado São Paulo.

A inspeção escolar no interior de São Paulo foi caracterizada por algumas dificuldades elencadas ao longo da pesquisa e que foram marcadas por um contexto em que as duas localidades dentro do interior de São Paulo - Assis e o Distrito de Varpa de Tupã-SP. Tais locais, como no caso de Assis, recebiam as visitas da inspeção, e foram realizados registros do Delegado Regional de Ensino de Presidente Prudente, sobre as necessidades dos grupos escolares. Mesmo assim, as melhorias de transporte e comunicação, levantados nos registros não aconteceram. O que também demonstra que a idealização do Grupo Escolar como modelo de escola proposta ainda nas décadas de 30 e 40, caminhavam para alcançar melhorias.

Pela semelhança dos termos de visitas do Grupo Escolar Dr. João Mendes Júnior e o Grupo Escolar João Brediski foi possível observar se existia uma padronização que o inspetor escolar deveria verificar, ou observação negativa referentes às limitações para com o Sistema de Ensino, e se a escola estava seguindo o que era estabelecido.

Os termos de visita não são neutros, se caracterizam pelo olhar dentro de uma ordem hierárquica estabelecida em que o inspetor é parte desta ordem hierárquica estabelecida numa posição superior ao diretor, professores, não deixando “transparecer” nos registros o ponto de vista, como registros de sujeitos envolvidos no espaço escolar.

Assim é possível refletir que os termos de visitas dos inspetores escolares aqui tratados são fontes documentais que oferecem “pistas” no qual não se verifica resistência em relação ao processo de atuação do inspetor escolar diante de por exemplo: condições do prédio, escrituração, caixa escolar, matrículas, cumprimento das matérias e que a ordem e disciplina acontecia dentro do Grupo Escolar.

Em relação à inspeção escolar nas escolas isoladas por meio dos registros do relatório do delegado de ensino, *Anuário de Ensino* e bibliográfica, observa-se uma necessidade de maior atuação do inspetor considerando a quantidade de escolas isoladas superior se comparada com os grupos escolares e a necessidade de também atender a questão sanitária devido às condições da época que exigiam um olhar da inspeção não apenas em aspectos escolares, mas de higienização.

Mesmo com as dificuldades apresentadas em relação a atuação do inspetor dentro do espaço das escolas o inspetor é aquele que representa o Estado por meio de sua participação na organização do ensino, não limitando sua atuação apenas nas escolas, mas ocupando lugar dentro da organização do ensino paulista. O inspetor escolar contribui na elaboração de documentos oficiais, colaborando em pensar o que a organização de ensino paulista necessitaria suprir como frequência escolar, baixa taxa de alfabetização, condições do prédio escolar e higiene escolar o que coloca a inspeção sanitária como necessária.

REFERÊNCIAS

- ALVES, V. M. S. Museus Escolares no Brasil (1930-1970): revitalização e crise. *Museologia & Interdisciplinaridade* Vol. 8, nº16, Ago./ Dez. de 2019.
- ARIÈS, P. *O tempo da história*. Tradução de M. S. Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 1989.
- BARBOSA, E. B. L. Inspeccionar, instruir e dirigir: a configuração da inspeção da instrução pública na província do Paraná (1854-1889). *Revista linhas*, Florianópolis, v.18, n.36, p.152-177, jan./abr. 2017.
- BARRA, V. M. L. O serviço de inspeção escolar e a funcionarização pública da profissão docente no século XIX. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 18,n. 36,p. 41-63,jan./abr.2017.
- BARRETO, M. O. *Relatório Regional de Presidente Prudente de 1940*. Presidente Prudente: Delegacia Regional do Ensino de Presidente Prudente, 1941.
- BARROS, J. A. Fontes Histórica: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de textos. *Cadernos do Tempo Presente*, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo>. Acesso em: 20 out. 2023.
- BONFANTE, J. F. *Arqueologia regional da educação no estado de São Paulo*. 2020. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) – UNESP, Ourinhos, 2020.
- BORGES, A. A fiscalização que mais se deseja: a inspeção do ensino na Capital do Império Brasileiro. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 09-40, jan./abr. 2017.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Covilhã: Lusosofia, 2009.
- BRAGA, P. P.; ROCHA, H. H. P. Entre a saúde e a educação: criação e atuação da inspeção médica escolar em São Paulo. XIV Congresso Interno de Iniciação Científica, PIBIC, Unicamp, 2006.
- BRASIL. *Lei de 1º de outubro de 1828*. Dá novas formas as Camaras Municipais, marca a suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos juizes de paz. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html. Acesso em: 20 out. 2023.
- BRASIL. *Decreto de 15 de março de 1836*. Mandando observar como Regulamento das Escolas de primeiras letras da Côrte e Municípios, as providencias e determinações anexas a este Decreto. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-37002-15-marco-1836-562637-publicacaooriginal-86748-pe.html. Acesso em: 20 out. 2023.
- BRASIL. *Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)*. Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

BREJON, M. *Inspeção escolar e administração*. São Paulo: USP, 1958.

BURKE, P. *O que é história cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CAMPANHOLE, A. *História da Fundação da Cidade de Assis*. São Paulo: Campanhole, 1985.

CAMPOS, R. D. Imprensa e educação feminina em zona pioneira o caso do noroeste paulista (1920-1940). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.34, n. 67.p 309-322, 2014.

CAMPOS, A. M. A. Escolas Isoladas: Celula Mater da Instrução Pública do Estado de São Paulo (1907-1936). *Revista Historiador*, n. 10, 2018.

CARDOSO, M. A. Escolas isoladas paulistas: um modelo desajustado? *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 14, n. 27, jul./dez. 2013.

CARRA, P. R. A. Escola mista? Coeducação? Um desafio histórico para a educação de meninos e meninas. *Cadernos de História da Educação*, v. 18, n. 2, p. 548-570, 2019.

CASTANHA, A. P. O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira. *Revista Brasileira de História de Educação*, v. 6, n. 1, p. 169-195, 2006.

CASTRO, R. M. A história da educação em São Paulo: a instrução pública dada a ler nos Anuários do ensino do estado de São Paulo – 1907-1927. *Revista Brasileira de História de Educação*, Campinas-SP, v. 12, n. 2 (29), p. 209-238, maio/ago. 2012.

CASTRO, C. N. *Desenvolvimento rural e o Estado brasileiro*. 2019.

CATANI, D. B. Informação, disciplina e celebração: os Anuários de Ensino do Estado de São Paulo. *Revista da Faculdade de Educação*, p. 09-30, 1995.

CELESTE FILHO, M. Os relatórios das Delegacias Regionais de Ensino do Estado de São Paulo como fonte de pesquisa para a História da Educação – décadas de 1930 e 1940. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 28, p. 71-111, 2012.

CERTEAU, M. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHARTIER, R. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras: Revista de História*, v. 13, n. 24, p. 15-29, 2011.

CHEDE, R. A. F. V. *A história da supervisão ensino paulista: características institucionais, contradições e perspectivas Transformadora (1965-1989)*. Tese (Doutorado em educação) Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 2014.

CLARK, J. U. *A imigração norte americana para a região de Campinas: análise da educação liberal no contexto histórico e educacional brasileiro*. Tese de mestrado. Campinas, Unicamp. 1998.

CUNHA, T. D.; GONÇALVES, M. C. A (des)organização da educação primária no Vale do Paraíba paulista: entre escolas isoladas e grupos escolares (1893-1908). Editora da Universidade Estadual de Maringá – EDUEM. *Acta Scientiarum. Education*, vol. 39, núm. 1, p. 29-39, 2017.

DIAS, A. Os mapas de frequência escolar e a produção dos serviços de fiscalização do ensino no Estado do Rio de Janeiro (1924-1949). *Roteiro. UNOESC*, p. 13-40, 2013.

DIÓGENES, E. M. N.; PAUFERRO, N. N. S. Matrizes históricas da inspeção escolar no Brasil: mecanismo de controle do trabalho docente em Alagoas nos Oitocentos. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 121-151, jan./abr.2017.

FAHEINA, E. F. A. O discurso sobre o cinema educativo no Brasil (1927-1939). *Conedu, Escola em tempos de conexões*, v. 3, p.89-113, 2021.

FAVARO, N. A. L. G. Concepção político-pedagógica de Sampaio Doria (1883-1964) e a democratização da escola pública. *Revista Imagens da Educação*, v. 11, n. 1, p. 57-81, jan./mar. 2021.

FERREIRA, A. I. L.; STENTZLER, M. M. Termos de inspeção: o papel do inspetor escolar na avaliação didático-pedagógica e material escolar (1934). *Ensino & Pesquisa*, v. 14, n. 3, 2016.

GANDINI, R. P. C.; RISCAL, S. A. A constituição do sistema de ensino paulista: das diretorias regionais e serviços de inspeção. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 23, n. 1, 2007.

GHIRALDELLI JR, P. Introdução à Educação Escolar Brasileira: História. *Política e Filosofia da Educação* [versão prévia], 2001.

GIGLIO, C. M. B. A inspeção da instrução pública na província de São Paulo (1836 – 1876). *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 64-95, jan./abr. 2017.

GIL, I. C. Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo. In: *Revista NERA*, ano 7 nº 4, Presidente Prudente, jan/jul. 2004.

GONDRA, J. A educação conciliadora: tensões na elaboração, redação e implantação de reformas educacionais. *Revista Educação em Questão*, v. 13, n. 3, p. 51-63, 2000.

GUALTIERI, R. C. E. Educar para regenerar e selecionar. convergências entre os ideários eugênico e educacional no brasil. *Estudos de Sociologia*, v. 13, n. 25, 2008.

GUELLI, O. A. *Boletim da Secretaria da Educação e da Saúde Pública*, 1936, n. 8, SP. 1936.

INOUE, L. M. *Entre livres e oficiais: a expansão do ensino normal em São Paulo (1927-1933)* Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (BRASIL). *Conferências internacionais de instrução pública: recomendações, 1934-1963*. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1965.

KERN, G. S. A educação eugênica nos Annaes de Eugénia. *Revista Linhas*, v. 21, n. 45, p. 301-321, 2020.

LABEGALINI, A. C. F. B. *A formação de professores nos Institutos de Educação do Estado de São Paulo (1933-1975)* - Marília: UNIMAR, São Paulo: Arte & Ciência, 2009.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

LIGEIRO, D. C. *A inspeção escolar no estado de São Paulo: análise de termos de visita (1922-1966)*. Dissertação (Mestrado em Educação) –Centro Universitário Moura Lacerda, 2014.

LIMEIRA, A. M.; SCHUELER, A. F. M. Ensino particular e controle estatal: a Reforma Couto Ferraz (1854) e a regulação das escolas privadas na Corte imperial. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.32, p.48-64, dez.2008.

MAHL, M. L. Natureza e progresso econômico no Noroeste Paulista (1910-1920). *História (São Paulo)* v.32, n.2, p. 49-63, jul./dez. 2013.

MEDEIROS, V. A. *Antonio de Sampaio Dória e a Modernização do Ensino em São Paulo nas Primeiras Décadas do Século XX*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

MENESES, J. G. C. *Princípios e métodos de inspeção escolar*. São Paulo: Saraiva, 1977.

MORAES, N. R.; SILVA, N. M. B. R.; MULLER, N. M. Estudo sobre a busca de modelos organizacionais apropriados para a promoção do desenvolvimento de comunidades tradicionais brasileiras. *II Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social*. 20 a 22 de setembro UNESP/Franca, 2016.

NERY, A. C. B. *A Sociedade de Educação de São Paulo: embates no campo educacional (1922-1931)*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ORIANI, A. P. “*A célula viva do bom aparelho escolar*”: expansão das escolas isoladas pelo estado de São Paulo (1917-1945). Tese (Doutorado em educação) Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2015.

ORIANI, A. P. Uma escola permanentemente provisória ou provisoriamente permanente? avaliações das escolas isoladas paulistas em documentos oficiais (1907-1944). *Revista de História e Historiografia da Educação* - ISSN 2526-2378 Curitiba, Brasil, v. 1, n. 2, p. 203-221, maio/agosto de 2017.

ORIANI, A. P. *A expansão das escolas isoladas pelo estado de São Paulo (1917-1945)*. Editora Oficina Universitária, 2022.

PAULO, M. A. R. *A organização administrativa-burocrática da Instrução Pública Paulista: Estudo sobre o Regulamento da diretoria geral de 1910*. Tese (Doutorado em educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), São Paulo. 2007.

PEREIRA, V. A. *Terra e poder: formação histórica de Marília*. Editora Oficina Universitária, 2005.

PINTASSILGO, J.; NERY, A. C. B. As práticas educativas do escutismo numa perspectiva comparada. O debate no campo pedagógico, em Portugal e no Brasil, nos anos 10 e 20 do século XX. In: *VIII Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana-Contactos, cruces e luchas en la Historia de la Educación Latinoamericana*, 2007.

PROST, A. *Doze lições sobre a história* [tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira]. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

REIS FILHO, C. *A educação e a ilusão liberal*. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

RELATÓRIO. *Relatório de Inspeção Sanitária da Delegacia Regional do Ensino de Presidente Prudente*, 1935.

ROCHA, H. H. P. Entre o exame do corpo infantil e a conformação da norma racial: aspectos da atuação da Inspeção Médica Escolar em São Paulo. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 22, p. 371-390, 2015.

ROMANELLI, O. O. *História da Educação no Brasil: 1930/1973*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

ROMANELLI, O. O. *História da Educação no Brasil*. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

RONIS, O. *Uma epopéia de fé: a história dos batistas letos no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1974.

ROSSI, E. R. Escolas reunidas e grupos escolares: traços da modernidade técnico-científica no ensino elementar (1889-1929). Universidade Estadual de Maringá. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, v. 39, n. 3, p. 317-325, 2017.

RUGERI, T. C. A Escola e o estado como formador de violência e violência simbólica durante o estado novo no Paraná. *Revista Triângulo*, Uberaba/MG, v. 6, n. 1, 2013. DOI: 10.18554/rt.v6i1.473. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/revistatriangulo/article/view/473>. Acesso em: 10 mai. 2023.

SÃO PAULO. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo. Publicação organizada pela Directoria da Instrução Pública com autorização do Governo do Estado, 1907-1908*. São Paulo. 1908. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em: 20 jun. 2023.

SÃO PAULO. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo. Publicação organizada pela Directoria da Instrução Pública com autorização do Governo do Estado, 1909-1910*. São Paulo. 1910b. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em: 20 jun. 2023.

SÃO PAULO. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo. Publicação organizada pela Directoria da Instrução Pública com autorização do Governo do Estado, 1910-1911*. São

Paulo. 1911. Disponível em:

https://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em: 21 jun. 2023.

SÃO PAULO. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo. Publicação organizada pela Directoria da Instrução Pública com autorização do Governo do Estado, 1913*. São Paulo. 1913. Disponível em:

https://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em: 22 jun. 2023.

SÃO PAULO. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo. Publicação organizada pela Directoria da Instrução Pública com autorização do Governo do Estado, 1915*. São Paulo. 1915. Disponível em:

https://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em: 22 jun. 2023.

SÃO PAULO. *Anuario do ensino do Estado de São Paulo. Publicação organizada pela Directoria da Instrução Pública com autorização do Governo do Estado, 1917*. São Paulo. 1917. Disponível em:

https://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em: 22 jun. 2023.

SÃO PAULO. *Anuario do ensino do Estado de São Paulo. Publicação organizada pela Directoria da Instrução Pública com autorização do Governo do Estado, 1918*. São Paulo. 1918. Disponível em:

https://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em: 22 jun. 2023.

SÃO PAULO. *Anuario do ensino do Estado de São Paulo. Publicação organizada pela Directoria da Instrução Pública com autorização do Governo do Estado, 1919*. São Paulo. 1919. Disponível em:

https://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em: 22 jun. 2023.

SÃO PAULO. *Anuario do ensino do Estado de São Paulo. Publicação organizada pela Directoria da Instrução Pública com autorização do Governo do Estado, 1920*. São Paulo. 1920. Disponível em:

https://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em: 22 jun. 2023.

SÃO PAULO. *Anuario do ensino do Estado de São Paulo. Organizado pelo Prof A. Almeida, Director do Ensino Primario e Pre-Primario Estadual, Municipal e Particular, o Ensino Secundario Estadual e o Ensino Normal, Estadual e Livre, 1936-1937*. São Paulo. 1937. Disponível em:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em: 25 jun. 2023.

SÃO PAULO (Estado). *Lei n. 169, de 7 de agosto de 1893*. Addila diversas disposições á lei n.88, de 8 de Setembro de 1892 Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1893/lei-169-07.08.1893.html>. Acesso em: 10 ago. 2023

SÃO PAULO (Estado). *Decreto n. 248, de 26 de julho de 1894*. Approva o regimento interno das escolas publicas. Disponível em:

[https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-248-](https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-248-26.07.1894.html#:~:text=Artigo%2082.,que%20forem%20necessarios%20%C3%A1%20diretoria)

[26.07.1894.html#:~:text=Artigo%2082.,que%20forem%20necessarios%20%C3%A1%20diretoria](https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-248-26.07.1894.html#:~:text=Artigo%2082.,que%20forem%20necessarios%20%C3%A1%20diretoria). Acesso em: 22 ago. 2023.

SÃO PAULO (Estado). *Decreto n. 1.883, de 6 de junho de 1910*. Reorganiza a Inspetoria Geral do Ensino Publico. 1910a. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1910/decreto-1883-06.06.1910.html>.

Acesso em: 15 jun. 2023.

SÃO PAULO. *Decreto n. 5.335, de 07 de Janeiro de 1932*. Reorganiza a Instrução Publica e dá Outras Providências. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1932/decreto-5335-07.01.1932.html>.

Acesso em: 10 ago. 2022.

SÃO PAULO. *Decreto n. 5.884, de 21 de abril de 1933*. Institue o Código de Educação do Estado de São Paulo, 1933. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5884-21.04.1933.html>.

Acesso em: 10 ago. 2022.

SÃO PAULO. *Decreto n. 17.211 de, 13 de maio de 1947*. Constitui Comissão Encarregada de Organizar Projeto de Consolidação das Leis do Ensino, 1947a. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1947/decreto-17211-13.05.1947.html>.

Acesso em: 18 ago. 2022.

SÃO PAULO. *Decreto n. 6.947 de, 02 de fevereiro de 1947*. Consolida disposições anteriores e introduz modificações na carreira do magistério primário, instituída pelo Decreto n. 3.884, de 21 de abril de 1933 e alternada pelo Decreto n. 6.197 de 9 de dezembro de 1933, 1947b.

Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1935/decreto-6947-06.02.1935.html>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SAVIANI, D. Organização da educação nacional: sistema e conselho nacional de educação, plano e fórum nacional de educação. *Educação & Sociedade*, v. 31, p. 769-787, 2010.

SAVIANI, D. *História do tempo e tempo da história: estudos de historiografia e história da educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

SILVA, D. G. "*Ilhas de saber*": prescrições e práticas das escolas isoladas no estado de São Paulo (1933-1943). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

SILVA, E. L. et al. *Os grupos escolares e o ensino primário no Brasil e em Alagoas*. 2019.

SILVA, E. N. Escuela Mixta en la República: un lugar en la sombra de la historia educacional. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 17, n. 1, p. 266-288, 2017.

SILVA, P. F. J.; SPOSITO, E. S. Pequenas cidades da região de presidente prudente-sp: produção do espaço e redefinições regionais. *Geografia em Atos*, n. 7, v.2, UNESP, Presidente Prudente, 2007.

SITRÂNGULO, Q. J. Relatório Regional de Bauru de 1933. Bauru: Delegacia Regional do Ensino de Bauru, 1933.

SOUZA, A. Origem das cidades da nova alta paulista-a contribuição da infraestrutura ferroviária. In: *Colloquium Socialis*. ISSN: 2526-7035, p. 59-68, 2021.

SOUZA, R. F. *Templos de civilização. a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

SOUZA, R. F. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. *Cadernos cedes*, v. 20, p. 104-121, 2000.

SOUZA, R. F. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SOUZA, R. F. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, R. F. *Alicerces da pátria: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)*. Campinas, SP, 2009.

SOUZA, R. F. Objetos de ensino: a renovação pedagógica e material da escola primária no Brasil, no século XX. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n.49, p.103-120. jul/set 2013.

SOUZA, R. F. Educação e civilização nas zonas pioneiras do estado de São Paulo (1933 - 1945). *Cadernos de História da Educação* – v. 14, n. 2 – mai./ago. 2015.

SOUZA, R. F. A configuração das Escolas Isoladas no estado de São Paulo (1846-1904). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 16, n. 2, p. 341, 2016.

SOUZA-CHALOPA, R. F.; MORAES, A. I. D. 200 anos de Educação Rural no Brasil: histórias de exclusão, abandono e discriminação. *Educação em Foco*, v. 25, n. 46, p. 61-85, 2022.

TANURI, L. M. *O ensino normal no estado de São Paulo: 1890-1930*. São Paulo: Faculdade de Educação da USP.1979

UNESCO. Escritório Internacional de Educação. *L'inspection de l'enseignement: étude comparée* Conférence Internationale de l'instruction publique (Genève); 1956.

**ANEXO A – TERMO DE ABERTURA: LIVRO DE VISITAS GRUPO ESCOLAR
“DR.JOÃO MENDES JUNIOR”, ASSIS-SP 1937.**

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PÚBLICA

Livro de *Visitas*

TERMO DE ABERTURA

*Contém este livro 50 folhas e destina-se ao fim
supra indicado para uso do Grupo Es-
colar Dr João Mendes Junior*

Assis, 22 de Setembro de 1937

*Henrique Colares de
Diretor*

**ANEXO B – TERMO DE ABERTURA: LIVRO DE VISITAS ESCOLA MISTA VILA
XAVIER, ASSIS-SP 1947.**

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA

Livro de *visitas*

TERMO DE ABERTURA

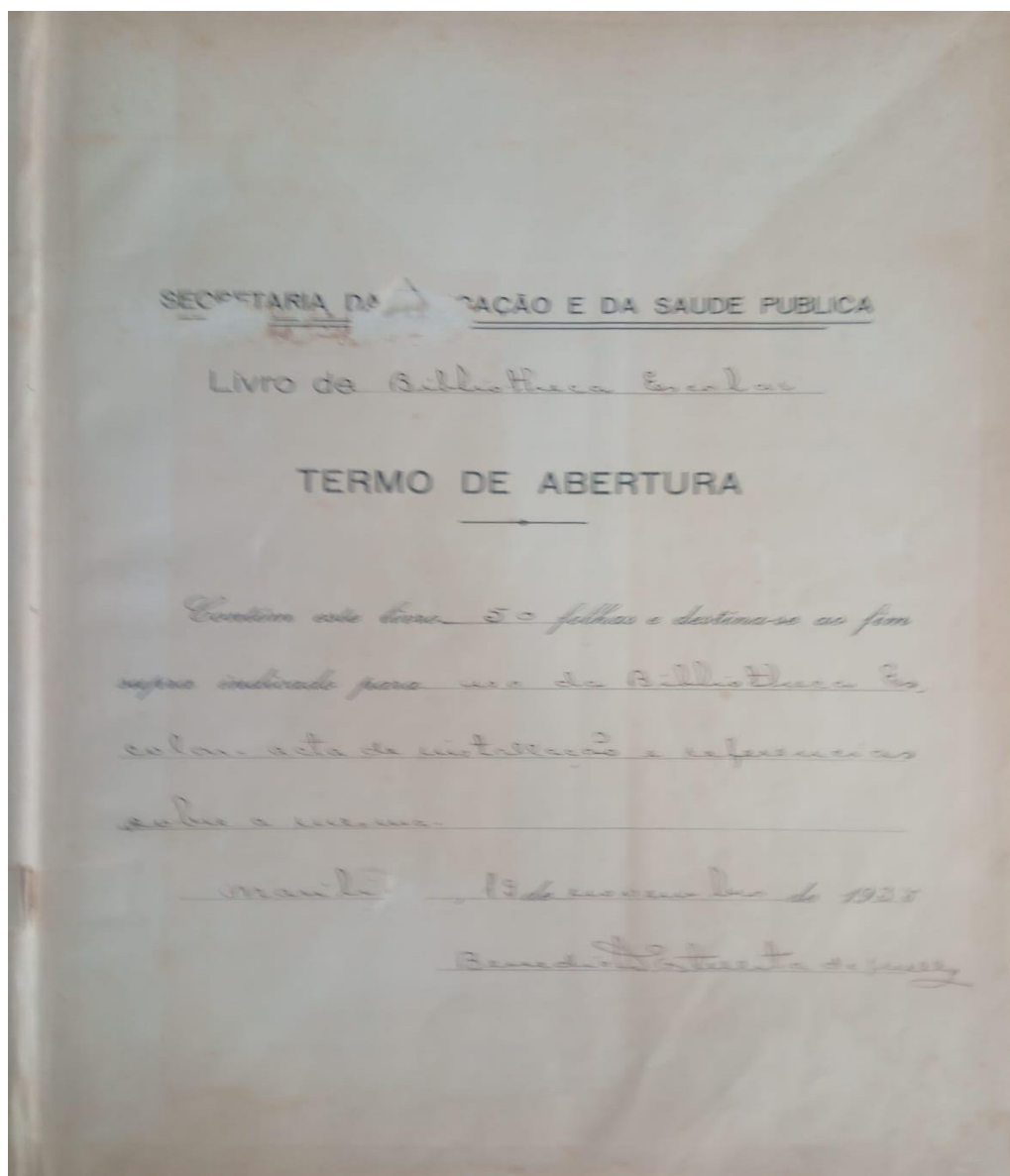
Contém este livro *50* folhas e destina-se ao fim acima indicado

para *uso das escolas mistas da Vila Xavier*

Assis *2* de *Maio* de *1947*

Henrique Lemos
Assis

**ANEXO C – TERMO DE ABERTURA: LIVRO DE VISITAS BIBLIOTECA
ESCOLAR, 2º GRUPO GABRIEL MONTEIRO ESCOLAR MARILIA-SP 1937.**



**ANEXO D – TERMO DE ABERTURA: LIVRO DE VISITAS AUTORIDADES
ESCOLARES, 2º GRUPO GABRIEL MONTEIRO ESCOLAR MARILIA-SP 1937**

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PÚBLICA

Livro de Termos de visitas

TERMO DE ABERTURA

—♦—

*Contém este livro 50 folhas e destina-se ao fim
supra indicado para termos de visitas das au-
toridades escolares, no segundo grupo
escolar de marília.*

marília, 1º de julho de 1937

*Benedicta de Paula de Mello
secretaria.*

**ANEXO E – CAPA DO MAPA DE MOVIMENTO ESCOLAR ESCOLAS ISOLADAS –
GRUPO ESCOLAR GABRIEL ALVES, VERA CRUZ-SP 1934.**

Secretaria da Educação e da Saúde Pública
ESTADO DE SÃO PAULO

Delegacia Regional do Ensino
DE *Bauri* 1934

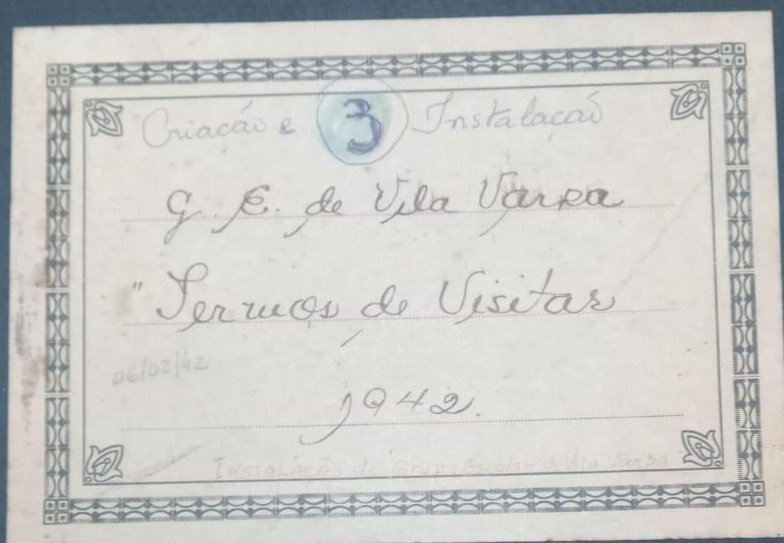
Mapa do movimento do *GRUPO ESCOLAR DE VERA CRUZ*
Município de *Marília*
Mês de *Dezembro* de 1934

Convênio Estatístico
Franquia postal
Decr. Federal n. 21.845, de 13-7-332

S.  P.
Secretaria da Educação e da Saúde Pública
Estado de São Paulo

Ao Sr.
DELEGADO REGIONAL DO ENSINO
de *Bauri*
Remetente: *GRUPO ESCOLAR DE VERA CRUZ*

**ANEXO F – CAPA LIVRO TERMOS DE VISITA E INSTALAÇÃO DO GRUPO
ESCOLAR EM VARPA DISTRITO DE TUPÃ - SP 1942**



ANEXO G - TERMO DE ABERTURA: LIVRO DE VISITAS GRUPO ESCOLAR JOÃO MENDES, ASSIS-SP 1937

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PÚBLICA

Livro de *Visitas*

TERMO DE ABERTURA

Contém este livro *50* folhas e destina-se ao fim
supra indicado para uso do Grupo Es-
colar de João Mendes Junior

Assis, *22* de Setembro de *1937*

Henrique Lollmann etz
Diretor

**ANEXO H - TERMO DE ABERTURA: LIVRO DE VISITAS: ESCOLA BAIRRO
RURAL SETE QUEDAS, MARÍLIA-SP 1932**



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR

Livro de Sete Quedas

TERMO DE ABERTURA

Contém este livro 50 folhas e destina-se ao fim supra
indicado para a escola rural em

Sete Quedas

Marília, 5 de Maio de 1932

Benedictino

ANEXO I – TERMO DE AUTORIZAÇÃO USO DE IMAGEM**Termo de Autorização de Uso de Imagem Dissertação de Mestrado**

Eu, LUIZ CARLOS DE BARROS, portador da Cédula de Identidade RG nº 15972626-8, inscrito no CPF sob nº 056089868/14 residente à Rua SANTA ISABEL nº 17, na cidade de ASSIS - SP, AUTORIZO o uso de imagens do meu arquivo para a dissertação de mestrado pelo programa de pós graduação universidade estadual paulista, Unesp campus Marília-SP em fotos de SIMONE MATEUS, para ser utilizada em seu trabalho (s) de conclusão de especialização (☐); mestrado(X) ; doutorado(☐). A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso das imagens em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) home page; (II) cartazes; (III) Redes Sociais (IV); divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

MARILIA-SP, 21 de abril de 2024.



Assinatura

· ARRUDA DANTAS

MEMÓRIA DO PATRIMÔNIO DO ASSIS

(HISTÓRIA)



Editora Pannartz
São Paulo
1980